



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Programa Educacional de Resistência às Drogas e à  
Violência: a atuação preventiva da Polícia Militar e a  
percepção dos estudantes do Município de Teutônia/RS

Carmine Brescovit

Dissertação de mestrado em Ciências Policiais  
Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Orientação científica:

Prof. Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares  
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Fevereiro, 2018

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por sempre iluminar o meu caminho, conduzindo-me para a realização dos meus objetivos.

Agradeço também a toda minha família, pelo carinho, compreensão, apoio moral e incentivo permanentes, os quais foram essenciais para minha formação profissional e, especialmente para que, apesar das dificuldades pessoais, conseguisse persistir na realização do mestrado e conclusão do presente trabalho.

Agradeço ainda ao meu orientador, Professor Doutor Nuno Caetano Lopes Barros Poiães, por ter decidido me apoiar e auxiliar na elaboração deste trabalho, sugerindo aprimoramentos, orientando pelos melhores caminhos e me conduzindo para um resultado positivo da produção científica.

Por fim, não poderia deixar de agradecer a todos os professores do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna pela amizade, dedicação, empenho e aprendizado durante a realização da parte presencial do Curso.

A todos sou muito grata.

Muito obrigada por tudo.

## RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a prevenção da criminalidade através do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), aplicado pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente, discorre-se sobre o conceito de prevenção da criminalidade e sua classificação em primária, secundária e terciária. Além disso, ainda no primeiro capítulo, aborda-se a atuação da Polícia Militar em cada um dos tipos de prevenção da criminalidade. Na sequência, apresenta-se o PROERD explicando sua origem e contextualização, objetivos, currículos e temas abordados, abrangência na atualidade e perfil dos estudantes atendidos pelo Programa. Por fim, são tabulados os dados obtidos através do questionário de opinião aplicado aos estudantes pertencentes ao público-alvo definido na amostra da pesquisa, especificamente da rede pública de ensino do Município de Teutônia/RS. Conclui-se, com o levantamento bibliográfico e a análise dos dados coletados, que o PROERD é aplicado pela Polícia Militar como ferramenta de prevenção primária e secundária da criminalidade, atingindo seus objetivos quanto à aproximação da Corporação da comunidade e no que tange à resistência dos estudantes ao consumo de drogas lícitas e ilícitas. No entanto, da observação dos resultados obtidos quanto ao envolvimento dos pesquisados em situações de violência, não constatou-se efetividade do Programa de prevenção. Por fim, sugere-se o aprimoramento dos Policiais Militares instrutores do PROERD para que enfatizem mais os ensinamentos relacionados à violência, bem como haja a ampliação do Programa para os estudantes do 7º Ano do Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** Prevenção da criminalidade. Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Drogas.

**ABSTRACT**

This paper presents a study about the prevention of crime through the Educational Program for Resistance to Drugs and Violence (PROERD), applied by the Military Police of the State of Rio Grande do Sul. Initially, the concept of crime prevention is explored and your classification in primary, secondary and tertiary. In the first chapter, is about the activity of the Military Police in each of the types of crime prevention. Subsequently, PROERD is presented explaining its origin and contextualization, objectives, curriculum and topics, application in the actuality and profile of the students served by the Program. Finally, information is tabulated through the opinion questionnaire applied to the students belonging to the target public defined in the research sample, specifically the public teaching network of the City Teutônia/RS. It concludes, with the bibliographic survey and analysis of the data collected, that PROERD is applied by the Military Police as a tool for primary and secondary prevention of crime, reaching this objectives in relation to the approach in the community and the resistance of students whit used licit and illicit drugs. However, from the observation of the results obtained regarding the involvement of the respondents in situations of violence, it was not verified effectiveness of the Prevention Program. Finally, it is suggested to improve PROERD's Military Polices teachers to emphasize the lessons related to violence, as well as to expand the Program for students in the 7th Year of Elementary School.

**Keywords:** Crime prevetion. Drug Abuse Resistance Education. Drugs.

**ÍNDICE**

<b>Resumo</b> .....	4
<b>Abstract</b> .....	5
Lista de Abreviauras e Siglas .....	8
Lista de Gráficos .....	9
Lista de Tabelas .....	10
<b>Introdução</b> .....	11
<b>1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	14
1.1 A prevenção da criminalidade – questões conceituais.....	14
1.2 Classificação da prevenção da criminalidade.....	19
1.2.1 Prevenção primária .....	20
1.2.2 Prevenção secundária.....	22
1.2.3 Prevenção terciária .....	23
1.3 A atuação da Polícia Militar em cada um dos tipos de prevenção da criminalidade .....	24
<b>2. O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD)</b> .....	30
2.1 Contextualização e histórico de sua criação .....	30
2.2 Objetivos do Programa.....	35
2.3 Currículos e temas abordados .....	40
2.4 Abrangência contemporânea do PROERD .....	48
2.5 Perfil dos alunos atendidos .....	54
<b>3. QUESTÕES METODOLÓGICAS</b> .....	57
3.1 Enquadramento metodológico geral.....	57
3.2 Problematização da pesquisa .....	59
3.3 Perfil do público alvo da pesquisa (definição da amostra) .....	62
3.4 O questionário e os procedimentos na preparação e execução da pesquisa de campo .....	66
3.5 Tratamento dos dados.....	67
<b>4. PROERD: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO CRIMINAL</b> .....	69
4.1 A opinião dos estudantes quanto à presença e atuação do Policial Militar na escola.....	69
4.2 A lembrança dos estudantes quanto ao nome do Policial Militar e às lições.....	71
4.3 A utilização dos ensinamentos do PROERD pelos estudantes.....	73
4.4 A mudança de comportamento dos estudantes após a realização do PROERD	75
4.5 A tomada de decisão e o “Modelo de Tomada de Decisão PROERD” .....	76
4.6 O comportamento dos estudantes no ambiente escolar .....	78
4.7 O uso de drogas lícitas.....	82
4.8 O uso de drogas ilícitas .....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	95

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105
<b>Anexo único</b> – Informações recebidas do Centro de Treinamento PROERD da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.....	111
<b>Apêndice A</b> – Defasagem de recursos humanos da Brigada Militar, conforme dados apurados pela autora no no trabalho de conclusão do Curso Superior de Polícia Militar, cuja aprovação com êxito possibilitou assumir a função de Capitão do Quadro de Oficiais do Estado Maior da Brigada Militar .....	118
<b>Apêndice B</b> – Tabela das escolas da rede pública de ensino do Município de Teutônia/RS.....	119
<b>Apêndice C</b> – Questionário aplicado aos estudantes da rede pública de ensino do Município de Teutônia/RS.....	120
<b>Apêndice D</b> – Tabulação das respostas à questão nº 06, quanto à lembrança do nome do Policial Militar que ministrou as aulas do PROERD .....	122
<b>Apêndice E</b> – Tabulação das respostas à questão nº 09, quanto à lembrança das lições do PROERD.....	123
<b>Apêndice F</b> – Tabulação das respostas às questões nº 10 a 15.....	124
<b>Apêndice G</b> – Tabulação das respostas às questões nº 16 e 17, quanto à mudança no comportamento dos respondentes.....	126
<b>Apêndice H</b> – Tabulação das respostas à questão nº 19, quanto ao uso do “Modelo de Tomada de Decisão PROERD” .....	127
<b>Apêndice I</b> – Tabulação das respostas às questões nº 20 e 21.....	128
<b>Apêndice J</b> – Tabulação das respostas às questões nº 22 e 23, quanto ao consumo de cigarro e bebidas alcoólicas .....	130
<b>Apêndice K</b> – Tabulação das respostas às questões nº 24 e 25, quanto à oferta e uso de drogas ilícitas .....	131
<b>Apêndice L</b> – Tabulação das respostas dos estudantes que declararam usar ou já ter usado drogas ilícitas .....	132

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Art.	Artigo
CEBRID	Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas
DARE	<i>Drug Abuse Resistance Education</i>
Dr.	Doutor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAPD	Departamento de Polícia de Los Angeles
LAUSD	Distrito Escolar Unificado de Los Angeles
MTDP	Modelo de Tomada de Decisão PROERD
NIDA	Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas
nº	Número
p.	Página
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
QOPM	Quadro de Oficiais da Polícia Militar
RS	Estado do Rio Grande do Sul
RWJF	<i>Robert Wood Johnson Foundation</i>
SEL	Socio-Emotional Learning Theory
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Distribuição do público pesquisado por Ano do Ensino Fundamental que está frequentando no momento da aplicação da pesquisa .....65
- Gráfico 2** - Distribuição da opinião dos estudantes que participaram do PROERD quanto às aulas ministradas pelo Policial Militar em relação ao Programa.....70
- Gráfico 3** – Distribuição dos estudantes que declararam já ter consumido drogas ilícitas, por grupo de indivíduos que participou do PROERD ou não e por sexo.....87
- Gráfico 4** – Distribuição dos estudantes, que participaram ou não do PROERD, considerando estarem ou não na idade compatível com o Ano do Ensino Fundamental frequentado no momento da aplicação do questionário.....88
- Gráfico 5** – Opinião dos estudantes que afirmaram utilizar drogas ilícitas sobre as aulas do PROERD ministradas por um Policial Militar .....92

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Dados Gerais do PROERD de 1998 a 2016: Total de Escolas e Municípios abrangidos .....	50
<b>Tabela 2</b> – Dados Gerais do PROERD de 1998 a 2016: Total de alunos atendidos .....	53
<b>Tabela 3</b> – Distribuição do público pesquisado por idade.....	64
<b>Tabela 4</b> – Distribuição da opinião dos estudantes que realizaram o PROERD quanto à presença do Policial Militar na escola e na sala de aula .....	69
<b>Tabela 5</b> – Distribuição dos alunos que não lembram o nome do Policial Militar que ministrou as aulas do PROERD, por Ano do Ensino Fundamental que estão frequentando na data da pesquisa .....	72
<b>Tabela 6</b> – Distribuição dos alunos que não lembram das lições do PROERD, por Ano do Ensino Fundamental que estão frequentando na data da pesquisa .....	72
<b>Tabela 7</b> – Quadro comparativo das respostas dos estudantes que fizeram e que não fizeram o PROERD, quanto à tomada de decisões seguras e responsáveis.....	77
<b>Tabela 8</b> – Classificação dos comportamentos desviantes, conforme declaração dos estudantes que afirmaram que seus pais ou responsáveis já foram até escola em razão do mau comportamento dos respondentes .....	79
<b>Tabela 9</b> – Distribuição dos pais ou responsáveis que já compareceram ou não na escola em razão de mau comportamento dos respondentes, conforme classificação dos motivos listados pelos mesmos .....	80
<b>Tabela 10</b> - Classificação dos comportamentos desviantes (crimes, contravenções penais e atos disciplinares), conforme declaração dos estudantes que afirmaram que seus pais ou responsáveis já foram até a escola.....	81
<b>Tabela 11</b> – Distribuição dos estudantes que afirmaram ter consumido drogas ilícitas, conforme a idade de início de tal consumo.....	89
<b>Tabela 12</b> - Distribuição dos tipos de drogas ilícitas consumidas pelos estudantes ... ..	90
<b>Tabela 13</b> – Distribuição dos estudantes que afirmaram utilizar drogas ilícitas e que igualmente consomem drogas lícitas.....	91

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é realizado no âmbito da Dissertação Final de Mestrado em Ciências Policiais, na especialidade em Criminologia e Investigação Criminal e tem como objetivo analisar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, como ferramenta social de prevenção da criminalidade, desenvolvida pelas Polícias Militares brasileiras dentro do ambiente escolar.

A pesquisa foi focada na análise do Programa através da visão e percepção do público alvo atendido pelo mesmo no Município de Teutônia, no Estado do Rio Grande do Sul. Em outras palavras, o estudo objetiva verificar a eficiência e adequação do PROERD, considerando o entendimento e as declarações dos estudantes da rede pública de ensino localizada em tal cidade. Desse modo, foi confeccionado e aplicado um questionário aos estudantes que estão cursando o 6º, 7º, 8º e 9º Anos do Ensino Fundamental na data da pesquisa, pois tais jovens potencialmente já participaram do programa preventivo (realizado regularmente no 5º Ano do Ensino Fundamental).

Para alcançar os fins a que se propõe, o presente trabalho foi subdividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado enquadramento teórico foi realizado um breve apanhado bibliográfico sobre a prevenção da criminalidade. A finalidade de tal parte do trabalho é contextualizar o tema proposto, especialmente para que se compreenda a importância da prevenção criminal. Conforme consta, no Brasil há diversas discussões relativas ao combate à criminalidade, porém há a tendência de serem priorizadas as ações repressivas realizadas pelas Polícias Militares brasileiras, pois são as que apresentam um resultado imediato. Contudo, tal resultado embora imediato não tem se mostrado efetivo para fins de redução dos índices criminais, isto quer dizer, para diminuir a quantidade e a gravidade das ocorrências policiais.

Desse modo, focar também ações das Polícias Militares em atividades preventivas, apresenta-se como uma possível solução à criminalidade. No tocante, neste capítulo também é apresentada a doutrina que conceitua e classifica a prevenção da criminalidade em primária, secundária e terciária. Assim, ao final desta primeira parte, fala-se sobre a atuação das Polícias Militares Estaduais brasileiras em cada um dos tipos de prevenção da criminalidade, sendo que os projetos sociais

que objetivam atender grupos de indivíduos que ainda não possuem envolvimento com a criminalidade, para evitar que tal ocorra, se enquadram na prevenção primária e secundária.

No capítulo seguinte, aborda-se o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, apresentando tal projeto social, o qual é mantido pelas Polícias Militares brasileiras. Há um sucinto relato do contexto sócio-econômico da criação do Programa nos Estados Unidos da América, bem como da sua implementação no Brasil a contar do ano de 1992. Além disto, descreve-se como o Programa é desenvolvido nas escolas, seus objetivos e a sua organização curricular (currículos existentes e temas abordados nas aulas). Por fim, para um adequado entendimento do PROERD, fala-se sobre sua abrangência contemporânea e o perfil dos estudantes atendidos prioritariamente pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

O terceiro capítulo é destinado a apresentação metodológica do trabalho, informando-se os métodos e técnicas de pesquisa utilizados. Destaca-se que a definição da metodologia foi realizada considerando o problema de pesquisa proposto, os objetivos gerais e derivados e as hipóteses de solução de tal problema.

Ademais, é nesse capítulo que se explica como foi idealizado e confeccionado o questionário para a pesquisa de campo, sua aplicação nas escolas e o tratamento dos dados obtidos. Há ainda, a descrição do perfil dos estudantes que responderam ao questionário, informações importantes para entender o público-alvo da pesquisa e compreender os resultados obtidos com a mesma.

Por fim, no último capítulo, cuja finalidade é verificar a opinião e percepção dos estudantes pesquisados em relação ao PROERD enquanto programa de prevenção da criminalidade, são apresentados os resultados obtidos através da tabulação das respostas às 25 (vinte e cinco) questões lançadas no questionário. A compilação e apresentação dos dados foi subdividida conforme o tipo de informação colhida.

Desse modo, o capítulo está estruturado em 08 (oito) subtítulos, quais sejam: 1) a opinião dos estudantes quanto à presença do Policial Militar na escola, bem como em relação às aulas ministradas por ele; 2) a lembrança dos estudantes quanto ao nome do Policial Militar e às lições por ele repassadas em sala de aula; 3) a utilização dos ensinamentos do PROERD pelos estudantes; 4) a mudança de comportamento dos estudantes pesquisados após a realização do Programa; 5) a

tomada de decisão e o “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”; 6) o comportamento dos estudantes no ambiente escolar; 7) o uso de drogas lícitas; e, 8) o uso de drogas ilícitas.

Importante destacar que os dados tabulados consideraram as informações prestadas pelos próprios estudantes, público-alvo da pesquisa e do Programa de prevenção. Em outras palavras, quando se aborda a questão do comportamento, do envolvimento com o crime e do uso de drogas, tais temas são enfrentados neste trabalho com base no que autodeclararam os pesquisados. De fato, uma pesquisa com dados concretos e baseados na realidade das ocorrências envolvendo menores de idade, depende de uma análise dos fatos sociais atendidos pelo Conselho Tutelar Municipal. No entanto, infelizmente a pesquisadora não teve acesso a tais informações, pois foram entendidas como sigilosas pelo Conselho Tutelar Municipal, instituição responsável por resguardar a integridade física, psíquica, moral e social das crianças e adolescentes.

Dessa forma, ante a negativa de acesso aos arquivos relatando os casos concretos atendidos quanto a comportamentos desviantes e/ou delinquentes de menores de idade, focou-se a pesquisa na autodeclaração dos estudantes. Nota-se que o questionário foi aplicado sem a identificação pessoal dos respondentes, sendo preservado o sigilo das respostas, situação que deixou as crianças e adolescentes à vontade para responder segundo suas opiniões e situações de vida.

A análise dos dados coletados no questionário de opinião possibilita resolver o problema de pesquisa do presente trabalho, especialmente identificando se o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência é, na percepção e opinião dos estudantes, uma ferramenta adequada e eficiente para fins de prevenção à criminalidade, no que tange ao uso indevido de drogas e ao envolvimento com situações de violência.

Assim, seguindo esta linha de raciocínio da pesquisa, ao final do trabalho são apresentadas as conclusões obtidas após o estudo bibliográfico e a compilação das respostas ao questionário aplicado aos estudantes do Município de Teutônia.

## 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1.1 A prevenção da criminalidade – questões conceituais

A criminalidade, entendida como a realização de comportamentos desviantes pelos indivíduos, condutas estas contrárias à lei e que afrontam direitos e deveres relevantes para o harmonioso convívio em sociedade, é uma preocupação constante e crescente da população, instituições de segurança e estudiosos.

Contemporaneamente, no Brasil, o aumento da criminalidade e, obviamente também da violência, está relacionado de forma íntima com a venda e o consumo de substâncias entorpecentes, também denominadas de drogas. As drogas, conforme a legislação brasileira, são classificadas em drogas lícitas (venda permitida para maiores de 18 anos, tais como cigarro e bebidas alcoólicas) e drogas ilícitas (cuja venda é proibida em qualquer circunstância). As drogas ilícitas, tais como, por exemplo, maconha, cocaína, ecstasy, crack, são as que mais diretamente movem a criminalidade no Brasil.

Desse modo, quando se pretende falar em prevenção da criminalidade, importa abordar também mecanismos para coibir ou reduzir a venda e o consumo das drogas, porta de entrada e caminho para a realização de diversos comportamentos desviantes e contrários à lei.

A prevenção da criminalidade, isto quer dizer, prevenir a realização de condutas desviantes e violentas no seio social, é um conceito amplo e pode ser realizada de diversos modos.

A prevenção, segundo Dos Santos (2014), é um conceito que está associado à ideia de evitar que algo ruim, indesejado, desagradável e danoso ocorra. Segundo ainda o mesmo autor, no domínio da criminalidade, entende-se “[...] por prevenção qualquer atividade destinada a diminuí-la e a minorar o sentimento de insegurança que lhe está associado”.

Dessa forma, quando se trata de prevenção da criminalidade, tem-se que pensar em todas as medidas possíveis destinadas a reduzir os índices criminais em determinado local, bem como proporcionar o sentimento de segurança e bem estar aos cidadãos.

No mesmo sentido, refere Marcelos (2016) que a prevenção é o ato de evitar o crime realizando ações sobre os múltiplos fatores de sua ocorrência, isto quer dizer, agindo com antecipação sobre as questões que causam a violência.

Contribuindo com tais conceitos, Sento-Sé (2011) dispõe que

'Prevenção criminal' é o nome genérico dado a um conjunto razoavelmente amplo de estratégias que têm como protagonistas algumas das instituições que compõem o sistema de justiça criminal. Elas são, ou podem ser, muitas e têm em comum o lugar onde estão radicadas: o aparelho estatal. O conjunto mais conhecido, acionado e, de certo modo, estudado é aquele inscrito nas instituições de execuções penais. Como é sabido, ao menos em tese a prevenção faz parte do escopo do sistema de execução penal, orientando-se pela expectativa de redução da incidência através de mecanismos ressocializadores e dissuasivos. (p. 33-34)

Nota-se, por tal conjunto breve de conceitos, que a prevenção da criminalidade diz respeito a ações estratégicas que tenham como objetivo coibir e/ou reduzir as condutas desviantes, ou seja, os crimes em determinado período de tempo e espaço. E, para tanto, o Estado e suas instituições vinculadas à segurança pública devem elaborar e agir de modo a tornar tal prevenção efetiva e real.

Constata-se, hodiernamente, que há na sociedade brasileira uma angústia por reprimir as condutas delitivas através do aumento da quantidade de pena, da redução da maioria penal, do estabelecimento de maior rigor no tratamento de penas nas casas prisionais e outros. Porém, tal perspectiva trabalha apenas com o indivíduo que já praticou condutas desviantes, ou seja, que pode ser denominado de agente delinquente.

Tal concepção de prevenção criminal fica restrita a atuação repressiva dos órgãos de segurança pública, deixando-se de analisar quais os fatores que geraram ou geram a criminalidade. Em outras palavras, focar a prevenção criminal no agir repressivo dos entes estatais nada mais é do que agir somente no resultado, sem analisar e trabalhar nas suas causas de modo a evitar novos episódios violentos.

Desse modo, com o intuito de que a prevenção criminal de fato seja realizada para prevenir delitos, a mesma deve ser considerada de forma mais ampla, pela sociedade, pelas instituições, pelos agentes de segurança e pelas estratégias governamentais voltadas à redução da criminalidade.

Para embasar este olhar mais amplo, os estudos da ciência da criminologia, cujo objetivo é estudar o crime e as maneiras de preveni-lo, são de suma relevância.

Afirma Marcelos (2016) que “A criminologia é uma ciência que tem como função explicar e prevenir o crime, intervir na pessoa do delinqüente e avaliar os diferentes modelos de resposta ao crime”. E complementa afirmando que é a criminologia que “[...] nos permite atuar na prevenção e não somente a repressão ao crime combatendo as causas”.

No tocante a esta ciência, importa referir que a criminologia clássica tinha o foco voltado ao indivíduo delinqüente, buscando identificar características de tais indivíduos (Lombroso), bem como prevendo a necessidade de ampliar as punições como forma de prevenir e/ou inibir novos delitos (Beccaria). Explica Sento-Sé (2011, p. 10) que “A criminologia positivista partia da análise da constituição física e psicossomática do indivíduo para, decodificando seus traços, inseri-lo em uma das categorias das tipologias arduamente estabelecidas”.

Embora a teoria clássica da criminologia já tenha sido discutida e, posteriormente, tenham surgido outras teorias, observa-se que suas concepções de criminalidade, agente delinqüente e prevenção criminal ainda estão presentes hodiernamente. Nesse sentido, discorre Blanco (2002, p. 79) que o modelo jurídico-penal brasileiro confere destaque à pena privativa de liberdade como o “antídoto necessário para extirpar o mal da sociedade”. Assim, o Sistema Penal brasileiro, no seu entender, “[...] reproduz, com todas as suas variáveis perversas decorrentes da lógica reativa e repressiva, o modelo arcaico, estático e ineficaz do embate tradicional, formal, entre Estado e infrator”.

Aduz ainda Blanco (2002), complementando esta ideia que

O fenômeno criminal, à luz das teorias clássica e neoclássica de prevenção do delito, considerado este em toda sua complexidade, e compreendido como um grave problema social, reduz a questão da violência e da criminalidade ao exclusivo enfoque jurídico-penal, que no caso da sociedade brasileira, está exteriorizado e articulado à lógica de funcionamento do próprio sistema de justiça criminal, onde são evidentes as variadas sinalizações institucionais, internas e externas, que reafirmam a noção de atraso e descompasso com a modernidade, em relação à concepção de políticas públicas de prevenção criminal e também em relação aos modelos estratégicos e as tendências internacionais de prevenção e repressão qualificada do crime, seja na sua concepção filosófica ou na sua própria estratégia de ação governamental. (p. 78)

Enquanto o olhar preventivo da criminalidade ainda é prioritariamente repressivo no Brasil, nota-se que o enfoque permanece voltado ao agir policial. Nas palavras de Da Silva (2009, p. 38) “[...] nada mais natural que o foco das atenções

esteja dirigido aos aparelhos policiais, com forte ênfase em sua função de controle social, entendida de maneira restrita a dimensão coercitiva de repressão ao crime violento”.

Contudo, como muito bem assevera Blanco (2002, p. 77) é nítida e quase unânime a percepção no meio acadêmico que o modelo tradicional de prevenção através da repressão do delito está esgotado, pois o Sistema Penal brasileiro com a previsão de aplicação de punições não tem se mostrado suficiente e adequado para inibir, tampouco reduzir os índices de criminalidade no país. Ademais, constata-se que há uma falência no processo punitivo, decorrente do sucateamento e falta de investimentos financeiros nas instituições policiais (para realizar as investigações e prisões), bem como nos estabelecimentos penitenciários (os quais na maioria estão superlotados e, por vezes, não podem receber novos apenados, aguardando estes o julgamento em liberdade).

Nesse contexto, a Teoria da Escolha Racional pode explicar porque a prevenção da criminalidade com base exclusivamente na repressão realizada pelos órgãos e instituições de segurança pública não tem apresentado resultados positivos na redução dos índices criminais e na sensação de segurança da população brasileira. Conforme explica Jorge-Birol (2017), segundo a Teoria da Escolha Racional o indivíduo analisa os prós e contras de agir ou não de forma contrária à lei, podendo fazer a opção, em suas palavras

É como se o infrator fizesse um balanço entre os custos e benefícios caso cometa o crime, e de uma maneira refletida, decide consumá-lo. É a Teoria da Escolha Racional, onde o indivíduo confronta, de um lado, o volume da punição, e principalmente as probabilidades de detenção e aprisionamento, e de outro, o custo da oportunidade de cometer crime, os potenciais ganhos resultantes da ação criminosa, traduzido como salário alternativo no mercado de trabalho (Becker, 1968) e então decide sua participação em atividades criminosas a partir desta avaliação entre ganhos e perdas.

Constata-se que embora no Brasil ainda o foco principal esteja embasado no indivíduo delinquente e na repressão de suas condutas desviantes, tal enfoque não tem surtido efeitos positivos em termos de redução da criminalidade, motivo pelo qual de forma gradual tem surgido e crescido investimentos e incentivos para a prática de ações preventivas da criminalidade diversas da repressão policial, voltadas para as causas ou possíveis causas e não somente para as consequências do crime e da violência. Assim, explica Jorge-Birol (2017) que, para a criminologia

moderna, “[...] a violência não é somente um problema da polícia e os esforços no seu combate não devem ser direcionados somente ao infrator. Falar sobre combate à criminalidade é falar principalmente sobre prevenção”.

Também corrobora com tal entendimento os dizeres de Blanco (2002) segundo o qual

Em nenhuma cidade do mundo considerado civilizado os esforços empreendidos pela força pública policial, na perspectiva do desenvolvimento de programas de prevenção secundária do delito ou do desenvolvimento do trabalho de repressão qualificada, antecedem o esforço de prevenção primária (educação, saúde, trabalho, esporte, lazer, cultura etc.). (p. 81)

Em complemento, afirma Jorge-Birol (2017) que “A prevenção e a diminuição da criminalidade são possíveis, todavia, medidas alternativas e interdisciplinares são mais importantes e eficácias que medidas repressivas. Repressão policial, legislação mais severa, construção de prisões nunca foi nem nunca serão soluções”.

Portanto, a repressão policial e a aplicação de sanção aos infratores não é condição suficiente e adequada para a efetiva prevenção criminal, motivo pelo qual, conforme entendimento moderno, as instituições públicas estatais devem atuar de forma integrada para igualmente prevenir a criminalidade através da promoção de políticas públicas de educação, saúde, trabalho, lazer e outros fatores que propiciem o afastamento do indivíduo de condições desviantes. Ou seja, não focar apenas o agente delinquente, mas também promover ações valorativas dos indivíduos através da prevenção primária, secundária e terciária. Nesse sentido, Perovano (2006, p. 99) cita Ancel (estudioso do fenômeno da criminalidade), distinguindo prevenção de repressão policial. Nas palavras de Perovano, “[...] prevenção significa programas ou políticas para evitar que a pessoa se torne delinqüente. Controle é o policiamento nas ruas para evitar que as pessoas que já se tornaram criminosas tenham oportunidade de delinqüir”.

Ante todo o exposto, considerando a ineficácia da prevenção criminal embasada exclusivamente na repressão; considerando ainda, a necessidade de ampliar as ações preventivas integradas, relevante apresentar brevemente a classificação da prevenção da criminalidade para compreender em qual delas está inserido o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), objeto do presente estudo.

## 1.2 Classificação da prevenção da criminalidade

Superada uma breve conceituação de prevenção criminal, importa também apresentar a sua classificação. Destaca-se que existem inúmeras classificações da prevenção criminal, no entanto, o presente estudo irá focar a nomenclatura tradicional e predominante na doutrina, qual seja, prevenção primária, secundária e terciária da criminalidade. Assim, esclarece Sento-Sé (2011, p. 21) que “Há, hoje, algumas formas de organizar e distinguir as diferentes modalidades de prevenção à violência. A mais geral delas, define essa prevenção segundo seu alcance e público alvo”.

Por oportuno, cabe ressaltar que a classificação da prevenção criminal é doutrinária e uma necessidade para aprofundamento do estudo do tema, motivo pelo qual, como muito bem esclarece Perovano (2006, p. 100) não há como definir e fixar de forma rígida e clara o limite entre as fronteiras da prevenção primária, secundária e terciária, isto quer dizer, não é possível delimitar expressamente onde termina o primeiro e inicia o segundo, por exemplo.

Cabe ainda destacar, que tal classificação é encontrada com frequência nos estudos relacionados com a criminologia, a sociologia e o sistema penal. Em outras esferas existem classificações diversas, como por exemplo, na área da saúde no que tange à prevenção ao uso de drogas.

Assim, considerando que o presente trabalho tem como objetivo analisar o programa de prevenção ao uso de drogas e à violência, mantido pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul, mister apresentar a classificação utilizada na doutrina da área da saúde no que tange ao tema, conforme muito bem elucidada Perovano (2006)

[...] a literatura internacional aponta a um outro tipo de classificação, onde estão implícitos os conceitos de fatores associados à proteção e ao risco, considerando-se a multiplicidade de fatores envolvidos no uso abusivo e na dependência de drogas. Essa classificação é denominada de “intervenções universais, seletivas e indicadas” (p. 62).

Destaca-se que a classificação da área médica é diferente da tradicional porque o foco é o grau de envolvimento do indivíduo com a droga, centralizando seus conceitos, de forma progressiva, nas características do indivíduo ou na população, como complementa Perovano (2006) ao explicar cada um deles

- Intervenções universais: programas destinados à população em geral, supostamente sem qualquer fator específico associado ao risco;
- Intervenções seletivas: ações voltadas para populações com um ou mais fatores associados ao risco para o uso indevido dessas substâncias;
- Intervenções indicadas: incluem intervenções voltadas especificamente para pessoas identificadas como usuárias ou com comportamentos direta ou indiretamente relacionados ao uso indevido de substâncias. (p. 62)

Em que pese tal classificação ser da área médica quanto à prevenção ao uso de drogas, observa-se que seus conceitos são semelhantes aos utilizados na criminologia, porém focados ao consumo e dependência de substâncias entorpecentes.

De forma resumida, a classificação clássica da prevenção da criminalidade pode ser entendida considerando a quem ela se destina, explicam Silva e Antunes (2012, p. 7-8) que “A prevenção primária, cujo alvo é toda comunidade; prevenção secundária, focada em pessoas de alto risco delinquencial e prevenção terciária, dirigida às pessoas envolvidas na criminalidade”.

A seguir, apresenta-se de forma mais detalhada a prevenção primária, secundária e terciária, para ao final do capítulo abordar a atuação da Polícia Militar em cada uma destas formas de prevenção da criminalidade.

### **1.2.1 Prevenção primária**

A prevenção primária da criminalidade tem como objetivo atingir uma coletividade de indivíduos que ainda não está inserida no mundo do crime, isto quer dizer, as pessoas que não possuem condutas desviantes e contrárias à lei. Ressalta-se que apesar do público-alvo da prevenção primária não estar envolvido diretamente com a criminalidade, o mesmo é identificado de forma abstrata como um grupo de pessoas que possuem condições de risco e vulnerabilidade que possam vir a gerar a sua inserção na drogadição e na criminalidade.

Nesse sentido, Sento-Sé (2011, p. 21) afirma que “A prevenção primária é concebida como uma abordagem abrangente, que articula ações a partir da identificação de áreas e públicos potencialmente sujeitos a serem arrastados pela violência, antes que ela instaure-se efetivamente”.

Dessa forma, a prevenção primária da criminalidade é focada na identificação de fatores de risco e do grupo de indivíduos que provavelmente irão se envolver em episódios criminais, para de forma antecipada, propiciar condições e oportunidades

para que tais pessoas fiquem afastadas das condutas delitivas. Esse também é o entendimento de Da Silva (2009, p. 120) para quem é “Através da prevenção primária que são desenvolvidas ações dirigidas a pessoas ou grupos em territórios mais vulneráveis à violências e processos de criminalização”.

Marcelos (2016) igualmente corrobora com tal entendimento ao afirmar que “Pode-se perceber que o principal objetivo da prevenção primária está na extinção de focos que possam gerar violência, podendo assim haver a extinção desta no seu ‘nascimento’, impedindo que ela se desenvolva”.

Ressalta-se que apesar de, em diversas discussões acadêmicas ou não, a prevenção da criminalidade ser concebida no Brasil como responsabilidade dos órgãos e instituições vinculadas à segurança pública e ao Sistema Penal, a prevenção primária da criminalidade abrange questões muito mais amplas do que a atuação policial mediante o controle social das condutas delitivas. Afinal, para uma efetiva prevenção primária, a ser realizada no grupo de indivíduos potencialmente delinquentes, é necessário que diversos segmentos estatais e não estatais estejam envolvidos, proporcionando condições favoráveis para que tais indivíduos mantenham-se afastados da delinquência. Assim, esclarece Jorge-Birol (2017) que

A prevenção primária ressalta a educação, a habitação, o trabalho, a inserção do homem no meio social, a qualidade de vida, como elementos essenciais para a prevenção do crime, elementos estes que operam sempre a longo e médio prazo e se dirigem a todos os cidadãos. São estratégias de política econômica, social e cultural, cujo objetivo primário seria oferecer qualidade de vida ao cidadão, e último seria dotar o cidadão de capacidade social para superar eventuais conflitos de forma produtiva.

Destaca-se que a prevenção primária, por ser plural e abstrata, envolve diversos fatores e, muitas vezes, somente apresenta resultados a médio e longo prazo, razão porque devem fazer parte de políticas e estratégias governamentais de prevenção da criminalidade. Ações pontuais e específicas podem surtir efeitos para evitar a delinquência, contudo quando se volta o olhar para grupos de indivíduos que estão sujeitos a fatores de risco, como por exemplo, crianças e adolescentes, o agir de forma isolada pode não ser suficiente para de fato inibir e afastar tais indivíduos de condutas desviantes. É importante que haja um trabalho constante e contínuo do Estado para conscientizar tais indivíduos de que o crime não compensa, bem como apresentar aos mesmos oportunidades de vida sem o envolvimento na criminalidade.

Nesse aspecto, Sento-Sé (2011) afirma que a prevenção primária da criminalidade, em diversas situações é vista apenas como uma ação humanitária e não como uma política governamental de prevenção ao crime. Em suas palavras

Acompanhamento familiar, experimentos de educação especial, programas de socialização são despidos de um cunho puramente humanitário, passando a ser reconhecidos como investimentos focados na produção de bens coletivos e de interesse comum. Se levado a sério, esse pode representar um passo importante para a atualização da abordagem do problema da segurança e sua ampliação no escopo de intervenções de agências do Estado ou de fora dele. Tal incorporação, note-se bem, implica uma redefinição na própria abordagem de possíveis iniciativas nessa linha, que deixam de estar estritamente identificadas à filantropia ou a políticas distributivas e passam a ser assumidas também abertamente (ainda que não de modo exclusivo) como mecanismos de controle social. Esse último ponto é fundamental. (p. 27)

Desse modo, considerando o conceito e concepção da prevenção primária da criminalidade, constata-se que a mesma deve ser uma preocupação constante do Estado, com o objetivo de promover programas e ações voltadas aos grupos de indivíduos potencialmente vulneráveis, prevenindo antecipadamente o envolvimento dos mesmos na criminalidade.

### **1.2.2 Prevenção secundária**

A prevenção secundária, por sua vez, é menos abstrata e ampla que a prevenção primária da criminalidade. Nota-se que este tipo de prevenção ocorre de maneira muito semelhante ao descrito na prevenção primária, ou seja, atuação dos órgãos e instituições focadas em oferecer condições e oportunidades capazes de mobilizar o indivíduo a afastar-se do crime.

A diferença básica entre a prevenção primária e a secundária, diz respeito ao público-alvo. Enquanto na primeira o objetivo é agir em grupos de indivíduos que não possuem contato com a criminalidade, embora estejam vulneráveis a ela, na segunda, as ações estão voltadas para os indivíduos que já possuem uma aproximação com o mundo do crime, embora ainda não sejam efetivamente agentes delinquentes. Isto quer dizer, apresentam condutas desviantes ou a potencialidade de agirem de tal forma.

Explica Sento-Sé (2011, p. 22) que “A prevenção secundária seria mais circunscrita. Ela diria respeito a populações e regiões identificadas como portadoras

de características passíveis de serem identificadas como zonas de risco”. No mesmo sentido, esclarece Da Silva (2009, p. 120) que “A prevenção secundária é destinada a pessoas ou grupos envolvidos em processos de criminalização e tem como objetivo garantir medidas educativas em alternativa a prisão”.

Dessa forma, a prevenção secundária da criminalidade é uma maneira de prevenir o crime onde ele se manifesta ou se exterioriza, operando de modo específico em grupos de indivíduos que já tem algum envolvimento ou aproximação, ainda que indireta, com a criminalidade. Assim, segundo Jorge-Birol (2017), são exemplos de prevenção secundária da criminalidade a política legislativa penal que prevê penas alternativas à prisão como meio de educação e ressocialização dos indivíduos, bem como “[...] políticas de ordenação urbana e controle dos meios de comunicação”.

Considerando que a prevenção secundária da criminalidade é menos abstrata que a prevenção primária, as ações voltadas à sua concretização abrangem políticas públicas mais específicas e pontuais, direcionadas a um grupo específico de indivíduos, para que os mesmos se afastem da criminalidade.

### **1.2.3 Prevenção terciária**

Por fim, a prevenção terciária da criminalidade é direcionada aos indivíduos que já cometeram crimes e que tiveram sua liberdade restringida pelo cumprimento de punição penal, ou ainda, ao grupo de indivíduos que estão sujeitos diretamente à criminalidade.

Nas palavras de Sento-Sé (2011, p.22), “[...] a prevenção terciária diria respeito a iniciativas focadas em áreas conflagradas ou evidentemente identificadas como espaços recorrentes de episódios criminais e populações reconhecidas como vítimas ou agressores consumadas”.

Jorge-Birol (2017), por sua vez, destaca que “A prevenção terciária tem um destinatário perfeitamente identificável, o recluso, o condenado, e um objetivo certo, qual seja o de evitar a reincidência através de sua ressocialização”.

Nota-se assim, que o foco da prevenção terciária da criminalidade está na atuação junto aos indivíduos delinquentes e/ou que convivem em locais conflituosos, com o objetivo de evitar a reincidência, isto quer dizer, que o indivíduo após o

cumprimento da sanção penal retorne ao mundo do crime realizando novas condutas delitivas.

Nesse sentido, para evitar a reincidência a prevenção terciária prevê a existência de ações voltadas à ressocialização do indivíduo que foi condenado a pena privativa de liberdade, isto quer dizer, propiciar seu retorno sadio ao convívio social. Para tanto, as ações e programas estatais devem estar voltados “[...] à inclusão social, diminuição das vulnerabilidades, estigmas, exclusões e violências exercidas e sofridas a partir da experiência da prisão, através do Programa de Reintegração Social dos Egressos do Sistema Prisional”.(Da Silva, 2009, p. 120)

Portanto, a prevenção terciária da criminalidade ocorre após a existência do crime, tendo como objetivo evitar que a conduta desviante seja repetida pelos indivíduos, buscando-se a sua ressocialização.

### **1.3 A atuação da Polícia Militar em cada um dos tipos de prevenção da criminalidade**

A prevenção da criminalidade, conforme já aduzido, é muito mais ampla do que o controle social realizado através da repressão policial e dos demais órgãos vinculados à segurança pública. Ademais, a prevenção criminal pode ocorrer em diversos momentos e contextos, antes, durante ou após a prática do crime, considerando a classificação da prevenção em primária, secundária e terciária acima descritas.

Frisa-se que a atuação da Polícia Militar, ordinária e prioritariamente, tem sido vinculada à repressão criminal, isto quer dizer, no agir policial para realizar a prisão do indivíduo que já cometeu ou esta cometendo o delito. Tal atuação está mais próxima da denominada prevenção terciária da criminalidade, pois atrelada ao cerceamento da liberdade do indivíduo de modo que ele sofra a punição pelo delito cometido e possa ser ressocializado, posteriormente, para o retorno ao seio social.

No entanto, conforme também já dito alhures, a atuação exclusivamente repressiva da Polícia Militar não tem sido eficaz na redução da criminalidade. Nesse sentido, afirma Marcelos (2016) que

A repressão ao crime por parte da polícia é limitada, primeiro, pela falta de efetivo para conter a criminalidade. Segundo, pela falta de condições de trabalho: armas obsoletas, viaturas em quantidade pequena, falta de combustível, etc. E terceiro é a falta de estabelecimentos prisionais capazes de absorver a população delitiva. O aumento aparato judicial significa mais presos e não necessariamente menos delitos. A solução da criminalidade não está no fortalecimento da polícia em todos os seus aspectos mas sim, na forma eficaz de prevenção.

Assim, além da atuação repressiva (atualmente ainda priorizada na atuação policial militar), mister também que esta instituição de segurança pública realize ações com o objetivo de prevenir a criminalidade através de ações preventivas primárias e secundárias. Nesse sentido, Perovano (2006, p. 52) entende que as Corporações Policiais Militares têm a incumbência primeira de realizar a prevenção e, num segundo plano, a repressão. No seu entendimento, a atuação preventiva deve estar em primeiro lugar, pois o Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil<sup>1</sup>, estabelece que a segurança pública é dever do Estado, sendo exercida por órgãos específicos, dentre eles a Polícia Militar, para preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Nesse sentido, discorre o pronunciamento do Coronel QOPM Porcides, citado por Oliveira (2003, p.17)

Que a Segurança Pública é o conjunto de processos políticos e jurídicos destinados a garantir a ordem pública da convivência de homens em sociedade. Assim sendo a Segurança Pública tem por objetivo a Ordem Pública que é a situação e convivência pacífica e harmoniosa da população, fundadas nos princípios éticos e vigentes na sociedade. Que a Preservação da Ordem Pública abrange tanto a prevenção quanto à restauração da Ordem Pública, pois seu objetivo é defendê-la, resguardá-la, conservá-la íntegra, intacta, daí afirma-se com plena convicção, que a polícia de preservação da ordem pública abrange a polícia preventiva e a parte da polícia judiciária, denominada de repressão imediata, pois é nela que ocorre a restauração da ordem pública.

Ademais o próprio artigo constitucional referido, estabelece que a segurança pública, embora seja dever do Estado, é direito e responsabilidade de todos. Nesse sentido, esclarece Dos Santos (2014) que “[...] a responsabilidade pela prevenção

---

<sup>1</sup> “Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:  
I - polícia federal;  
II - polícia rodoviária federal;  
III - polícia ferroviária federal;  
IV - polícias civis;  
V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.”

do crime não incumbe apenas ao Estado mas a todos os cidadãos, os quais dentro do limite das suas possibilidades são parte integrante do sistema preventivo”.

Marcelos (2016) complementa tal entendimento ao afirmar que

É necessário a associação da área educacional, da área de saúde, das instituições de proteção social e da polícia no combate ao crime agindo diretamente sobre suas causas, somente assim, diminuiremos as taxas de criminalidade que vêm aumentando assustadoramente.

Com base nessa premissa, segundo Nogueira (2010, p. 36) a Polícia Militar tem buscado maior envolvimento na realização de atividades preventivas primárias e secundárias, utilizando programas de policiamento e ações de proximidade com a população. Segundo Sento-Sé (2011, p. 36), exemplos dessa atuação preventiva são o “[...] Policiamento comunitário, policiamento orientado para a solução de problemas e policiamento voltado para a resolução de conflitos [...]”.

Além desses exemplos, a Polícia Militar também realiza a prevenção primária e secundária da criminalidade através do seu programa educacional que visa a redução do consumo e venda de drogas, fator de risco que está envolvido direta ou indiretamente na maioria dos crimes que ocorrem no território brasileiro. Registra-se que o programa adotado pela Polícia Militar é denominado de Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), o qual prioritariamente diz respeito à prevenção primária da criminalidade. No entanto, conforme esclarece Perovano (2011)

Pensar apenas em prevenção primária, quando se fala do PROERD é não levar em consideração que estudantes poderão fazer o uso eventual de substâncias psicoativas. O educador do PROERD deverá observar que está lidando com a prevenção primária e secundária, e nesta posição deverá realizar a adequada intervenção quando diagnosticado algum caso em sala de aula. (p. 92)

Nesse sentido, esclarece ainda Perovano (2006, p. 99) que o ato de prevenir significa evitar, com antecipação. Logo, a prevenção ao consumo de drogas e à violência inerente ao mesmo, “[...] refere-se a tudo aquilo que possa ser realizado no sentido de impedir ou reduzir o consumo de drogas, sendo que nesse sentido, a prevenção pode ser ao uso indevido ou abuso e dependência da droga”.

Essa atuação da Polícia Militar na seara da prevenção primária e secundária, especialmente realizada através do Programa Educacional de Resistência às

Drogas e à Violência (PROERD), é um dos instrumentos no combate ao uso e venda de substâncias entorpecentes e, segundo Melo e Campos (2012) esta em consonância com a

[...] Política Nacional sobre Drogas, aprovada em 2005 pelo Conselho Nacional Antidrogas, argumenta que a efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal fundamentada na filosofia da 'responsabilidade compartilhada', com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde (p. 455)

Desse modo, a Polícia Militar tem também atuado preventivamente, através de seu programa educacional, em conjunto com a comunidade escolar e a família, buscando construir de forma articulada melhorias nas condições de vida de crianças e adolescentes, especialmente conscientizando sobre os malefícios do uso de drogas, bem como demonstrando que existem outras oportunidades e/ou formas de resolução dos problemas sem o uso de violência ou substâncias proibidas.

Registra-se que o público-alvo da atuação da Polícia Militar no que tange à prevenção ao uso de drogas e à violência, ou seja, quanto à prevenção primária e secundária, são os jovens (crianças e adolescentes). Destaca-se que pela legislação brasileira, considera-se criança o indivíduo que tem até 12 anos de idade. Já adolescente é aquele indivíduo que esta na faixa etária entre os 12 e 18 anos de idade<sup>2</sup>.

O enfoque preventivo para a atuação com crianças e adolescentes decorre da necessidade de acolher de forma especial o indivíduo durante o seu período de formação para a vida adulta, ou seja, antes de completar 18 anos de idade e ser considerado penalmente capaz de responder pelas condutas delitivas praticadas, consoante disposto na legislação penal brasileira<sup>3</sup>. Ademais, enfatiza Blanco (2002, p. 21) que as crianças e adolescentes demandam políticas específicas de prevenção da violência, “[...] pois suas condições particulares de fragilidade a certos crimes [...] são tão específicos quanto a criminalidade protagonizada por adolescentes em conflito com a lei”.

---

<sup>2</sup> “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990).

<sup>3</sup> “Art. 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial”. (Código Penal Brasileiro, Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940).

Da Silva (2009, p. 119) acrescenta que uma política de prevenção social criminal eficiente “[...] requer o desenvolvimento e a articulação de políticas para a juventude que, sensíveis a complexidade do fenômeno, sejam capazes de fazer cessar a mortalidade juvenil através da garantia dos direitos, em prol da emancipação cidadã”.

Desse modo, a atuação da Polícia Militar focada ao público juvenil e na prevenção sobre drogas, tem sido realizada em âmbito escolar, isto quer dizer, em sala de aula. No tocante Melo e Campos (2012) apontam que

Segundo pesquisas sobre Drogas e Juventude, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a escola possui um espaço importante para contribuir na redução do consumo de drogas e da violência entre os jovens. A capacitação de pais e professores é de suma importância para evolução e crescimento dos programas [...]. (p. 474)

Destaca-se que a atuação da Polícia Militar dentro do espaço escolar, além de estar em consonância com os estudos realizados pela UNESCO, também é coerente com o disposto na Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a qual institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e destaca a importância da escola no processo de prevenção ao uso indevido de substâncias entorpecentes, orientando em seu Art. 19 que

Art. 19. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:  
X – o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino;  
XI – a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas.

Aduz Nogueira (2010), nesse aspecto, que a presença do policial militar na escola pressupõe a participação ativa de vários segmentos sociais

[...] cuja contribuição tem dissolvido a ideia de presença repressora e do poder hegemônico, mas estimula o desafio de expor-se a novas possibilidades de aprendizado e relação, uma vez que a polícia deve servir à comunidade e não estar contra ela. A ação preventiva tem esta característica e, portanto, trata-se de uma nova possibilidade de relação entre polícia e escola, mais dinâmica, interligada, afinada com as necessidades de sua comunidade. (p. 82)

Desse modo, a aproximação da Polícia Militar da comunidade escolar, para realização do programa voltado às crianças e adolescentes com o objetivo de que os mesmos resistam ao uso de drogas e à violência, estende sua atuação preventiva primária e secundária para a família dos jovens atendidos, bem como a toda comunidade abrangida pela escola.

Por fim, Perovano (2011) entende que o ideal é que atuação da Polícia Militar através do PROERD, embora esteja atrelada à prevenção primária e secundária da criminalidade, ocorra prioritariamente no primeiro caso, isto quer dizer, antes das crianças e adolescentes terem contato com as drogas. Em suas palavras

Todos os campos de estudos de prevenção (seja primária, secundária ou terciária) sobre drogas têm como base a educação. Assim como toda educação preventiva sobre drogas é educação em saúde. Na escola, a prevenção deve se dar no nível primário, ou seja, abranger o conjunto dos estudantes a fim de evitar o primeiro contato com a droga ou prorrogar esse contato para mais tarde, quando tiver informação de qualidade e suficiente para saber fazer escolhas que propiciem vida saudável. (p. 71)

Conclui-se assim, que a prevenção da criminalidade é um conceito amplo e abstrato, sendo realizado pela Polícia Militar de forma repressiva, na maioria dos casos, tendo como enfoque a prevenção terciária. No entanto, além dessa atuação basilar e histórica, a Polícia Militar tem atuado juntamente com outros segmentos e setores públicos e privados na prevenção primária e secundária da criminalidade, mais especificamente através de programas com o objetivo de inibir o consumo de substâncias entorpecentes e, por consequência, a violência.

Frisa-se que, hodiernamente no Brasil, a atuação repressiva da Polícia Militar, bem como dos demais órgãos e instituições vinculados ao Sistema Penal, não tem se apresentado como suficiente para reduzir os índices criminais. Por outro lado, embora não seja vista como função principal da Polícia Militar, a mesma também tem atuado de forma preventiva, através de diversos programas, dentre eles o PROERD, objeto de estudo deste trabalho.

Assim, tendo-se ciência de que o PROERD está inserido nos conceitos de prevenção primária e secundária da criminalidade, as quais também são realizadas pela Polícia Militar, no próximo capítulo será detalhado o que é e como é desenvolvido este programa nas escolas do Estado do Rio Grande do Sul.

## **2. O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD)**

### **2.1 Contextualização e histórico de sua criação**

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), é administrado e realizado pela Polícia Militar no Estado do Rio Grande do Sul, bem como em outros Estados Federados brasileiros, no âmbito escolar. Nesse sentido, esclarecem Melo e Campos (2012, p. 465) que “O PROERD é um programa de caráter preventivo, sem fins lucrativos, religiosos ou políticos, voltado para crianças do ensino fundamental e desenvolvido no Brasil pelas Polícias Militares”.

O foco de tal programa preventivo da Polícia Militar são as crianças e os adolescentes, para que os mesmos aprendam a lidar com a violência, bem como saibam resistir ao uso de drogas. Em verdade, conforme muito bem elucida Souza Filho (2008)

A violência não se encontra somente nas ações violentas, mas está também atrelada ao consumo de drogas. A maneira de agir, maneira esta que pode ser um gesto de intimidação, uma palavra proferida e a ingestão de qualquer substância que venha causar efeitos danosos ao corpo, é um ato de violência. Sendo assim o uso de substâncias tóxicas é uma violência contra si próprio. (p. 68)

Desse modo, considerando que o uso de drogas lícitas ou ilícitas está associado à violência, o PROERD foi e está sendo desenvolvido pela Polícia Militar, como instituição destinada à preservação da ordem pública, agindo de forma preventiva primária e secundariamente, antecipando-se à ocorrência da criminalidade. Assim, ressalta Hofmann (2016) que o PROERD é um

[...] Programa de política social, de policiamento e de educação, no contexto da segurança escolar, ampliando o sentido de prevenção desenvolvido pela Polícia Militar, que está adequado ao conjunto de normas legais brasileiras e às convenções internacionais, e também que está alinhado as modernas práticas pedagógicas. (p. 28)

Nota-se que o PROERD tem como finalidade ampliar a atuação preventiva da Polícia Militar, mais especificamente no ambiente escolar, consistindo em uma ação conjunta entre a Polícia Militar, a escola e a família, para conscientizar e auxiliar os jovens estudantes a não fazerem uso de drogas, tampouco se envolverem em

situações de violência. Nesse aspecto, afirmam Melo e Campos (2012, p. 456), que o PROERD tem como meta ajudar as crianças e adolescentes “[...] a reconhecer as pressões e as influências diárias que contribuem ao uso de drogas e à prática de violência, desenvolvendo habilidades para resisti-las”.

Destaca-se que a realização do Programa dentro da escola, “[...] compartilha da visão que considera a escola um espaço de formação, informação, mediação; e ainda, como um agente dinamizador da educação voltada para o exercício da cidadania plena”. (Souza Filho, 2008, p. 79)

Logo, ao direcionar a atuação do PROERD, enquanto programa de prevenção à criminalidade, para a sala de aula, isto quer dizer, no espaço escolar dos jovens, a Polícia Militar visa realizar sua função na seara da prevenção primária e secundária do crime e da violência. Em outras palavras, os esforços preventivos da instituição estão direcionados ao público-alvo que prioritariamente ainda não teve contato direto com as drogas e à violência, ou mesmo, teve este contato, porém ainda não está sujeito à sanção penal.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, tem sua origem histórica nos Estados Unidos da América, país em que possui o nome de “*Drug Abuse Resistance Education - DARE*”. Em verdade, o PROERD é uma adaptação brasileira ao programa criado e mantido nos Estados Unidos da América. Ressalta-se que a adaptação diz respeito a questões culturais, de linguagem, da legislação e das características quanto ao consumo de drogas no Brasil. Porém, todas as demais questões do programa são mantidas tal qual são realizadas nos Estados Unidos da América, especialmente quanto à observância das condições metodológicas, pedagógicas e vinculadas ao uso dos símbolos e logotipos da marca DARE.

Ressalta-se que o Programa DARE na atualidade pertence a uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos e tem sua marca registrada<sup>4</sup>, sendo vedada sua utilização sem a chancela de tal organização, a qual periodicamente realiza a inspeção e acompanhamento *in loco* das ações desenvolvidas em cada país ou estado. Tal fiscalização tem como objetivo manter a linha pedagógica desenvolvida pelo Programa, bem como o controle de qualidade, evitando-se que adaptações às condições regionais ou locais afrontem a ideologia

---

<sup>4</sup> Fonte site oficial do DARE – Teaching students decision making for safe & healthy living. Disponível em: <<https://www.dare.org>>. Acesso em: 15 Out 2017.

principal defendida pelo Programa, qual seja, ensinar crianças e adolescentes a evitarem e/ou se afastarem das drogas e situações potencializadoras da violência.

Por oportuno, explica-se que o Programa DARE começou a ser pensado e idealizado pelo Departamento da Polícia de Los Angeles, quando através da análise do comportamento desviante e/ou delinquente de crianças e adolescentes, especialmente vinculados ao envolvimento com o consumo e a venda de drogas, constatou-se que a atuação policial exclusivamente repressiva não estava sendo suficiente para reduzir os índices criminais de tal cidade. Nesse sentido, esclarece Calazans (2009) que

[...] ao observar que os resultados alcançados apenas pela repressão policial às drogas ilícitas, ao tráfico, não produzia efeitos significativos e, ao considerar que o trabalho policial circulava entre o traficante e o usuário, estabeleceu-se que um requer repressão e, o outro, prevenção. (p. 123)

Assim, o Departamento de Polícia de Los Angeles, nos Estados Unidos da América, após diagnosticar as falhas nos organismos de repressão ao tráfico e ao consumo de drogas, especialmente as ilícitas, bem como a vinculação das substâncias entorpecentes ao aumento dos índices de criminalidade, passou a adotar, no ano de 1983 o Programa DARE, no Brasil denominado de PROERD. Silva e Antunes (2012) informam que o programa iniciou

[...] através de uma ação conjunta entre Daryl F. Gates, Chefe do Departamento de Polícia de Los Angeles (L.A.P.D.) e o Dr. Harry Handler, Superintendente do Distrito Escolar Unificado de Los Angeles (L.A.U.S.D.), que pretendiam interferir no processo desencadeador de consumo de drogas, delinquência e outras desordens relativas ao abuso de drogas. (p. 11-12)

Nas palavras de Perovano (2006), o DARE foi criado nos Estados Unidos da América como

[...] um programa educacional que visa prevenir crianças em idade escolar dos males causados pelo uso das drogas e conseqüências advindas, como a violência, criado, então, pela Professora Ruth Rich e equipe de educadores, que desenvolveram em conjunto com o Departamento de Polícia daquela localidade. (p. 93)

Acrescenta ainda Perovano (2006, p. 93), que o DARE foi criado como um programa que vai além dos tradicionais projetos que existiam até então para a

prevenção ao uso de drogas e da criminalidade, pois o foco de tal programa é ensinar as crianças e adolescentes a reconhecerem situações de risco e resistirem a elas, principalmente quanto à pressões pessoais ou de grupos, da mídia, das redes sociais e outros, ensinando a utilizar estratégias para dizer não ao uso de drogas e se afastar de condições de violência.

No Brasil, o PROERD teve início no ano de 1992 no Estado do Rio de Janeiro, sendo protagonizado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) a qual foi a primeira corporação brasileira a adotar o programa entre crianças da rede pública e particular de ensino no Brasil. Segundo Perovano (2006)

A PMERJ objetivava na ocasião, desenvolver uma estratégia de segurança pública, para aproximar o policial militar da comunidade, através do conceito de “polícia comunitária”, que é o de diminuir os hiatos entre esse órgão repressor de segurança pública para a condição de preventivo, com a contínua aproximação da polícia militar e do cidadão, com o fim de convidá-los a se tornarem protagonistas de ações preventivas na área da segurança pública. (p. 95)

Após a ação pioneira da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o DARE adaptado para a realidade brasileira e traduzido para o nome PROERD, passou a ser gradativamente adotado também por outras corporações estaduais.

No Estado do Rio Grande do Sul a implementação do PROERD ocorreu no ano de 1998, após alguns poucos policiais militares terem visitado a PMERJ e conhecido a experiência desenvolvida por àquela corporação na área da prevenção primária e secundária da criminalidade, tendo sido treinados e capacitados para implementarem o programa nas escolas do Estado do Rio Grande do Sul. Esclarece Hofmann (2016) que o PROERD surgiu através da

[...] iniciativa de poucos policiais militares que conseguiram superar barreiras culturais e conceituais e ampliar o Programa, a ponto de torná-lo, atualmente, o maior da Instituição e o mais abrangente, em prevenção primária sobre uso de drogas no Estado. (p. 3)

De fato, após o início do PROERD pela Brigada Militar, com poucos policiais militares envolvidos, com o passar dos anos o programa conseguiu destaque e, em 15 de junho de 2010, foi reconhecido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul como política pública de prevenção às drogas através da aprovação da Lei Estadual nº 13.468, de 15 de junho de 2010. Veja-se que referida lei além de institucionalizar o PROERD como programa de prevenção governamental, estabeleceu que sua

realização é atribuição exclusiva da Brigada Militar, conforme consta no Artigo 2º, abaixo transcrito

Art. 2.º - O PROERD será organizado e gerenciado exclusivamente pela polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul – Brigada Militar, constituindo-se em tema transversal, de acordo com a matriz curricular pedagógica nacional e os parâmetros curriculares nacionais, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Destaca-se que inicialmente o Programa atendia alunos da 4ª série do ensino fundamental, e contemplava 17 (dezesete) lições semanais, em consonância com o Programa norte americano DARE. Ao longo dos anos, o programa sofreu várias atualizações, com o fim de aprimorar os conteúdos e atender as novas demandas decorrentes das mudanças sócio-culturais.

Assim, informa Hofmann (2016) que

A Fundação RWJF<sup>5</sup> contratou a diretora do Instituto de Saúde e Política Social da Universidade de Akron e ex-administradora do Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas (NIDA), Zili Sloboda, com a orientação de especialistas, e propôs um novo currículo intitulado “Uma visão de suas decisões”, adotado e lançado no Brasil em 2004, simplificado e focado em habilidades de resistência e estratégias de recusa, substituindo as 17 lições por 10 (dez) aulas no 5º ano e outras 10 (dez) no 7º ano do ensino fundamental. (p. 4)

Em 2011, nova atualização do Programa DARE foi adaptada para o Brasil pelo Centro de Treinamento do PROERD da Polícia Militar de Minas Gerais, com o novo currículo intitulado “Caindo na REAL”, o qual é resultado de cerca de 20 anos de pesquisa e colaboração da Universidade do Estado de Penn, Universidade do Estado do Arizona, do DARE América e escolas dos Estados Unidos.

Logo, hodiernamente o Programa adotado em todo o território brasileiro é o que possui o currículo denominado “Caindo na REAL”, tendo tal nome alusão ao objetivo do PROERD, ou seja, fazer com que os jovens entendam e se conscientizem quanto aos riscos reais decorrentes do consumo de drogas e da prática da violência.

Destaca-se que os policiais militares que frequentam as salas de aula e ministram as lições do PROERD são especificamente treinados para tal finalidade, em curso de formação de 80 (oitenta) horas aulas, abrangendo o conhecimento dos

---

<sup>5</sup> Robert Wood Johnson Foundation

conteúdos específicos, o mundo lúdico das crianças, instruções quanto à metodologia de ensino e orientações pedagógicas destinadas a abordar os temas de forma clara, precisa e adequada à faixa etária das crianças atendidas. Além da formação inicial, a cada modificação no currículo, os policiais militares instrutores devem também realizar curso de atualização, mantendo-se assim uma uniformidade na aplicação do Programa em todas as escolas atendidas.

Desse modo, conhecendo o contexto histórico da criação do Programa nos Estados Unidos da América, mais especificamente em Los Angeles, onde nasceu, bem como seu desenvolvimento no Brasil, na sequência serão abordados seus objetivos.

## **2.2 Objetivos do Programa**

O PROERD tem como objetivo principal prevenir o consumo de drogas e a prática de violência, focando sua atuação nas crianças e adolescentes, ou seja, para os menores de 18 (dezoito) anos de idade.

Reitera-se, como já dito, que o objetivo direto do Programa é inibir o consumo de substâncias entorpecentes, pois ao se evitar o uso de drogas, gera-se, por consequência, a redução de situações de violência e da criminalidade. No tocante, Melo e Campos (2012, p. 467) afirmam que ao instituir programas de combate ao consumo de drogas, certamente há o enfrentamento da criminalidade, na medida em que “[...] cerca de 70% dos crimes estão relacionados direta ou indiretamente ao uso de drogas”. Ademais, como frisam Melo e Campos (2012)

O papel da prevenção no combate às drogas é de extrema importância e tem sido o grande mote da política sobre drogas, pois busca desestimular o uso inicial de drogas, incentivando a diminuição do consumo e diminuindo os riscos e danos associados ao seu uso indevido. É nesse contexto que se insere o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) na Política Nacional sobre Drogas, que em seu texto esclarece que as ações preventivas devem ser pautadas em princípios éticos e na pluralidade cultural, orientando-se para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica e à valorização das relações familiares, considerando seus diferentes modelos. (p. 463)

A escolha do público-alvo para a realização do Programa tem vinculação com os estudos apresentados por Silva e Antunes (2012, p. 5), segundo os quais nas décadas de 50 e 60 o consumo de bebidas alcoólicas, cigarro e outras substâncias

entorpecentes, iniciava com o ingresso do jovem na faculdade, isto é, após os 18 anos de idade. No entanto, com o passar do tempo essa realidade mudou e nos dias atuais, a experimentação de substâncias proibidas inicia muito mais precocemente. Isto tanto é verdade que

De acordo com o VI Levantamento Nacional de 2010, efetuado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), entre alunos do ensino fundamental e médio da rede pública nas capitais brasileiras, 9,9% dos consultados responderam que utilizaram algum tipo de droga ilícita nos 12 meses anteriores à pesquisa e 24,2% afirmaram já ter feito uso de drogas pelo menos uma vez na vida. (Melo e Campos, 2012, p. 459)

Desse modo, considerando que o PROERD é um programa vinculado à ação preventiva primária e secundária da criminalidade, relevante que o mesmo seja implementado para aqueles indivíduos que estão na faixa etária anterior àquela em que, estatisticamente, tem iniciado o consumo de drogas. Assim, como programa de educação e conscientização é possível que a atuação do PROERD atinja os alunos antes dos mesmos terem contato direto com as substâncias entorpecentes, de modo a evitar que ocorra tal envolvimento.

Corroborando tal entendimento os ensinamentos de Nogueira (2010, p. 81) para quem “A necessidade de levar o tema ‘drogas’ à sala de aula, ocupando tempos de aula no cotidiano escolar, decorre de estudos sobre o início do uso de drogas se dar na infância, favorecida pela influência do contexto social”.

Ademais, as crianças e adolescentes também são considerados população de risco para o uso, ainda que experimental, das drogas. Explica Perovano (2006) que

A adolescência é a passagem da infância para a vida adulta e um período crítico na formação da identidade e desenvolvimento da personalidade. No processo de formação da identidade, o adolescente precisa experimentar novas atividades, novas posturas sociais e formas de se relacionar. É o resultado destas experimentações - como ele se sente, do que ele gosta e o retorno que o meio dá - que determinará se o jovem adotará ou não determinada postura, que o auxiliará na formação de sua identidade. (p. 91)

Acrescenta ainda, o mesmo autor (Perovano, 2006, p. 91), que o uso de substâncias entorpecentes, as quais por sua natureza tem efeito psicoativo, afeta diretamente a cognição, a capacidade de julgamento, o humor e as relações interpessoais, sendo que os efeitos são potencializados em função da imaturidade do organismo “[...] e da indefinição dos padrões de comportamento adaptativos e

definidores da estrutura da personalidade. A substância psicotrópica não atua apenas no sistema nervoso central, mas em todo o organismo” (Pevorano, 2006, p. 50).

Em outras palavras, o uso de drogas por crianças e adolescentes, os quais ainda estão passando por uma fase de formação física, psicológica, social e moral, prejudica diretamente seu desenvolvimento para a vida adulta, estimulando ou podendo estimular comportamentos desviantes, contrários à lei, situações de violência e a prática de crimes.

Ante tal contexto, afirmam Melo e Campos (2012, p. 464) que a prevenção é a estratégia mais eficaz para o problema do abuso e uso indevido de drogas e a utilização do espaço escolar é fundamental, porque “[...] é a instituição que promove a educação e que possui maiores condições de executar um programa de prevenção, pois retém a clientela de maior risco, ou seja, crianças, adolescentes e jovens”.

Outrossim, são também nos espaços educativos que se formam diversos fenômenos sociais “[...] com fundamento nas emoções, os pensamentos, os conceitos e os objetivos dos grupos sociais, num processo histórico e relacional, criando realidades que, nesta interação constante, recria os sujeitos dela participantes” (Rateke, 2006, p. 15).

Em consonância com este entendimento afirma Perovano (2011, p. 79), que a escola constitui o espaço privilegiado para o desenvolvimento da atividade de prevenção primária às drogas e de tantos outros assuntos novos e recorrentes do cotidiano, apesar “dos professores não se encontram preparados para a prevenção na escola”, motivo pelo qual a participação da Polícia Militar nesse ambiente se mostra como adequada e eficaz, no seu entendimento.

Ademais, como explica Nogueira (2010) a realização do PROERD tem sido de extrema importância no ambiente escolar e fora dele, em suas palavras

Com o crescimento do consumo indevido de drogas, o PROERD tornou-se um programa indispensável às escolas, pois seu caráter informativo pode ajudar na conscientização e na mudança de comportamento. A presença e a permanência de um policial militar uniformizado e com postura diferenciada, ocasionada pela influência que sofreu na formação de instrutores, geram confiança e vínculo, aproximando-o da comunidade, indo além das paredes da sala de aula. (p. 71)

Veja-se que a presença do policial militar na escola, além da atuação preventiva no local em que se encontra o público que tem potencial risco de envolvimento com as drogas, objetiva também aproximar a Corporação e seus integrantes da comunidade, afastando a visão clássica e predominante de que a Polícia Militar existe somente para a atuação repressiva. Assim, Calazans (2009) aduz que

[...] o PROERD procura reconstruir no imaginário social da população jovem estudantil a ideia de uma Polícia próxima à comunidade; uma Polícia que conhece e é conhecida pela população local; uma Polícia que serve para proteger e para servir; uma Polícia que tem a sua ação focalizada na prevenção, na mediação de conflitos, ou seja, está orientada para uma determinada comunidade. (p. 132)

Registra-se que as atuais 10 (dez) lições semanais do PROERD são realizadas pelo policial militar na sala de aula, estando este devidamente fardado e equipado. O objetivo do policial militar estar presente na escola, utilizando seu uniforme de trabalho, diz respeito à identificação da sua autoridade pelas crianças, colabora na proximidade que se almeja entre Polícia Militar e comunidade, bem como dá credibilidade às informações que o mesmo repassa aos estudantes durante as aulas. Nesse sentido, esclarecem Silva e Antunes (2012) que

O PROERD consiste num esforço cooperativo estabelecido entre a Polícia Militar, a Escola e a Família. Objetiva dotar jovens estudantes de informações e habilidades necessárias para viver de maneira saudável, sem drogas e violência. Assim, os policiais instrutores do PROERD, atuam como facilitadores que utilizam a aprendizagem ativa para estimular as competências das habilidades sociais e emocionais que fortaleçam a prevenção ao uso de drogas entre as crianças e adolescentes. (p. 13)

Por esse motivo, a aplicação do PROERD tem como finalidade fortalecer a autoestima da criança e do adolescente, apresentando um modelo positivo de vida. Nas palavras de Perovano (2006, p. 113) “Um ponto fundamental neste processo de planejamento é o discurso da prevenção, que é o discurso da vida e não o discurso da morte”. “A avaliação do PROERD nesta vertente nos leva a observar que seu discurso é a da apologia à vida”.

Em complemento, da análise realizada por Souza Filho (2008) o mesmo concluiu que

A aplicação do programa objetiva o desenvolvimento da auto-estima, o cultivo da felicidade, controle das tensões, civilidade, além de ensinar técnicas de autocontrole e resistência às pressões dos companheiros e às formas de oferecimento de drogas por pessoas estranhas ao convívio das crianças e adolescentes. (p. 83)

Para tanto, o Programa utiliza linguagem acessível para a faixa etária a que se destina, bem como preconiza a realização de uma variedade de atividades interativas, com a participação de grupos em aprendizados cooperativos, estimulando os alunos a resolverem os principais problemas existentes na fase da pré-adolescência e adolescência.

Legalmente, as diretrizes norteadoras do PROERD estão expressas no Art. 3º da Lei Estadual nº 13.468 de 2010, abaixo transcrito

Art. 3.º - O PROERD terá como ação preponderante a prevenção, através de metodologia de ensino baseadas nas seguintes diretrizes:  
I - desenvolvimento de ações e aulas de noções de cidadania;  
II - desenvolvimento de atividades e administração de aulas que demonstrem a desaprovação da prática de atos de violência entre estudantes das redes pública e privada de ensino do Rio Grande do Sul;  
III - desenvolvimento de programa de prevenção primária ao uso de drogas lícitas e ilícitas, destinado a alertar sobre os malefícios causados à saúde física e mental do usuário;  
IV - desenvolvimento de atividades e aulas que esclareçam sobre os riscos decorrentes da dependência química e a criminalidade relacionada, direta ou indiretamente, ao uso de drogas;  
V - orientação das crianças, adolescentes e familiares acerca das soluções e medidas eficazes quanto à resistência às drogas lícitas e ilícitas; e  
VI - desenvolvimento de um trabalho interno de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, através da formação de equipes de palestras, que atenderá à política da Secretaria de Segurança Pública.

Seguindo tais diretrizes, pode-se resumir, que o PROERD tem como objetivos primordiais as três vertentes enumeradas por Sólon (2006), quais sejam

a) desenvolver um sistema de prevenção contra a violência e o uso indevido de drogas nas escolas de todo o Estado, para crianças e adolescentes, através da educação, usando métodos que priorizem a moral, os bons costumes, a afetividade e os modelos de vida sadia e saudável, de acordo com a nossa realidade, os tipos de drogas usadas e a faixa etária envolvida;  
b) prevenir a criminalidade, pois, segundo dados estatísticos, a maioria dos crimes é relacionada às drogas, de maneira direta ou indireta;  
c) melhorar a imagem da Polícia Militar, junto à população, dando-lhes a confiança e o respeito necessários, para a execução de seus serviços, visto que o trabalho com crianças, adolescentes e pais desmistifica a imagem de uma polícia truculenta e arbitraria. (p.106)

Destaca-se que os objetivos basilares do PROERD estão vinculados diretamente à prevenção primária e secundária da criminalidade, mediante o enfoque na prevenção ao consumo de drogas, de forma consequente reduzindo os índices criminais e, de maneira subsidiária aproximando a Polícia Militar da população.

Diante do exposto, resta claro que os objetivos do Programa são muito mais amplos que a mera inibição ao consumo de drogas, pois visam de fato a prevenção da criminalidade, sendo inclusive alicerçados como uma estratégia governamental de prevenção primária e secundária. E, como tal, o PROERD precisa ser realizado com periodicidade para, que de fato as ações promovidas pelo Programa surtam efeitos a médio e longo prazo na sociedade. Quanto a isto, muito lucidamente Melo e Campos (2012) expressam que

A tarefa de prevenção requer tempo, vontade e determinação. Portanto, com a finalidade de contribuir com uma cultura contra violências e uso de drogas, o PROERD não tem como foco apenas os resultados imediatos, mas, objetiva um trabalho em longo prazo, visto que a criança bem orientada hoje será um adulto responsável amanhã. (p. 480)

E assim, considerando os objetivos do Programa e a necessidade de sua realização regular e periódica, enquanto estratégia governamental de prevenção da criminalidade, há instrução específica e constante dos policiais militares, que por vezes são também denominados de educadores sociais, para a realização das atividades do PROERD nas escolas do Estado do Rio Grande do Sul.

Oportuno destacar, que as atividades desempenhadas pelos policiais militares nas escolas devem ocorrer de acordo com os currículos aplicados e observando os temas estabelecidos no plano pedagógico de ensino, motivo pelo qual as lições devem ser ministradas na ordem prevista na cartilha do estudante e no manual do instrutor policial militar. A abordagem dos currículos e dos temas ministrados em cada lição do PROERD, são apresentados na sequência.

### **2.3 Currículos e temas abordados**

Hodiernamente, o PROERD é aplicado no Brasil, considerando os currículos desenvolvidos, atualizados e adaptados à realidade brasileira, tendo como base as

últimas versões do Programa DARE, idealizado e confeccionado nos Estados Unidos da América.

Resumidamente, pode-se afirmar que no Brasil há 04 (quatro) currículos distintos.

O primeiro deles é o denominado “Proerd Anos Iniciais”, destinado à Educação Infantil, ou seja, às crianças de 04 a 06 anos de idade. Esse currículo aborda questões gerais de segurança para crianças, através da apresentação de cartazes contendo figuras ilustrativas, as quais demonstram através de desenhos e de forma lúdica, questões como cuidados ao atravessar as ruas, locais adequados para brincar, objetos que não devem ser utilizados para brincar, o que são alimentos e o que são substâncias que não devem ser consumidas, não aceitar presentes ou carona de estranhos, não aceitar que estranhos toquem suas partes íntimas, etc.

Destaca-se que cada assunto é abordado em 01 (um) cartaz, sendo apresentado apenas um único tema em cada encontro com o Policial Militar, o qual tem duração de aproximadamente 30 (trinta) minutos. Registra-se que em razão da idade das crianças, o Policial Militar é orientado a sentar no chão com as mesmas, em círculo, propiciando olhar nos olhos das crianças durante as explicações, bem como facilitando a interação das mesmas com as figuras apresentadas nos cartazes.

Um outro currículo existente, é o denominado de “PROERD Pais”, o qual é direcionado aos adultos, pais ou responsáveis por crianças e adolescentes. Os encontros com o Policial Militar devem ocorrer preferencialmente na escola, em horário compatível com as atividades laborais do público-alvo. Nesse currículo a previsão é de 05 (cinco) lições semanais, nas quais o Policial Militar irá esclarecer dúvidas dos pais quanto às drogas, violência e criminalidade, bem como irá ensinar estratégias e/ou maneiras dos adultos abordarem tais temas com as crianças e adolescentes em casa.

O objetivo deste currículo é capacitar os pais, pois muitos relatam não saber a maneira adequada de abordar o tema com seus filhos e, além disso, fazer com que a família igualmente se aproxime do Programa de prevenção. Reitera-se, que o PROERD tem como concepção basilar, integrar ações da Polícia Militar, da Escola e da Família, na prevenção da drogadição e da violência.

Frisa-se que, embora a existência e validade dos currículos anteriormente referidos, os mesmos não tem sido aplicados com prioridade no Estado do Rio Grande do Sul, isto importa dizer, que eles tem ocorrido, porém de forma muito mais

esparsa e irregular do que os outros dois currículos (destinados aos estudantes do Ensino Fundamental, mais especificamente para o 5º e 7º anos).

Tais currículos do Programa para o 5º ano do Ensino Fundamental (crianças de 09 a 12 anos de idade) e 7º ano do Ensino Fundamental (adolescentes de 13 a 15 anos de idade), são denominados de “Caindo na REAL” e são aplicados desde o ano de 2013 no Estado do Rio Grande do Sul. Conforme informado pelo Centro de Treinamento do PROERD da Brigada Militar, os currículos “Caindo na REAL” tem o compromisso de fornecer instrução de ponta

[...] capaz de prevenir o uso de drogas por meio do desenvolvimento das habilidades básicas necessárias para que escolhas seguras e responsáveis sejam feitas. Essas habilidades vão além da questão das drogas, pois possibilitam escolhas saudáveis e maduras em todos os aspectos da vida do jovem cidadão. Ao desenvolver as principais habilidades acadêmicas e práticas, o currículo promove tanto os objetivos educacionais quanto os de prevenção. (Anexo único)

Nesse aspecto, frisa Souza Filho (2008, p. 74) que a concepção de um programa de prevenção ao uso de drogas “[...] deve ter uma característica multidisciplinar, haja vista a necessidade de se contextualizar a sociedade, a droga e o aluno nas mais diversas relações existentes”.

De fato, os currículos do PROERD, especialmente os denominados de “Caindo na REAL” para os estudantes do Ensino Fundamental foram projetados com base na Teoria de Aprendizagem Socioemocional (*Socio-Emotional Learning Theory - SEL*).

Segundo consta, a teoria SEL tem como premissa identificar as habilidades básicas e fundamentais para o processo de desenvolvimento do indivíduo, especialmente àqueles necessários para a promoção da saúde e do bem-estar, incluindo

- autoconhecimento e autogerenciamento;
  - tomada de decisão responsável;
  - compreensão dos outros (alteridade);
  - habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal;
  - habilidade de lidar com desafios e responsabilidades.
- (Anexo único)

Verifica-se, portanto, que os currículos do Programa são fundamentados na aprendizagem sócio-emocional, vinculada a Inteligência Emocional e à importante

visão de que o ensinamento de habilidades às crianças e adolescentes, faz com que as mesmas “[...] possam dominar certas aptidões fundamentais para uma vida saudável. No caso do PROERD, objetiva evitar o uso de drogas e violência”. (Silva e Antunes, 2012, p. 4)

Nesse sentido, o material fornecido pelo Centro de Treinamento do PROERD da Brigada Militar, enfatiza o uso da teoria, como ferramenta fundamental para fornecer às crianças e adolescentes o conhecimento necessário para que elas, por si só, saibam fazer boas escolhas, ou seja, diante do oferecimento de drogas ou situações de violência, possam agir de maneira a se manterem afastadas e mais seguras. Assim, enfatiza o material recebido que

O presente currículo utiliza essa teoria para ensinar aos jovens como controlar seus impulsos e pensar nos riscos e nas consequências, o que resultará em escolhas mais responsáveis. Acredita-se que, ao ensinar aos jovens a tomarem decisões seguras e responsáveis, eles serão capazes de fazer escolhas saudáveis, não somente sobre drogas, mas em todos os aspectos de suas vidas. À medida que os jovens forem educados para se tornarem cidadãos responsáveis, conseqüentemente conduzirão suas vidas de forma mais produtiva e livre de drogas. (Anexo único)

Complementa tal explicação, os ensinamentos de Nogueira (2010, p. 89), para quem os currículos “Caindo na REAL” são fundamentados na teoria sociointeracionista e na mediação de conflitos, proporcionando o reforço dos valores sociais para o convívio harmonioso e enfatizando as qualidades necessárias para se tornar um cidadão responsável, consciente e de bom caráter.

Enfatiza ainda tal autor, que o PROERD tem como base uma estrutura de processo decisório,

[...] onde os estudantes devem definir o problema, estabelecer alternativas de solução, aplicar uma delas e refletirem sobre o que decidiram. Além deste modelo de tomada de decisão, os estudantes passam a debater e a refletir sobre as lições por aprendizagem cooperativa e escuta ativa. (Nogueira, 2010, p. 83)

Realmente, em quase todas as lições semanais do PROERD, há o reforço para a tomada de decisão a ser realizada pela criança e/ou adolescente. Essa tomada de decisão é denominada de “Modelo de Tomada de Decisão PROERD” e ensina de forma didática 04 (quatro) etapas para que os estudantes adotem uma decisão segura e responsável. As etapas são: a) “Defina”, na qual o aluno é

estimulado a definir o problema, desafio ou oportunidade, em relação ao qual deve adotar uma decisão; b) “Analise”, etapa em que o aluno deve pensar nas diferentes opções existentes para resolver a situação apresentada, bem como os prós e contras de cada opção; c) “Atue”, momento em que o aluno é instigado a escolher uma das opções analisadas na etapa anterior, tendo consciência das possíveis consequências decorrentes de tal decisão; e, por fim, d) “Avalie”, momento em que são feitos os seguintes questionamentos ao aluno “Você fez uma boa escolha?”, “Você tomaria a mesma decisão novamente?”. O objetivo desta última etapa é fazer com o aluno reflita sobre a decisão tomada, para saber se em situação semelhante agiria da mesma forma novamente.

Desse modo, com o uso das 04 (quatro) etapas é “[...] demonstrando às crianças a importância de se pensar nas consequências das ações pessoais, não somente nas questões do uso de drogas, mas também no tocante a violência e criminalidade” (Silva e Antunes, 2012, p. 13).

Cabe frisar, que os alunos são estimulados a refletir sobre o problema hipotético apresentado na cartilha e pelo Policial Militar instrutor, para que através da análise do caso consigam identificar a melhor e mais adequada solução para a situação problemática. Informa-se que os diversos problemas hipotéticos apresentados durante as lições, estão correlacionados com situações que as crianças e adolescentes podem vivenciar no ambiente familiar, escolar e comunitário nos quais estão inseridos. Em outras palavras, contextualizam o aprendizado naquilo que os alunos vivenciam no seu dia a dia, considerando sua faixa etária.

Em que pese ser adotado e estimulado o uso do “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”, os ensinamentos são repassados “de forma cativante e descontraída, por meio de diversas formas pedagógicas e técnicas voltadas para a resistência às pressões impostas pelos companheiros de escola e auxilia o aluno a adquirir consciência e necessidade de dizerem não às drogas e à violência” (Souza Filho, p. 79).

Nas palavras de Melo e Campos (2012, p. 466), “São utilizados diversos recursos para a interação com os alunos, dentre eles, vídeos, canções, peças teatrais e brincadeiras.” A linguagem é acessível e as atividades são interativas para estimular os alunos a participarem ativamente do Programa e serem formadores de opinião, inclusive podendo influenciar a comunidade em que vivem.

Assim, o currículo deve ser observado pelo Policial Militar instrutor do PROERD, especialmente quanto às atividades previstas para propiciar a interação das crianças e adolescentes, o que facilitará, conseqüentemente, o aprendizado de forma lúdica, porém com credibilidade e valorativa de estratégias para a prevenção ao consumo de drogas e à violência. Desse modo, afirma Nogueira (2010) que o currículo

[...] adapta-se à necessidade do estudante para melhor desenvoltura, comunicação, socialização e respeito às diferenças: utilizam-se grupo cooperativo, jogos, escuta ativa, atividades corporais, cuja finalidade é compreender mais claramente os efeitos nocivos das drogas em todas as esferas coletivas e individuais, refletir sobre conseqüências legais, sociais, filosóficas e emocionais do uso de drogas. (p. 90)

Por tanto, as atividades do PROERD, especialmente dos currículos do 5º e 7º ano do Ensino Fundamental, foram projetadas para estimular os estudantes a resolverem os principais problemas na faixa etária em que se encontram e, como enfatiza Perovano (2011, p. 90), “[...] neste contexto, podem ser incorporadas ao currículo, agregando assuntos como saúde, ciências, estudos sociais, literatura e outros de natureza social”.

Superada a apresentação dos currículos do PROERD, considerando que no Estado do Rio Grande do Sul a prioridade tem sido a aplicação do Programa para as crianças do 5º ano do Ensino Fundamental, a seguir se resume brevemente os temas abordados em cada uma das lições de tal currículo<sup>6</sup>.

Na primeira lição, o Policial Militar se apresenta aos alunos e informa que os mesmos terão um encontro semanal de 1 (uma) hora durante 10 (dez) semanas, solicita para que os alunos também se apresentem e entrega aos mesmos a cartilha que será utilizada em todas as aulas e em casa com a família, através de atividades extraclasse.

É nesse primeiro contato também que o Policial Militar explica e constrói com os alunos a sigla PROERD, fazendo os mesmos compreenderem cada uma das palavras que compõem o nome do Programa e seu significado.

Além disso, o Policial Militar combina com os alunos as regras de convivência para as aulas, as quais são denominadas de “Combinados”. Nos “Combinados”

---

<sup>6</sup> O resumo das lições foi elaborado em consulta ao Manual do Instrutor PROERD, 5º Ano do Ensino Fundamental – “Caindo na Real”. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/1033348-Manual-do-Instrutor-Proerd-5o-ANO-Caindo-Na-Real-v-2014-PMSC/>>. Acesso em: 14 Out 17.

constam questões de silêncio, ordem, disciplina, respeito aos demais participantes da aula, bem como a indicação de que ao usar exemplos reais os alunos não identifiquem as pessoas envolvidas, relatando em substituição do nome ou identificação a expressão “Alguém que eu conheço [...]”.

Outra atividade que é estimulada na primeira aula e que é muito apreciada pelos estudantes é a montagem de uma caixa de perguntas, chamada de “Caixinha do PROERD”. A ideia de tal ferramenta é que os alunos escrevam suas dúvidas e coloquem de forma anônima em tal caixa, durante o intervalo entre uma aula e outra. Assim, na aula seguinte, e em todas as subsequentes, o Policial Militar irá sortear de duas a três perguntas e responder aos alunos suas dúvidas em específico.

E, por fim, já na primeira lição é apresentado aos alunos o “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”, acompanhado de um exemplo prático. Nesse primeiro momento, a tomada de decisão é realizada em conjunto pelo Policial Militar e os estudantes.

Na segunda lição, cujo título é “Você sabia?” são apresentados aos alunos os fatos e efeitos do consumo de bebida alcoólica e do cigarro. Há a realização de uma atividade escrita, na qual se propicia ao estudante refletir sobre as novas informações repassadas quanto a tais drogas lícitas, porém proibidas para menores de 18 anos de idade. Ainda nessa lição, há um exercício para que os alunos pratiquem a primeira etapa do “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”, ou seja, apenas leiam as situações hipotéticas e definam qual o problema, desafio ou oportunidade que esta inserido em tais casos.

A terceira lição tem o nome de “Fazendo escolhas seguras e responsáveis” e nessa aula os alunos enfrentam problemas hipotéticos, sendo estimulados a utilizar as duas primeiras etapas do “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”, ou seja, o “Defina” e o “Avalie”.

De forma progressiva, na lição número quatro intitulada “Estratégias de Resistência”, os alunos realizam exercícios com três etapas do “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”, isto quer dizer, o “Defina”, o “Avalie” e o “Atue”. Além disso, a lição é destinada a explicar aos alunos o que é resistência, demonstrando estratégias para os mesmos manterem-se afastados das drogas e situações de violência.

Na quinta lição, cujo nome é “Sinais de Tensão”, os estudantes aprendem o que é uma situação tensa, quais os efeitos da tensão no seu corpo no que tange às

reações físicas e psicológicas, e de que maneiras podem agir para ficar menos nervosos, menos tensos e se sentirem melhor e aliviados, para posteriormente, lidar com calma com a situação tensa a ser enfrentada. Nessa aula, há a introdução do ensinamento de que agir sob o efeito do nervosismo, em resposta imediata a uma situação tensa, pode não ser a melhor opção, pois suas consequências podem ser negativas. É ainda na quinta aula que os alunos irão preencher, agora sozinhos, todas as etapas do “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”, definindo, analisando, atuando e avaliando a decisão tomada.

A partir da quinta lição todos os exercícios propostos abrangem as quatro etapas do “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”, sendo diferenciado, em verdade, os problemas hipotéticos conforme os conteúdos abordados em cada aula subsequente.

Desse modo, na lição número seis, denominada de “Estilos de Comunicação”, demonstra-se para os alunos as formas diferentes de se posicionarem para expressar suas opiniões e decisões. A lição resume os estilos em três tipos, quais sejam: comunicação exigente, comunicação insegura e comunicação confiante. A lição é apresentada aos alunos, de modo a que percebam que a comunicação mais eficaz, que pode resolver seus problemas e que possivelmente evita situações de conflito e violência é a denominada “comunicação confiante”, conceitualmente sendo aquela que abrange uma fala clara, calma e respeitosa com as demais pessoas.

Na sétima lição, há a continuidade da lição anterior, sendo apresentados exercícios sobre a “Comunicação Eficaz”, ampliando o conceito de comunicação. Nesse momento os alunos são instados a perceberem que comunicação não representa apenas falar, mas também ouvir e compreender a opinião dos outros, ainda que a mesma seja diferente da sua.

Na sequência, o foco da aula é um pouco modificado, sendo abordada a questão do Bullying, problema mais recente e que tem se ampliado nas escolas como precursor de doenças nas crianças e adolescentes, bem como de ciclos de violência física e verbal. O nome desta lição é “Relatando o bullying com responsabilidade” e foca o aprendizado do aluno nas maneiras seguras e responsáveis de relatar o que está acontecendo consigo ou com um colega.

A lição seguinte, é uma continuação desse conteúdo frisando a ocorrência do bullying no ônibus escolar, de maneira a consolidar o conhecimento e a compreensão do tema pelos alunos.

E, por fim, na décima lição do PROERD, intitulada de “Precisando de Ajuda”, os estudantes aprendem a identificar adultos responsáveis e de confiança para os quais podem relatar, de maneira confiante, os problemas e dificuldades que estão enfrentando, pedindo assim ajuda para a solução de tais situações.

Por oportuno, informa-se ainda, que ao final de cada aula o Policial Militar solicita para que os alunos preencham os espaços da cartilha denominados de “Meu Diário: O que eu aprendi hoje” e o “Glossário”. No primeiro caso, o objetivo é consolidar os principais temas abordados naquela aula. Já no segundo, os alunos precisam identificar no glossário os conceitos novos que lhes foram repassados em aula.

Para finalizar cada aula, o Policial Militar deve se despedir da turma de alunos, solicitando para que os mesmos tenham uma excelente semana, agindo de forma segura e responsável. A orientação é para que seja dito sempre a mesma frase “Até a próxima semana, sejam seguros e responsáveis”.

Observa-se que os temas abordados pelo currículo “Caindo na REAL” para o 5º ano do Ensino Fundamental direcionam os alunos a compreenderem as situações pelas quais passam ou irão passar na fase de transição de criança para a adolescência, em especial situações de tensão, pressões dos colegas ou de outros alunos, bullying e oferta de substâncias entorpecentes (drogas lícitas e ilícitas). Por outro lado, além de propiciar uma melhor compreensão dessas circunstâncias os alunos são ensinados a resistirem a tais fatores negativos, através de uma comunicação eficaz, estratégias de resistência e o relato e pedido de ajuda a adultos responsáveis e de confiança.

Ante todo o exposto, resta evidente que os temas abordados no currículo são adequados para a finalidade a que se destinam, ou seja, realizar a conscientização e o aprendizado das crianças e adolescentes no que tange ao consumo de drogas e ao envolvimento em situações de violência, buscando-se assim que os mesmos de forma convicta tomem decisões seguras e responsáveis, isto quer dizer, façam as melhores opções para terem uma vida saudável e feliz.

#### **2.4 Abrangência contemporânea do PROERD**

Conforme demonstrado, o PROERD tem sido um importante programa educacional gerenciado pelas instituições policiais, no ambiente escolar, para inibir

e/ou reduzir o consumo de drogas e a violência, e por consequência, a criminalidade.

Nota-se, como já dito alhures, que o Programa está inserido na atuação preventiva das instituições policiais, isto quer dizer, mais diretamente com a prevenção primária e secundária da criminalidade. Observa-se que no Brasil a atuação da Polícia Militar é prioritariamente repressiva, no entanto ante a ineficácia desta medida isolada, o PROERD tem adquirido e ampliado espaço nas Corporações como medida de prevenção.

Da mesma forma que no Brasil, o Programa igualmente tem sido estendido e ampliado pelo mundo. Nesse sentido, cabe destacar que hodiernamente o programa é aplicado nos 50 (cinquenta) estados federados dos Estados Unidos da América, bem como em outros 58 (cinquenta e oito) países em todo o globo<sup>7</sup>. Complementa Linhares (2006, p. 105) que até o ano de 2005 o programa já havia beneficiado aproximadamente 40 (quarenta) milhões de crianças e adolescentes ao redor do mundo.

No Brasil, a contar do ano de 2002, o PROERD tem sido realizado nos 27 (vinte e sete) estados federados, ou seja, em todo o território nacional<sup>8</sup>.

Ressalta-se que em alguns estados federados brasileiros a realização do PROERD é mais tímida e em outros mais ampla. Há estados federados em que os policiais militares são designados exclusivamente para a atividade de educador, permanecendo nas salas de aula e em contato com crianças e adolescentes durante toda a sua jornada de trabalho, ou seja, 40 (quarenta) horas semanais, como é o caso do Estado do Rio de Janeiro. Em outros estados federados, como no Estado do Rio Grande do Sul, os policiais realizam a atividade do PROERD apenas em parte do seu tempo semanal de trabalho, e muitas vezes apenas por um tempo reduzido (por exemplo, por um turno de seis horas), permanecendo o restante do período nas ações e operações de policiamento ostensivo nas ruas, em outras palavras, na repressão criminal.

Desse modo, considerando o tempo que os policiais militares são designados para realizar as atividades do PROERD, em alguns estados federados são

---

<sup>7</sup> Fonte site oficial do DARE – Teaching students decision making for safe & healthy living. Disponível em: <<https://www.dare.org>>. Acesso em: 15 Out 17.

<sup>8</sup> Fonte Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/proerd-2/>>. Acesso em: 06 Nov 17.

atendidos quase 100% (cem por cento) dos alunos regularmente matriculados nas escolas. Já em outros estados federados a abrangência acaba por ser reduzida, inexistindo levantamentos concretos do efetivo percentual de crianças e adolescentes que são beneficiados pelo Programa na comparação com o total de estudantes matriculados.

Especificamente em relação ao Estado do Rio Grande do Sul, no qual o PROERD é realizado desde o ano de 1998, segue tabela demonstrativa do total de municípios e escolas abrangidos pelo programa.

**Tabela 1 – Dados Gerais do PROERD de 1998 a 2016: Total de Escolas e Municípios abrangidos**

Ano	Total de Escolas				Municípios abrangidos
	Rede Pública		Particular e Outras	Total	
	Estadual	Municipal			
1998	3	0	0	3	2
1999	16	8	2	26	2
2000	215	87	53	355	96
2001	815	298	137	1.250	351
2002	433	252	100	785	218
2003	745	308	145	1.198	321
2004	946	449	114	1.509	457
2005	791	346	123	1.260	272
2006	1.037	331	143	1.511	359
2007	715	567	64	1.484	295
2008	1.069	789	95	1.953	367
2009	965	989	150	2.104	383
2010	1.035	1.117	175	2.327	409
2011	800	906	116	1.822	316
2012	826	914	126	1.854	459
2013	1.206	1.482	195	2.883	220
2014	910	1.234	102	2.246	210
2015	584	662	115	1.361	113
2016	509	558	82	1.149	139

Tabela confeccionada com base nos dados fornecidos pelo Centro de Treinamento do PROERD do Estado do Rio Grande do Sul, em maio de 2017, conforme Anexo único.

Nota-se que no ano de 1998 o PROERD iniciou de forma tímida, em apenas 02 (dois) municípios e 03 (três) escolas. Nos anos seguintes, observa-se que houve um significativo aumento dos municípios e escolas atendidos, tanto que no ano de 2001 o Programa já estava sendo aplicado em 351 (trezentos e cinquenta e um)

municípios, atendendo alunos de 1.250 (um mil, duzentos e cinquenta) escolas da rede pública e da rede particular de ensino.

Apesar do crescimento rápido dentro do território do Estado do Rio Grande do Sul, pois em apenas 04 (quatro) anos o Programa se alastrou por mais de três centenas de municípios, constata-se também que a sua ampliação não ocorreu de forma uniforme, pois em alguns anos há redução e em outros o aumento dos municípios em que o mesmo foi aplicado, o que reflete obviamente também na quantidade total de estabelecimentos de ensino abrangidos.

Destaca-se que o Estado do Rio Grande do Sul possui atualmente um total de 497 (quatrocentos e noventa e sete municípios)<sup>9</sup>. Isto importa dizer, que desde o ano de implementação do PROERD no Estado o mesmo nunca conseguiu ser aplicado em todo o território deste. Em verdade, o ano de 2012 foi o que houve a aplicação no maior número de municípios, sendo atendidos 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) localidades.

Por oportuno, informa-se que a Polícia Militar estadual do Estado do Rio Grande do Sul, denominada de Brigada Militar, realiza suas atividades de polícia ostensiva em todos os municípios pertencentes ao Estado. Isto importa dizer, que a atuação repressiva é realizada em todo o território estadual, no entanto, ações do PROERD vinculadas à prevenção primária e secundária da criminalidade, jamais foram realizadas na integralidade.

Ressalta-se que o não atendimento de todo o território estadual ocorre por diversos fatores, mas certamente um deles tem sido a dificuldade de demonstrar estatisticamente os resultados obtidos pelo PROERD na prevenção da criminalidade. Resultados objetivos, por exemplo, quanto ao número de jovens afastados de situações de violência, a redução do consumo de drogas ou ainda a diminuição de crimes. Ora, tais números de certa forma são impossíveis de mensurar com precisão, pois o envolvimento com drogas e a violência decorre de diversos fatores, tais como questões familiares, sociais, culturais, financeiras e outras. Isto quer dizer, o PROERD é um programa voltado para a conscientização dos estudantes, para que eles aprendam a resistir à oferta de drogas e ao envolvimento com situações de violência, mas ele por si só não é capaz de resolver todos os problemas e conflitos sociais existentes.

---

<sup>9</sup> Fonte IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=43>>. Acesso em: 15 Out 17.

Ademais, conforme já dito no capítulo anterior, a sociedade brasileira ainda foca a prevenção da criminalidade nas ações repressivas, buscando dos órgãos e instituições vinculados à segurança pública a atuação no que tange à contenção dos indivíduos delinquentes, através da prisão de tais pessoas e apreensão dos objetos e instrumentos utilizados nos crimes. Em outras palavras, muitas vezes se observa que a preocupação fica direcionada à quantidade de pessoas presas e retiradas do convívio social, sem contudo se analisar a necessidade de ressoacilizar tais indivíduos para que ao retornarem à sociedade não sejam reincidentes criminais.

Logo, a não abrangência em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, de certo modo, reflete a não preocupação efetiva das instituições, dos governantes e das pessoas, quanto à prevenção da criminalidade como ferramenta para reduzir os índices de violência no Estado e no Brasil.

Observa-se ainda, que a contar de 2012 o número de municípios atendidos pelo PROERD tem sido reduzido, ano a ano. Nesse aspecto, não existe um estudo ou levantamento específico dos motivos da redução. Sabe-se, porém, que após o ano de 2012, a Brigada Militar sofreu redução no quadro de pessoal disponível, tendo em vista a não reposição da quantidade de policiais militares, na mesma proporção do número de servidores militares que são afastados da atividade policial em decorrência de desligamento voluntário, exclusão a bem da disciplina e/ou integralidade do tempo de serviço para a reserva remunerada.

A não reposição da quantidade de capital humano, gerou e tem gerado significativa defasagem na quantidade de policiais militares disponíveis para realizar as atividades voltadas à preservação da ordem pública. Registra-se que em 2014 o déficit de efetivo da Brigada Militar era de 40,17% (quarenta vírgula dezessete por cento)<sup>10</sup>, cujo percentual de defasagem apenas tem aumentado desde então. Assim, além do já citado enfoque na repressão, também em decorrência da defasagem de pessoal o PROERD tem sido reduzido a poucos municípios.

Contudo, em que pese a redução na abrangência territorial do Programa nos últimos anos, veja-se na tabela a seguir que o total de alunos atendidos corresponde a um número significativo

---

<sup>10</sup> Fonte: pesquisa realizada pela autora no Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Polícia Militar, conforme tabela constante no Apêndice A.

**Tabela 2 – Dados Gerais do PROERD de 1998 a 2016: Total de alunos atendidos**

Ano	Total de Alunos			
	Rede Pública		Particular e Outras	Total
	Estadual	Municipal		
1998	180	0	0	180
1999	970	355	125	1.450
2000	9.550	5.070	1.880	16.500
2001	39.813	12.000	4.700	56.513
2002	25.551	12.413	5.867	43.831
2003	37.308	13.458	7.594	58.360
2004	41.894	22.518	8.985	73.397
2005	45.356	13.525	3.720	62.601
2006	44.650	18.021	6.521	69.192
2007	37.707	19.507	3.450	60.664
2008	53.995	37.687	4.911	96.593
2009	64.657	36.531	4.686	105.874
2010	50.801	50.952	7.471	109.224
2011	34.441	37.628	4.872	76.941
2012	48.605	43.592	8.151	100.348
2013	44.407	50.239	7.293	101.939
2014	33.281	42.487	3.695	79.463
2015	26.870	28.376	6.206	61.397
2016	21.158	22.157	4.235	47.550
<b>TOTAL</b>	<b>661.194</b>	<b>466.516</b>	<b>94.362</b>	<b>1.222.017</b>

Tabela confeccionada com base nos dados fornecidos pelo Centro de Treinamento do PROERD do Estado do Rio Grande do Sul, em maio de 2017, conforme consta no Anexo único.

Registra-se que no Estado do Rio Grande do Sul já participaram das atividades do PROERD o total de 1.222.017 (um milhão, duzentos e vinte e dois mil e dezessete) crianças e adolescentes.

Por fim, ainda quanto à abrangência do programa, mister informar sua aplicação no município de Teutônia, o qual foi escolhido para fins de estudo de campo. Infelizmente, não foi possível encontrar dados estatísticos oficiais e confiáveis quanto ao histórico de existência do PROERD no município de Teutônia, podendo-se afirmar somente que a aplicação do programa iniciou no ano de 2005. Além de tal informação, apurou-se que a média anual é de 400 (quatrocentos) estudantes do município de Teutônia participando do PROERD, desde o ano de 2012. Frisa-se, por relevante, que a contar de 2012 o Programa está sendo aplicado exclusivamente para os alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental. Assim, ao

priorizar tal currículo, a Brigada Militar do município de Teutônia tem conseguido atender anualmente 100% (cem por cento) dos estudantes matriculados.

Desse modo, conclui-se a necessária contextualização da abrangência histórica e atual do PROERD. Na sequência, aborda-se brevemente o perfil geral das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa.

## **2.5 Perfil dos alunos atendidos**

Finalizando a explanação sobre o PROERD, programa educacional mantido pela Polícia Militar na área da prevenção primária e secundária da criminalidade, impera ainda relatar de forma geral o perfil dos alunos atendidos pelo Programa.

Como já referido, o PROERD possui diversos currículos, cada um específico para uma faixa etária. O ideal é que fossem aplicados todos os currículos, ou seja, desde as crianças de 04 anos de idade até para os adultos e responsáveis (chamado “Currículo Pais”), pois dessa forma o programa teria amplo espectro de atuação e reforço de seus conceitos ao longo da formação do indivíduo.

No entanto, considerando a realidade vivenciada hodiernamente pelas Polícias Militares brasileiras, em especial pela Brigada Militar no que se refere à defasagem de pessoal, realidade esta que dificulta a aplicação integral do Programa em todos os municípios, em todas as escolas e para todas as idades, o Comando da Corporação definiu que a prioridade de atendimento é para as crianças que estão regularmente matriculadas no 5º Ano do Ensino Fundamental, ou seja, que na idade regular de ensino estão na faixa etária de 10 a 11 anos de idade.

A prioridade de atendimento foi definida considerando a capacidade quantitativa de recursos humanos para ministrar as aulas, bem como a faixa etária das crianças a serem atendidas. Nota-se que a fase denominada pela área médica de pré-adolescência, abarca crianças dos 09 aos 13 anos de idade. Segundo estudos, é na fase da pré-adolescência ou logo após ela que ocorre o início do consumo de drogas, sendo que estatisticamente as evidências são de que a drogadição, na maioria dos casos, inicia por volta dos 13 ou 14 anos. Nesse sentido, informa Nogueira (2010)

A pesquisa, realizada na rede pública de ensino fundamental e de ensino médio das 27 capitais brasileiras, indica também que 12,6% dos alunos com idade entre 10 e 12 anos e 23,2% na faixa etária de 13 a 15 anos já consumiram algum tipo de droga pelo menos uma vez na vida. (p. 72)

Ademais, esclarece ainda Souza Filho (2008) que

A fase da pré-adolescência foi escolhida como marco do programa, porque é nessa fase que o ser humano começa a modificar a sua identidade pela interação com um contexto social, extra-família, fazendo com que esse absorva novas idéias as quais vão influenciar na mutação da sua identidade. (p. 82)

Logo, considerando tais fatores, de modo geral os estudantes atendidos prioritariamente pelo PROERD são aqueles que estão regularmente matriculados no 5º Ano do Ensino Fundamental, ou seja, possuem entre 10 a 11 anos de idade, se não repetentes.

Conclui-se, o apanhado histórico e contextual do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, entendimento indispensável para compreensão de como são realizadas as atividades do mesmo, seus objetivos e sua abrangência no Brasil, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul.

Como demonstrado, o PROERD é considerado pelos estudiosos como um relevante programa educacional para a prevenção do consumo de drogas e da violência e, por consequência, significativa atuação da Polícia Militar com o objetivo de prevenir a criminalidade. Porém, apesar de tal entendimento, mensurar resultados objetivos do Programa é bastante complicado. Seja porque não é possível dizer estatisticamente quantos jovens não se envolveram com a criminalidade em razão do Programa, pois tal dado importa em uma cifra negativa. Seja ainda, porque a violência e a criminalidade não ocorrem em razão de uma única circunstância, mas sim em razão de diversos fatores, muitos dos quais abstratos e gerais. Ademais, sua prevenção depende da atuação conjunta de diversos segmentos estatais e não somente pelas instituições responsáveis pela segurança pública. Por tanto, a atuação da Polícia Militar na realização do Programa é um dos fatores que potencialmente auxiliam na prevenção da criminalidade.

Com base em tais informações, apresenta-se na sequência as questões metodológicas do trabalho, inclusive quanto à pesquisa de campo. E, por fim, há uma análise da percepção dos estudantes do Município de Teutônia/RS quanto ao PROERD e sua efetividade como programa de prevenção primária e secundária da

criminalidade. O presente estudo optou por analisar o Programa, considerando a visão e a perspectiva dos próprios alunos, especialmente no que tange ao seu não envolvimento com drogas, bem como seu afastamento de situações de violência.

### 3 QUESTÕES METODOLÓGICAS

#### 3.1 Enquadramento metodológico geral

Concluída a apresentação do enquadramento teórico e do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, importante igualmente descrever a metodologia utilizada na elaboração do presente trabalho. Nesse sentido, destaca-se que a metodologia tem como função trilhar os caminhos a serem percorridos pelo pesquisador para atingir os objetivos de seu estudo, ou seja, a resposta para o problema de pesquisa delimitado.

Desse modo, a metodologia inclui o método de pesquisa, as abordagens teóricas e as técnicas a serem utilizadas para a construção do conhecimento, objetivando comprovar cientificamente as conclusões sobre o tema proposto pelo pesquisador.

Inicialmente, cabe referir que os métodos são os procedimentos realizados pelo pesquisador para construção do conhecimento sobre o tema objeto de estudo. Destaca-se ainda, que os métodos são compostos por técnicas de pesquisa, as quais objetivam operacionalizar os procedimentos e etapas da pesquisa.

Nesse sentido, esclarece Severino (1996, p. 162) que “Entende-se por *métodos* os procedimentos mais amplos de raciocínio, enquanto *técnicas* são procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante o emprego de instrumentos adequados.” (grifos do original).

Corroborando com este entendimento os dizeres de Cervo (2007, p. 27), para quem “Em seu sentido mais geral, método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um certo fim ou um resultado desejado.” Já as técnicas “[...] são os meios corretos de executar as operações de interesse de tal ciência” (Cervo, 2007, p. 30). E, complementa dizendo que “O conjunto dessas técnicas gerais constitui o método. Portanto, métodos são técnicas suficientemente gerais para se tornarem procedimentos comuns à uma área das ciências ou a todas as ciências” (Cervo, 2007, p. 30).

Outrossim, cabe referir que dentro da metodologia (métodos e técnicas) as pesquisas são classificadas conforme o seu objetivo, os procedimentos técnicos utilizados e o tipo de abordagem.

Com base nesta conceituação básica, registra-se que a pesquisa desenvolvida no transcurso do presente trabalho foi dirigida, fundamentalmente, à resolução do problema proposto, qual seja, identificar a adequação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, como ferramenta de prevenção primária e secundária da criminalidade, adotada pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul, considerando para tanto a opinião e a percepção do público-alvo do Programa, isto quer dizer, as crianças e adolescentes.

Quanto ao objetivo da pesquisa, o estudo foi desenvolvido através de pesquisa do tipo exploratória, ou seja, com a preocupação em familiarizar-se com o problema através de um levantamento bibliográfico e coleta de dados e informações.

Constituiu-se ainda, como pesquisa descritiva tendo como escopo a descrição das características do PROERD, bem como a análise dos dados com o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Assim, a presente pesquisa analisou e descreveu as características do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência para fins de análise de tal Programa como ferramenta de prevenção da criminalidade, objetivando comparar esta descrição com os dados obtidos através da pesquisa de campo realizada com as crianças e adolescentes.

Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se o levantamento bibliográfico com o manuseio de obras literárias disponíveis sobre o assunto, pois

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema. (Cervo, 2007, p. 60)

Desse modo, realizou-se levantamento teórico sobre a prevenção da criminalidade, sua classificação e a atuação das Polícias Militares brasileiras no que tange aos níveis de prevenção (primária, secundária e terciária).

Além disto, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental para compreender o contexto da criação do Programa DARE, o qual deu origem ao PROERD no Brasil, bem como descrever os objetivos, currículos e temas abordados pelos Policiais Militares nas salas de aula, identificando a abrangência do Programa e o perfil dos alunos atendidos, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, a qualificação do estudo, conforme o tipo de abordagem, realizou-se através da pesquisa quantitativa e qualitativa para a análise dos dados relacionados à opinião e percepção das crianças e adolescentes, participantes da pesquisa de campo. Ressalta-se que estas duas abordagens estão interligadas e se complementam: a pesquisa quantitativa tem como finalidade traduzir em números os dados que se relacionam para poder classificá-los e analisá-los; e, a pesquisa qualitativa tem como foco utilizar tais dados classificados para realizar descrições e interpretações.

Por fim, frisa-se que a pesquisa seguiu os seguintes passos: escolha e delimitação do tema; elaboração do projeto de pesquisa; levantamento das fontes bibliográficas e documentais; obtenção dos dados e compilação dos mesmos; análise e interpretação dos dados levantados e descrição de tais informações, para fins de identificação do Programa como ferramenta de prevenção da criminalidade, considerando a visão do público atendido.

### **3.2 Problematização da pesquisa**

O presente trabalho é realizado no âmbito da Dissertação Final de Mestrado não Integrado em Ciências Policiais, na especialidade em Criminologia e Investigação Criminal cujo objeto é analisar a atuação da Polícia Militar na prevenção primária e secundária de comportamentos desviantes de crianças e adolescentes, tendo como foco o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).

Em que pese a existência de relatos de professores, pais e responsáveis quanto a melhora comportamental das crianças e adolescentes que frequentam o Programa, inexistem estudos que demonstram cientificamente a efetividade do PROERD na prevenção da criminalidade. Isto tanto é verdade, que por diversas vezes, em especial nos momentos em que há crises nos recursos disponíveis para a Polícia Militar, questiona-se a manutenção ou não do Programa.

Sob esta perspectiva, o presente trabalho se propõe a analisar o PROERD enquanto programa de prevenção primária e secundária da criminalidade, desenvolvido pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul, focando a análise nas crianças e adolescentes atendidos no Município de Teutônia. Ou seja, o objetivo geral do presente estudo é analisar a efetividade do Programa Educacional

de Resistência às Drogas e à Violência como ferramenta de prevenção dos comportamentos desviantes de crianças e adolescentes.

Ademais, o impacto destes ensinamentos na comunidade escolar e no comportamento das crianças e adolescentes é o objeto deste trabalho, especialmente para tentar identificar se o PROERD é lembrado por estes jovens nos anos seguintes ao da participação no Programa e se tal fator contribuiu para que os mesmos ficassem afastados das drogas e da violência.

Diante de tal objetivo, o presente trabalho se debruça com a seguinte questão principal de investigação: “É relevante e adequada a atuação da Polícia Militar no que tange ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) como ferramenta de prevenção da criminalidade?”.

Obviamente que para responder a tal questionamento principal, ante a gama de variáveis que compõem a formação do indivíduo e a diversidade de fatores que podem ou não influenciar em seu envolvimento direto ou indireto com a criminalidade, optou-se por trilhar o caminho através da análise do público atendido pelo Programa. Assim, como norte da pesquisa, surgiram as seguintes perguntas derivadas:

a) Qual a percepção das crianças e adolescentes quanto ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)? Os jovens consideram os ensinamentos repassados quando da tomada de decisão de suas condutas?

b) Os ensinamentos repassados pelos policiais militares às crianças e adolescentes são compreendidos e lembrados nos anos seguintes à participação do Programa?

c) Considerando a percepção e as condutas das crianças e adolescentes, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é eficiente enquanto ferramenta de prevenção primária e secundária dos comportamentos desviantes dos jovens?

Nota-se, com base na questão principal e questões derivadas, que as hipóteses do presente trabalho são: em primeiro lugar, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência é adequado e eficiente ferramenta de prevenção da criminalidade utilizada pela Polícia Militar para dirimir a aproximação de crianças e adolescentes da violência e da drogadição, pois o público-alvo compreende os ensinamentos repassados, lembra dos mesmos e utiliza tais

premissas para tomar decisões seguras e responsáveis; ou, em segundo lugar, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência NÃO é adequado e eficiente como ferramenta de prevenção primária utilizada pela Polícia Militar para dirimir a aproximação de crianças e adolescentes da violência e da drogadição, pois o público-alvo não utiliza os ensinamentos repassados nos anos seguintes àquele em que participou do Programa.

Registra-se ainda, que para fins didáticos, formatação da pesquisa e obtenção das respostas aos questionamentos supra referidos, o presente estudo teve como objetivos derivados:

- a) Definir o que significa a prevenção da criminalidade e como a mesma pode ser realizada hodiernamente;
- b) Classificar a prevenção da criminalidade considerando os conceitos de prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária;
- c) Verificar qual o papel da Polícia Militar em cada tipo de prevenção da criminalidade;
- d) Apresentar o conceito e o contexto histórico da criação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência;
- e) Discorrer sobre a abrangência contemporânea do Programa;
- f) Esclarecer os objetivos do Programa e a metodologia utilizada para atingir o público-alvo (crianças e adolescentes);
- g) Informar os currículos existentes e os temas abordados em cada um deles;
- h) Formatar e analisar os dados obtidos através da aplicação de questionário para as crianças e adolescentes atendidos pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, com a finalidade de identificar o perfil de tais jovens, suas percepções quanto aos temas abordados e o quanto tais assuntos os ajudaram ou não a ficarem afastados de comportamentos desviantes, das drogas e da violência.

Desse modo, resta evidenciado a forma como o presente estudo foi idealizado, estruturado e concretizado, tendo como finalidade identificar a adequação e efetividade do Programa PROERD como ferramenta da Polícia Militar para a prevenção primária e secundária da criminalidade.

### 3.3 Perfil do público alvo da pesquisa (definição da amostra)

Ante a finalidade do presente trabalho, considerando ainda a impossibilidade prática de realizar a aplicação da pesquisa de campo em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, para fins de delimitação geográfica, escolheu-se analisar as crianças e adolescentes do Município de Teutônia, cidade em que a autora realiza suas atividades laborais.

O Município de Teutônia está localizado na região centro-oriental do Estado do Rio Grande do Sul e fica distante aproximadamente 100 km (cem quilômetros) da Capital do Estado (Porto Alegre). Conforme Censo do IBGE do ano de 2010, a cidade possui área territorial de 178,46 Km<sup>2</sup> (cento e setenta e oito vírgula quarenta e seis quilômetros quadrados)<sup>11</sup>, compreendendo zona urbana e rural, extensão geográfica ocupada por aproximadamente 31.000 (trinta e um mil) habitantes<sup>12</sup>.

Registra-se que, conforme levantamento realizado diretamente com a Secretaria de Educação do Município de Teutônia, no ano de 2017 a rede pública de ensino está atendendo 1.220 (um mil, duzentos e vinte) estudantes do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental<sup>13</sup>. Desse modo, este é o universo total de crianças e adolescentes que potencialmente já participaram do Programa PROERD, o qual é realizado no 5º Ano do Ensino Fundamental, conforme já dito alhures.

Porém, do universo de estudantes passíveis da pesquisa de campo, infelizmente não foi possível aplicar o questionário de forma integral. Em primeiro lugar, durante o lapso temporal de aplicação dos questionários as Escolas Públicas Estaduais estavam com suas atividades paralisadas, em razão de movimento grevista dos professores em face do não pagamento integral da remuneração pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, os alunos não tinham aula e foram dispensados de comparecer à escola, motivo pelo qual foi impossível aplicar o questionário a um total de 424 (quatrocentos e vinte e quatro) estudantes<sup>14</sup> da rede estadual de ensino.

---

<sup>11</sup> Fonte IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 06 Nov 17.

<sup>12</sup> Fonte IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=downloads>>. Acesso em: 06 Nov 17.

<sup>13</sup> Conforme tabela de distribuição dos estudantes nas escolas existentes no Município de Teutônia, constante no Apêndice B.

<sup>14</sup> Idem.

Em segundo lugar, quando da aplicação do questionário nas escolas da rede pública municipal de ensino, alguns alunos estavam ausentes da sala de aula e outros realizando atividades especiais não podendo ser interrompidos para a realização da pesquisa.

Diante de tais fatores, o questionário foi aplicado em 559 (quinhentos e cinquenta e nove) estudantes da rede municipal de ensino, o que representa 45,82% (quarenta e cinco vírgula oitenta e dois por cento)<sup>15</sup> do total de crianças e adolescentes do universo passível de participação da pesquisa de campo (estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental).

Realizado esse apanhado geral, mister identificar o perfil das crianças e adolescentes que participaram da pesquisa de campo.

Nesse sentido, destaca-se que do total de estudantes participantes da pesquisa, 310 (trezentos e dez) são do sexo masculino e 249 (duzentos e quarenta e nove) são do sexo feminino. Isto importa dizer, que a distribuição entre homens e mulheres respondentes não é significativa, pois 55,46% (cinquenta e cinco vírgula quarenta e seis por cento) são do sexo masculino e 44,54% (quarenta e quatro vírgula cinquenta e quatro por cento) são do sexo feminino.

No que tange à distribuição por idade dos respondentes, segue tabela demonstrativa, na qual se observa que responderam ao questionário estudantes na faixa etária de 11 a 55 anos de idade.

Cabe destacar, que a pesquisa foi realizada somente com os alunos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, porém foram abrangidas as turmas dos turnos da manhã, tarde e da noite. Em específico quanto às turmas da noite, verificou-se que as mesmas eram também compostas por estudantes que estão cursando o Ensino Fundamental na Escola de Jovens e Adultos, ou seja, em tempo posterior aquele regular de ensino. Vejam-se os detalhes na tabela que segue

---

<sup>15</sup> Percentual obtido, calculando-se a aplicação do questionário em 559 (quinhentos e cinquenta e nove) estudantes de um universo total de 1.220 (um mil, duzentos e vinte) alunos da rede pública de ensino do Município de Teutônia/RS. ( $1.220 \times 45,82\% = 559$ ).

**Tabela 3 –** Distribuição do público pesquisado por idade

<b>Idade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
11	67	11,99%
12	107	19,14%
13	123	22,00%
14	115	20,57%
15	87	15,56%
16	28	5,01%
17	11	1,97%
18	3	0,54%
20	1	0,18%
21	1	0,18%
26	1	0,18%
28	2	0,36%
30	1	0,18%
31	2	0,36%
35	1	0,18%
36	1	0,18%
38	2	0,36%
48	2	0,36%
55	1	0,18%
Branco	3	0,54%
<b>TOTAL</b>	<b>559</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tabela confeccionada pela autora, após tabulação dos questionários respondidos

Constata-se da tabela acima, que 61,72% (sessenta e um vírgula setenta e dois por cento)<sup>16</sup> dos respondentes da pesquisa estão na faixa etária entre os 12 e 14 anos de idade. Isto demonstra que a maioria dos pesquisados estão na faixa etária que, segundo estudos apresentados, é denominada de adolescência, período em que há preponderantemente o início do envolvimento com drogas, violência e, por consequência, com a criminalidade.

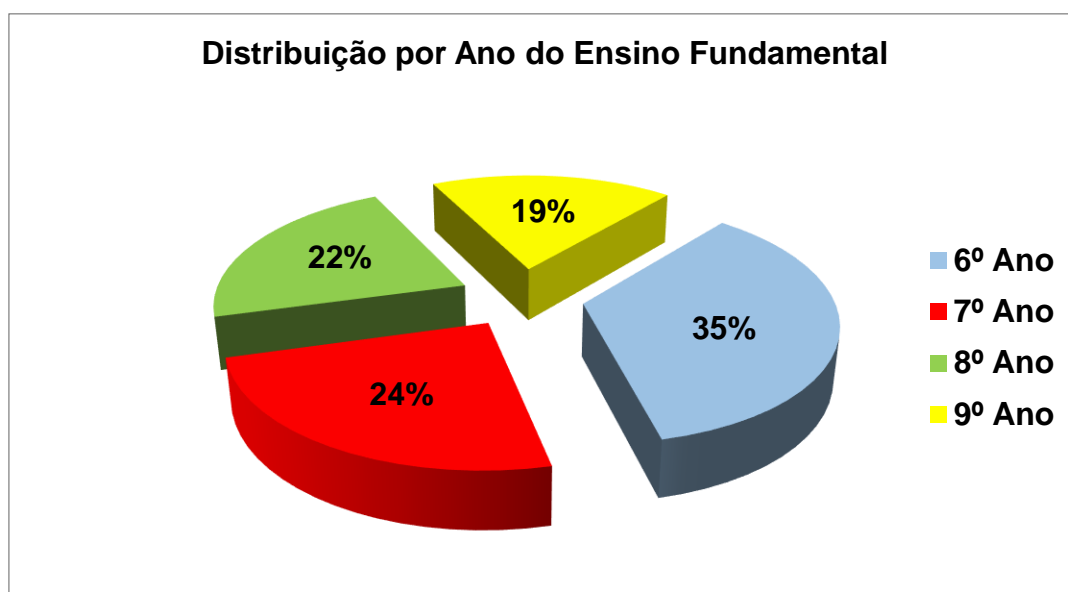
Registra-se ainda, por oportuno, que um percentual de 3,22% (três vírgula vinte e dois por cento)<sup>17</sup> de respondentes possuem entre 18 e 55 anos de idade, ou deixaram em branco tal informação. Dessa forma, evidencia-se que apenas um percentual muito pequeno de respondentes são maiores de idade e, conforme a legislação brasileira, penalmente capazes de serem responsabilizados por suas condutas criminosas.

<sup>16</sup> Soma do percentual de estudantes com 12 anos (19,14%), 13 anos (22%) e 14 anos (20,57%).

<sup>17</sup> Percentual obtido através da soma dos percentuais de respondentes à pesquisa na faixa etária de 18 a 55 anos de idade, conforme constantes na Tabela 3.

Outro fator relevante para fins de tabulação da pesquisa é o ano do Ensino Fundamental que os respondentes do questionário estão frequentando no momento da aplicação do mesmo. Tal levantamento torna possível identificar a quanto tempo o estudante participou do Programa PROERD, o qual é aplicado no 5º Ano do Ensino Fundamental. Essa tabulação pode ser analisada no gráfico que segue

**Gráfico 1** – Distribuição do público pesquisado por Ano do Ensino Fundamental que está frequentando no momento da aplicação da pesquisa



Fonte: Gráfico confeccionado pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

Verifica-se que a maioria dos respondentes está cursando o 6º Ano do Ensino Fundamental, ou seja, há apenas 01 (um) ano que pode ter realizado o Programa PROERD. Da mesma forma, o percentual menor de respondentes são aqueles que a mais tempo possivelmente participaram do Programa, isto quer dizer, 19% (dezenove por cento) estão no 9º e último Ano do Ensino Fundamental.

Por fim, quanto a análise do perfil dos estudantes pesquisados, importante ainda identificar quantos informaram ter participado do Programa PROERD. Nesse aspecto, constata-se que do total de 559 (quinhentos e cinquenta e nove) estudantes pesquisados, o montante de 482 (quatrocentos e oitenta e dois) afirmaram ter realizado o PROERD o que representa 86,23% (oitenta e seis vírgula vinte e três por cento) do total de participantes da pesquisa.

Registra-se ainda, que do total de estudantes que participaram do Programa de prevenção, 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) informaram ter realizado as

atividades no 5º Ano do Ensino Fundamental. Outros 09 (nove) respondentes informaram ter feito o PROED no 4º Ano do Ensino Fundamental, o que de fato pode ter ocorrido, pois em escolas menores do interior há a união de turmas do 4º e 5º Anos na mesma sala de aula, tendo em vista o reduzido número de crianças em cada série. E, por fim, 17 (dezessete) estudantes responderam que fizeram o PROERD no 6º e 7º Ano do Ensino Fundamental. Presume-se que tais respostas estão equivocadas, pois não há aplicação do Programa em tais anos do Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Município de Teutônia/RS.

Desse modo, conclui-se a apresentação do perfil do público-alvo da pesquisa de campo realizada.

### **3.4 O questionário e os procedimentos na preparação e execução da pesquisa de campo**

Considerando a proposta do presente estudo, para fins de captação da opinião e percepção das crianças e adolescentes do Município de Teutônia, confeccionou-se um questionário de opinião.

O questionário conteve um cabeçalho informando ao aluno a finalidade da pesquisa, bem como esclarecendo que suas respostas não serão pessoais e/ou identificadas, isto quer dizer, que será mantido o seu anonimato. Tal circunstância foi também esclarecida verbalmente às crianças e adolescentes, quando da aplicação do questionário nas salas de aula. Ressalta-se que a autora esteve presente no momento da aplicação do questionário, inclusive esclarecendo aos respondentes dúvidas quanto à interpretação das perguntas.

Além do cabeçalho informativo, o questionário foi estruturado com perguntas a serem respondidas assinalando uma resposta (marcando a alternativa que entende adequada com "x") e, em alguns casos, solicitando para que o aluno descreva sua opinião.

Ressalta-se que as primeiras questões (nº 01 a 05) foram destinadas a identificar o perfil dos respondentes, isto quer dizer, idade, sexo, ano que está estudando e se participaram ou não do Programa PROERD.

As questões seguintes (nº 06 a 17) dizem respeito à opinião e à percepção dos respondentes quanto ao PROERD, inclusive no que tange à aplicação dos ensinamentos do Programa após a realização do mesmo.

Por fim, nas últimas questões (nº 18 a 25), o objetivo era identificar o envolvimento das crianças e adolescentes com situações de drogadição e violência, bem com a criminalidade. Frisa-se que nessa parte final do questionário, solicitou-se ao aluno que informasse se toma decisões seguras e responsáveis (uma das bases do Programa PROERD) e, na sequência, se já teve situações de mau comportamento na escola e/ou realizou algum ato infracional (crime ou contravenção penal). E, nas últimas questões, solicita-se ao aluno para responder se já consumiu algum tipo de droga lícita ou ilícita.

Desse modo, com tais questões é possível analisar e interpretar se os ensinamentos do Programa PROERD são compreendidos, lembrados e aplicados pelas crianças e adolescentes. Além disto, considerando a autodeclaração dos alunos em relação a seu comportamento, é possível mensurar quantitativamente as condutas desviantes realizadas, tais como mau comportamento na escola, cometimento de crimes e a utilização de drogas lícitas e ilícitas.

Para fins de consulta detalhada do questionário o mesmo consta no Apêndice C.

### **3.5 Tratamento dos dados**

Após a aplicação do questionário de pesquisa nas escolas, colhendo a opinião anônima dos estudantes, passou-se a tabular tais dados em planilhas eletrônicas, para fins de mensuração quantitativa das respostas apresentadas em cada questionamento.

Além da análise quantitativa, algumas questões merecem um tratamento qualitativo, pois abrangem a lembrança das crianças e adolescentes quanto aos ensinamentos repassados pelo Policial Militar nas aulas do PROERD, especialmente suas respostas pessoais quanto à aplicação de tal aprendizado em situações do seu dia a dia.

Registra-se que, com a tabulação das informações foi possível analisar quantitativamente o Programa Educacional como ferramenta de prevenção primária e secundária da criminalidade, pela percepção das crianças e adolescentes, bem como considerando o envolvimento dos jovens em comportamentos desviantes e/ou delinquentes (conforme a autodeclaração de envolvimento em tais situações).

Oportuno frisar, que parte dos estudantes pesquisados não participou do Programa PROERD, motivo pelo qual algumas das respostas dos mesmos não foram consideradas para fins de estudo. Porém, várias questões foram utilizadas para, inclusive, comparar o comportamento e a opinião dos estudantes que realizaram o Programa com aqueles que não tiveram esta oportunidade. E, obviamente, desta comparação é possível tecer algumas considerações.

A análise minuciosa das respostas aos questionamentos, assim como a comparação dos grupos de estudantes pesquisados (os que participaram e os que não participaram do PROERD), será apresentada na sequência.

#### 4. PROERD: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO CRIMINAL

##### 4.1 A opinião dos estudantes quanto à presença e atuação do Policial Militar na escola

Inicialmente, com o objetivo de verificar o que pensam os estudantes quanto à realização do Programa PROERD na escola pela Polícia Militar, foram lançados dois questionamentos. O primeiro deles, fez a seguinte pergunta: “7. O que achou da presença do policial militar na Escola e na sala de aula?”. A tal questionamento os estudantes tinham 05 (cinco) alternativas, quais sejam: não gostei, indiferente, gostei muito, adorei e sem opinião.

Da análise das respostas, verifica-se inicialmente que 12 (doze) estudantes que não realizaram o programa de prevenção responderam a tal questionamento, sendo que destes 02 (dois) afirmaram ter adorado e 10 (dez) indicaram que gostaram muito da presença do Policial Militar na escola e na sala de aula. Em que pese tais alunos não terem realizado as atividades do PROERD, presume-se que responderam a tal questão reportando-se à presença da Polícia Militar na escola, realizando outras atividades, tais como: palestras, fiscalização, revistas e etc.

Quanto aos estudantes que participaram do Programa, segue tabulação das respostas apresentadas

**Tabela 4 –** Distribuição da opinião dos estudantes que realizaram o PROERD quanto à presença do Policial Militar na escola e na sala de aula

<b>Opinião dos estudantes</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Não gostei	3	0,62%
Indiferente	37	7,68%
Gostei muito	268	55,60%
Adorei	145	30,08%
Sem opinião	25	5,19%
Branco	4	0,83%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100%</b>

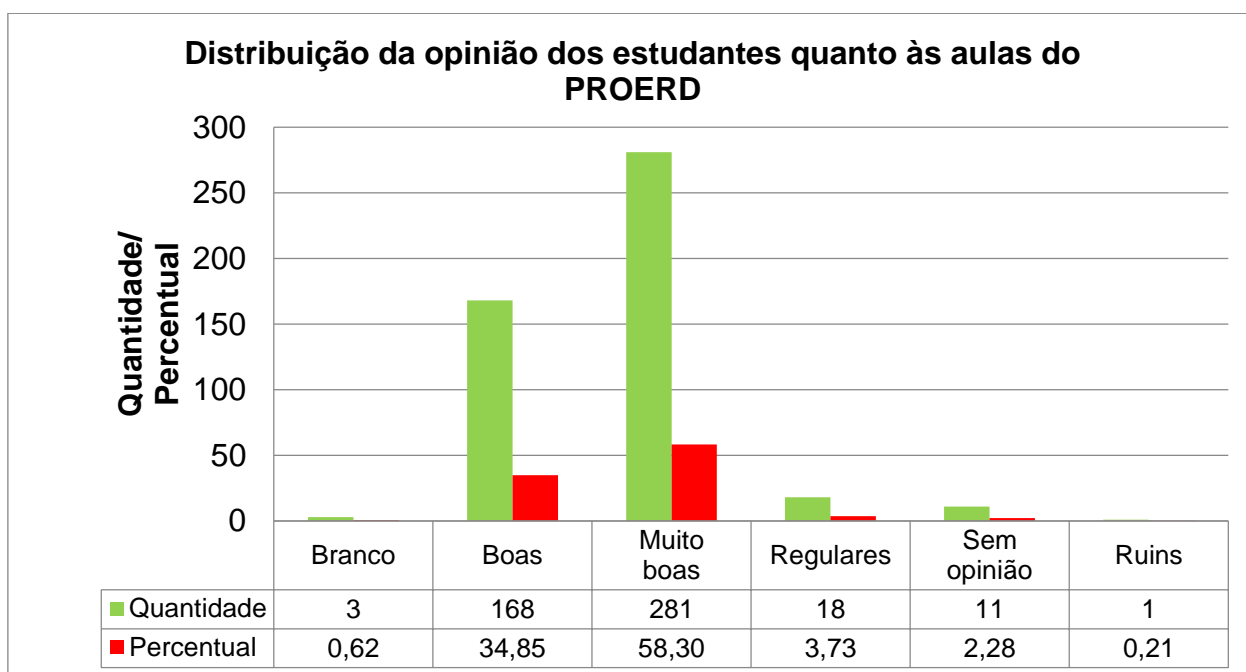
Fonte: Tabela confeccionada pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

Da análise da tabela acima, resta claro que a presença do Policial Militar no ambiente escolar é aceita e vista como positiva pela maioria dos estudantes, pois

85,68% (oitenta e cinco vírgula sessenta e oito por cento)<sup>18</sup> responderam que gostaram muito ou adoraram.

O outro questionamento objetivou saber a opinião dos participantes sobre as aulas do PROERD. Tal questão foi respondida somente pelos estudantes que frequentaram o Programa. A perguntada lançada foi: “8. O que achou das aulas do PROERD?”, tendo como opções de resposta informar que o estudante achou ruins, regulares, boas, muito boas ou sem opinião. Abaixo segue gráfico das respostas apresentadas

**Gráfico 2** - Distribuição da opinião dos estudantes que participaram do PROERD quanto às aulas ministradas pelo Policial Militar em relação ao Programa



Fonte: Gráfico confeccionado pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

Observa-se que em relação às aulas ministradas pelo Policial Militar na aplicação do Programa PROERD nas escolas, 93,15% (noventa e três vírgula quinze por cento)<sup>19</sup> dos estudantes pesquisados e que frequentaram o Programa informaram que acharam as aulas “Boas” ou “Muito boas”.

<sup>18</sup> Percentual obtido somando-se o total de estudantes que responderam “Gostei muito” (55,60%) ao montante de estudantes que afirmaram “Adorei” (30,08%).

<sup>19</sup> Percentual obtido através da soma dos estudantes que responderam “Boas” (34,85%) com o total de alunos que disse achar as aulas “Muito boas” (58,30%).

Assim, resta evidenciado, que é positiva a opinião do público-alvo pesquisado, com entendimento majoritário favorável quanto à presença do Policial Militar no ambiente escolar, bem como quanto à realização das aulas do Programa PROERD.

#### **4.2 A lembrança dos estudantes quanto ao nome do Policial Militar e às lições**

Outro objetivo da pesquisa é identificar se os estudantes que participaram do Programa, lembram das informações recebidas nos anos seguintes ao 5º Ano do Ensino Fundamental. Para identificar este aspecto foram feitas duas perguntas diretas, quais sejam: se o estudante lembra o nome do Policial Militar que ministrou as aulas do PROERD; e, se lembra de alguma lição do Programa. Em ambas as questões, além de responder “Sim” ou “Não”, solicita-se para que o estudante indique o nome do Policial Militar e uma das lições que recorda.

No primeiro caso, constata-se que um total de 352 (trezentos e cinquenta e dois) estudantes, representando 73,03% (setenta e três vírgula três por cento)<sup>20</sup> daqueles que participaram do Programa, responderam lembrar o nome do Policial Militar que ministrou as aulas do PROERD.

Ademais, da análise minuciosa das respostas, verificou-se que todos os nomes informados pelos estudantes correspondem efetivamente aos Policiais Militares da região que são habilitados para ministrar aulas do Programa PROERD<sup>21</sup>.

Quanto aos alunos que informaram não lembrar do nome do Policial Militar instrutor do PROERD, o que representou o montante de 130 (cento e trinta) respostas<sup>22</sup>, verificou-se que a maioria deles fazia de 03 (três) a 04 (quatro) anos que tinham participado do Programa, conforme demonstra a tabela a seguir

---

<sup>20</sup> Informações obtidas na tabela que consta no Apêndice D.

<sup>21</sup> Conforme análise da lista dos nomes indicados pelos respondentes do questionário, especificamente na questão de número 06 (Apêndice D).

<sup>22</sup> Dados constantes na tabela que consta no Apêndice D.

**Tabela 5 –** Distribuição dos alunos que não lembram o nome do Policial Militar que ministrou as aulas do PROERD, por Ano do Ensino Fundamental que estão frequentando na data da pesquisa

<b>Ano que estão cursando</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
6º ano	20	15,38%
7º ano	27	20,77%
8º ano	50	38,46%
9º ano	33	25,38%
<b>TOTAL</b>	<b>130</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tabela confeccionada pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

Observa-se que a maioria, 63,84% (sessenta e três vírgula oitenta e quatro por cento)<sup>23</sup> dos que não lembram estão no 8º ou 9º Ano do Ensino Fundamental, tendo realizado as aulas do PROERD no 5º Ano, isto quer dizer a mais de 03 (três) anos.

Outrossim, quando se analisa as respostas da pergunta relacionada com a lembrança das lições do PROERD (questão nº 09), os dados não são muito diferentes. Nesse caso, 305 (trezentos e cinco) estudantes informaram lembrar das lições, o que corresponde a 63,28% (Sessenta e três vírgula vinte e oito por cento)<sup>24</sup> do total daqueles que frequentaram o Programa.

Contudo, curiosamente, quando observados os alunos que não lembram das lições do PROERD, verifica-se um fenômeno um pouco diferente do que em relação ao nome do Policial Militar. Veja-se a demonstração na tabela a seguir

**Tabela 6 –** Distribuição dos alunos que não lembram das lições do PROERD, por Ano do Ensino Fundamental que estão frequentando na data da pesquisa

<b>Ano que estão cursando</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
6º ano	69	38,98%
7º ano	27	15,25%
8º ano	47	26,55%
9º ano	34	19,21%
<b>TOTAL</b>	<b>177</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tabela confeccionada pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

<sup>23</sup> Percentual obtido somando-se o total de alunos que não lembram o nome do Policial Militar que ministrou as aulas do PROERD e, estão na data da pesquisa, no 8º Ano do Ensino Fundamental (38,46%) e no 9º Ano do Ensino Fundamental (25,38%).

<sup>24</sup> Informações obtidas na tabela que consta no Apêndice E.

Verifica-se, no que diz respeito à não lembrança das lições do Programa, que se somados os estudantes que estão frequentando o 8º e 9º Ano do Ensino Fundamental se chega ao total de 45,76% (quarenta e cinco vírgula setenta e seis por cento)<sup>25</sup>. Porém, quase o mesmo percentual corresponde aos alunos que estão cursando o 6º Ano do Ensino Fundamental na data da aplicação do questionário. Em outras palavras, chama atenção o fato de que os estudantes que há apenas 01 (um) ano participaram do PROERD, um montante de 38,98% (trinta e oito vírgula noventa e oito por cento) não recorda das lições e ensinamentos repassados no Programa.

Este dado é relevante, pois se os estudantes no ano seguinte à realização do Programa já não recordam dos ensinamentos, possivelmente para tais indivíduos o PROERD não contribuirá de forma direta como ferramenta de prevenção primária e secundária da criminalidade, em específico quanto à resistência às drogas e à violência, fatores de risco criminal que estatisticamente terão contato em tal faixa etária.

#### **4.3 A utilização dos ensinamentos do PROERD pelos estudantes**

Além de perguntar diretamente aos estudantes se recordam ou não das lições ministradas durante o PROERD, para qualificar a pesquisa foram também elaboradas questões quanto à utilização dos ensinamentos do Programa. Uma primeira questão avançada com este objetivo foi assim proposta: “10. Usou o que aprendeu no PROERD para tomar alguma decisão?”

Do total de estudantes que participaram do PROERD, 09 (nove) deixaram em branco a resposta, 89 (oitenta e nove) informaram que não utilizaram o que aprenderam e 384 (trezentos e oitenta e quatro) afirmaram ter usado o que aprendeu no PROERD para tomar alguma decisão<sup>26</sup>.

Interessante destacar, que além desta primeira pergunta, na sequência se questionou aos estudantes se o que eles aprenderam no PROERD lhes ajudou alguma vez (questão nº 11). Em resposta a tal pergunta, 406 (quatrocentos e seis) estudantes responderam que sim, ou seja, o equivalente a 84,23% (oitenta e quatro

---

<sup>25</sup> Percentual obtido somando-se o total de alunos que não lembram das lições do Programa PROERD e, estão na data da pesquisa, no 8º Ano do Ensino Fundamental (26,55%) e no 9º Ano do Ensino Fundamental (19,21%).

<sup>26</sup> Informações obtidas na Tabela 01 que consta no Apêndice F.

vírgula vinte e três por cento)<sup>27</sup> do total. Isto importa dizer, que embora apenas 384 (trezentos e oitenta e quatro) informaram ter utilizado os ensinamentos, um número maior que este declarou que os ensinamentos do Programa os ajudou.

Além dos fatores acima analisados, a pesquisa também abrangeu perguntas específicas quanto a alguns temas abordados no Currículo “Caindo na Real” do 5º Ano do Ensino Fundamental. O objetivo de incluir tais perguntas era verificar se os estudantes utilizaram os conhecimentos específicos. Sendo assim, foi apresentada uma questão sobre comunicação eficaz (nº 12) e se o estudante conseguiu utilizar a mesma para relatar algum problema. Também foram formuladas duas questões sobre resistência à situação de tensão (nº 13 e 14) e uma pergunta sobre o uso das estratégias para resistir às drogas e à violência (questão nº 15). Passa-se a analisar as respostas apresentadas.

Quanto ao uso da comunicação eficaz, 70,33% (setenta vírgula trinta e três por cento) responderam que sim, utilizaram tal estilo de comunicação para relatar um problema. Outrossim, 25,52% (vinte e cinco vírgula cinquenta e dois por cento) informaram não ter utilizado a comunicação eficaz e, 4,15% (quatro vírgula quinze por cento) deixaram a resposta em branco<sup>28</sup>.

Quanto a já ter passado por uma situação de tensão, dos alunos que realizaram o PROERD, um total de 71,78% (setenta e um vírgula setenta e oito por cento) informaram nunca ter passado por uma situação de tensão e apenas 26,97% (vinte e seis vírgula noventa e sete por cento) disseram que já passaram por algum momento tenso em suas vidas<sup>29</sup>. Destes que responderam sim, num total de 130 (cento e trinta) estudantes, 67 (sessenta e sete) alunos, o que representa um percentual de 51,54% (cinquenta e um vírgula cinquenta e quatro por cento)<sup>30</sup> ressaltaram ter utilizado o que aprenderam no PROERD para lidar com a situação de tensão.

Na sequência, perguntou-se aos estudantes se já utilizaram alguma das estratégias de resistência às drogas e à violência ensinadas no PROERD. Nesse caso, a maioria dos estudantes, correspondente a 64,52% (sessenta e quatro vírgula

---

<sup>27</sup> Informações obtidas na Tabela 02 que consta no Apêndice F.

<sup>28</sup> Dados apontados na Tabela 03 do Apêndice F.

<sup>29</sup> Percentuais apurados na Tabela 04 do Apêndice F.

<sup>30</sup> Informações constantes na Tabela 05 no Apêndice F.

cinquenta e dois por cento) do total<sup>31</sup>, informaram que não utilizou estratégias para dizer não às drogas e à violência.

Conclui-se assim, quanto a utilização do PROERD, que a maioria dos alunos informou ter utilizado o Programa, bem como terem os ensinamentos do mesmo auxiliado em situações do dia a dia. Além disso, embora a maior parte dos estudantes declarou não ter passado por uma situação de tensão, daqueles que responderam afirmativamente tal pergunta a maioria igualmente revelou que para se afastar do momento tenso fez uso do que aprendeu com o Policial Militar.

Por outro lado, quanto ao uso em específico das estratégias de resistência às drogas e à violência, as quais são ensinadas em especial aos estudantes na lição número quatro, constata-se que a maioria informou não ter utilizado tais ferramentas no seu dia a dia.

#### **4.4 A mudança de comportamento dos estudantes após a realização do PROERD**

Igualmente para compreender a percepção dos estudantes quanto ao PROERD, solicitou-se aos mesmos que autodeclarassem o que acharam de seu comportamento após a participação no Programa de prevenção da criminalidade. A pergunta foi formulada da seguinte maneira: “16. Depois que fez o PROERD acredita que mudou seu comportamento?”

Tabulando-se as respostas observa-se que 369 (trezentos e sessenta e nove) estudantes perceberam que modificaram seu comportamento após a participação no Programa, isto importa dizer, um percentual de 76,55% (setenta e seis vírgula cinquenta e cinco por cento)<sup>32</sup> do total dos participantes.

Na questão seguinte (nº 17), os estudantes foram instados a responder se a mudança foi positiva, ou seja, foi boa para eles e para suas famílias. Em resposta a tal questionamento, soma-se um número maior de respostas afirmativas, totalizando-se 408 (quatrocentos e oito) estudantes declarando que mudaram para melhor o seu comportamento após as aulas do PROERD. Assim, constata-se que do total de estudantes que realizaram o Programa de prevenção, um montante de 84,65%

---

<sup>31</sup> Informações obtidas na Tabela 06 que consta no Apêndice F.

<sup>32</sup> Dados constantes na Tabela 01 do Apêndice G.

(oitenta e quatro vírgula sessenta e cinco por cento)<sup>33</sup> reconhecem que mudaram positivamente seu comportamento após as atividades desempenhadas pela Polícia Militar na escola.

Desse modo, resta claro que a maioria dos estudantes pesquisados consideram que modificaram seu comportamento, bem como esta mudança ter sido de forma positiva (para si e para sua família), após a realização do Programa de prevenção.

#### **4.5 A tomada de decisão e o “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”**

O Programa de prevenção adotado pela Polícia Militar utiliza como ferramenta de resistência às drogas e à violência o ensinamento do “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”, como já apresentado no segundo capítulo, cujo objetivo é ensinar e auxiliar as crianças e adolescentes a adotarem decisões seguras e responsáveis através da utilização de 04 (quatro) etapas antes de decidir sobre algo, especialmente se estiverem diante de uma situação que podem considerar como um problema ou desafio.

Reitera-se que as etapas foram estruturadas de modo a fazer com que o estudante identifique o problema a ser decidido, analise as possibilidades que possui para resolver a situação, bem como as consequências de cada uma delas, atue conforme aquela que entender que traz resultados positivos e avalie, ao final, se foi boa e adequada a sua decisão.

Considerando o exposto, também foi imprescindível questionar os estudantes sobre suas decisões. Assim, perguntou-se primeiramente se eles de forma costumeira tomam decisões seguras e responsáveis (questão nº 18), isto quer dizer, se normalmente fazem boas escolhas.

Da análise e tabulação de tais respostas, segue tabela com os resultados obtidos, comparando os estudantes que frequentaram as aulas do PROERD com os que não participaram do Programa:

---

<sup>33</sup> Informações obtidas na Tabela 02 que consta no Apêndice G.

**Tabela 7 –** Quadro comparativo das respostas dos estudantes que fizeram e que não fizeram o PROERD, quanto à tomada de decisões seguras e responsáveis

	Estudantes que fizeram o PROERD		Estudantes que não fizeram o PROERD	
Tomam decisões seguras e responsáveis	403	83,61%	43	55,84%
Não tomam decisões seguras e responsáveis	56	11,62%	7	9,09%
Branco	23	4,77%	27	35,06%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100%</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela confeccionada pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

Na tabela acima, verifica-se que tanto os alunos que participaram do Programa de prevenção da criminalidade, quanto àqueles que não tiveram contato com as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar na escola, autodeclararam que normalmente tomam decisões seguras e responsáveis. Em outras palavras, a aplicação do Programa para fins de esclarecimento quanto a decidir de forma prudente, fazendo boas escolhas não representa resultados significativos, pois este tipo de decisão ocorre também com a maioria dos indivíduos não atendidos.

Após esta questão sobre decidir regularmente de forma segura e responsável, elaborou-se pergunta específica sobre o “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”. A pergunta foi formulada da seguinte forma: “19. Você usa/usou o Modelo de Tomada de Decisão PROERD para fazer suas escolhas?”

Cabe frisar, em primeiro plano, que tal pergunta somente foi respondida pelo grupo de indivíduos que já participou do Programa, pois os demais estudantes não teriam como afirmar a utilização de algo que foi ensinado especialmente nas aulas que não frequentaram.

Logo, quanto aos estudantes que participaram do Programa, verificou-se que 60,58% (sessenta vírgula cinquenta e oito por cento) afirmaram utilizar o “Modelo de Tomada de Decisão PROERD” para fazer suas escolhas. Por outro lado, 32,99% (trinta e dois vírgula noventa e nove por cento) responderam não utilizar o referido modelo e outros 6,43% (seis vírgula quarenta e três por cento) deixaram em branco sua resposta<sup>34</sup>.

<sup>34</sup> Informações obtidas na tabela que consta no Apêndice H.

Ante tais dados, é possível aferir que independente da realização do Programa a maioria dos estudantes afirma que normalmente toma decisões seguras e responsáveis e, entre aqueles que tem conhecimento específico do Modelo de Tomada de Decisão, a maioria informou utilizar tal ferramenta para fazer boas escolhas.

#### **4.6 O comportamento dos estudantes no ambiente escolar**

Também para atender um dos objetivos do presente estudo, foram feitas questões aos estudantes em relação ao seu comportamento. As questões assim confeccionadas: “20. Alguma vez seus pais ou responsáveis vieram na Escola falar com a Direção em razão do seu mau comportamento?” e “21. Já realizou algum ato infracional (crime ou contravenção penal)?”. Nas duas perguntas, caso o estudante respondesse afirmativamente era solicitado que indicasse qual o motivo do mau comportamento e/ou qual o crime ou contravenção penal realizados.

Quanto aos estudantes que não participaram do PROERD, constata-se que 67,53% (sessenta e sete vírgula cinquenta e três por cento) do total declarou que seus pais ou responsáveis nunca precisaram ir até a escola em razão de seu mau comportamento em tal ambiente. Outros 18,18% (dezoito vírgula dezoito por cento) informou que seus pais ou responsáveis já foram convocados pela Direção da escola. Dos que responderam positivamente esta questão, em um total de 14 (catorze) estudantes, o motivo preponderante foi o envolvimento com brigas, representando 35,71% (trinta e cinco vírgula setenta e um por cento) do total<sup>35</sup>.

Já em relação aos estudantes que tiveram a oportunidade de frequentar as aulas do Programa, o percentual que negou o mau comportamento na escola correspondeu a 70,95% (setenta vírgula noventa e cinco por cento). Outrossim, 25,31% (vinte e cinco vírgula trinta e um por cento) autodeclararam ter tido mau comportamento, totalizando 122 (cento e vinte e dois) estudantes<sup>36</sup>.

Quando da análise dos motivos da presença dos pais ou responsáveis na escola, verificou-se a necessidade de fazer um apanhado mais pormenorizado, classificando os motivos listados pelos alunos em: motivos que se enquadram como crime ou contravenção penal; motivos disciplinares realizados no âmbito escolar e

---

<sup>35</sup> Dados apurados, conforme Tabela 01 elaborada pela autora e constante no Apêndice I.

<sup>36</sup> Informações obtidas na tabela 02 que consta no Apêndice I.

que não tem vinculação direta com uma conduta penalmente reprovável; e, motivos desconsiderados, pois vagos, imprecisos, abstratos ou não preenchidos pelos pesquisados no questionário. Desse modo, a análise do comportamento das crianças e adolescentes, especialmente daqueles que afirmaram ter participado do PROERD, se faz de forma fracionada conforme o tipo de mau comportamento listado pelos próprios pesquisados, segundo consta na tabela a seguir

**Tabela 8** – Classificação dos comportamentos desviantes, conforme declaração dos estudantes que afirmaram que seus pais ou responsáveis já foram até escola em razão do mau comportamento dos respondentes

<b>Motivos vinculados com crimes ou contravenções penais</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Brigas	39	31,97%
Agressão verbal	4	3,28%
Ameaçar	1	0,82%
Queria usar arma	1	0,82%
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>36,89%</b>
<b>Motivos disciplinares</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Conversar muito	16	13,11%
Bagunça	9	7,38%
Não estudar/notas ruins	7	5,74%
Usar cigarro	2	1,64%
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>27,87%</b>
<b>Motivos desconsiderados</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Mau comportamento	23	18,85%
Branco	11	9,02%
Vagos	6	4,92%
Diversos	3	2,46%
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>35,25%</b>

Fonte: Tabela confeccionada pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

Explica-se que, dentre os motivos considerados como vinculados a crimes e contravenções penais, os quais de fato importam como comportamentos desviantes para fins deste estudo, o percentual de condutas em relação ao total informado pelos estudantes corresponde a 36,89% (trinta e seis vírgula oitenta e nove por cento) dos casos, sendo destaque a incidência majoritária do envolvimento dos pesquisados em brigas (discussões verbais, empurrões e agressões físicas).

Nota-se que, se considerado o total de alunos que responderam ter mau comportamento no ambiente escolar, o percentual de envolvimento em brigas, ou seja, violência, é muito similar entre os alunos que não participaram do PROERD (35,71% do total) e dos que tiveram as aulas do Programa de Prevenção (31,97% do total).

Contudo, dentre os alunos que frequentaram as aulas do PROERD, entende-se que para uma adequada análise dos dados é indispensável suprimir aqueles motivos que não se enquadram em comportamentos desviantes, em especial os classificados como motivos desconsiderados, conforme já explicado anteriormente. Nessa hipótese, o percentual de alunos que apresentam comportamentos desviantes (vinculados com crimes, contravenções penais e/ou com atos indisciplinados) reduz para 16,39% (dezesesseis vírgula trinta e nove por cento) do total de estudantes que participaram das aulas, como mostra a próxima tabela

**Tabela 9** – Distribuição dos pais ou responsáveis que já compareceram ou não na escola em razão de mau comportamento dos respondentes, conforme classificação dos motivos listados pelos mesmos

<b>Comparecimento dos pais ou responsáveis na escola</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Não	342	70,95%
Sim	79	16,39%
Respostas desconsideradas	43	8,92%
Branco	18	3,73%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tabela confeccionada pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

A redução do percentual de alunos participantes cujos pais ou responsáveis já tiveram que comparecer na escola em razão do mau comportamento, ocorre em razão do critério acima estabelecido (transformação da resposta “Sim” em “respostas desconsideradas” das afirmações que não correspondem a condutas desviantes).

Verifica-se que das 79 (setenta e nove) respostas mantidas como “Sim”, o percentual de envolvimento em motivos vinculados com crimes e contravenções penais corresponde a 56,96% (cinquenta e seis, vírgula noventa e seis por cento) dos casos e em motivos disciplinares nos outros 43,04% (quarenta e três vírgula zero quatro por cento) das situações. De modo geral, a conduta desviante que prepondera é a participação em brigas, ou seja, situações de violência, como demonstra a tabela a seguir

**Tabela 10** - Classificação dos comportamentos desviantes (crimes, contravenções penais e atos indisciplinados), conforme declaração dos estudantes que afirmaram que seus pais ou responsáveis já foram até a escola

<b>Motivos vinculados com crimes ou contravenções penais</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Brigas	39	49,37%
Agressão verbal	4	5,06%
Ameaçar	1	1,27%
Queria usar arma	1	1,27%
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>56,96%</b>

<b>Motivos disciplinares</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Conversar muito	16	20,25%
Bagunça	9	11,39%
Não estudar/notas ruins	7	8,86%
Usar cigarro	2	2,53%
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>43,04%</b>

Fonte: Tabela confeccionada pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

Desse modo, constata-se que dos pesquisados que declararam ter tido mau comportamento ensejando a presença dos pais ou responsáveis na escola, ao ser feita a comparação entre o grupo de indivíduos que realizou as atividades do PROERD e aquele que não, a diferença é mínima, pois representa somente 1,79% (um vírgula setenta e nove por cento) dos casos<sup>37</sup>.

Outrossim, ainda quanto ao comportamento dos estudantes, importante analisar as respostas apresentadas à questão nº 21, relativa ao cometimento de crime ou contravenção penal.

Nesse aspecto, em relação aos estudantes que não participaram do Programa de prevenção, 83,12% (oitenta e três vírgula doze por cento) responderam que nunca cometeram um crime ou contravenção penal e 5,19% (cinco vírgula dezenove por cento) informaram que sim<sup>38</sup>.

Destaca-se que os estudantes deste primeiro grupo que responderam afirmativamente a tal questão, num total de 04 (quatro) indivíduos, a metade tem

<sup>37</sup> Cálculo realizado considerando o número de estudantes que responderam “Sim” para a questão nº 20, na comparação em percentual dos indivíduos que não participaram do PROERD (18,18%) com os indivíduos que tiveram aula do Programa com o Policial Militar (16,39%). Logo, no grupo de indivíduos que participou das atividades preventivas há uma redução de 1,79% (18,18% - 16,39%) de casos de mau comportamento em relação ao grupo que não teve tais aulas.

<sup>38</sup> Informações obtidas na Tabela 03 que consta no Apêndice I.

mais de 18 anos de idade, sendo que 75% (setenta e cinco por cento) dos mesmos são estudantes do turno noturno.

Quanto aos alunos que frequentaram as aulas do PROERD, um total de 91,49% (noventa e um vírgula quarenta e nove por cento) declarou jamais ter cometido algum crime ou contravenção penal. Por outro lado, 3,11% (três vírgula onze por cento)<sup>39</sup> descreveram o envolvimento em situações criminais, tais como lesões corporais, roubos, furtos, atos de vandalismo e outros.

Novamente, ao serem comparados os grupos de indivíduos, conclui-se que é pequena, em termos percentuais, a diferença entre a quantidade de estudantes que declarou ter cometido crime ou contravenção penal, considerando-se o grupo que participou (3,11%) com o que não participou (5,19%) das ações preventivas primárias e secundárias.

#### **4.7 O uso de drogas lícitas**

Em primeiro lugar, cabe reiterar que no Brasil são consideradas drogas lícitas o cigarro e a bebida alcoólica, pois tais produtos podem ser vendidos de maneira oficial aos maiores de 18 anos de idade<sup>40</sup>. Desse modo, embora o cigarro e a bebida alcoólica alterem o funcionamento regular do organismo e gerem algumas doenças, motivo pelo qual são conceituados como drogas, a venda dos mesmos é permitida aos adultos, circunstância que facilita o acesso aos menores de idade.

Em razão dos efeitos do cigarro e das bebidas alcoólicas no organismo, inclusive podendo gerar dependência física e psíquica, bem como em face do consumo ser proibido aos menores de 18 anos de idade, o PROERD também foca suas lições para a prevenção ao consumo de tais drogas lícitas.

<sup>39</sup> Dados apurados na Tabela 04 do Apêndice I.

<sup>40</sup> Proibição de venda de cigarros e similares a crianças e adolescentes prevista nos Arts. 2º e 3º-A, IX da Lei Federal nº 9.294 de 15 de julho de 1996.

“Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, privado ou público.”

“Art. 3º-A Quanto aos produtos referidos no art. 2º desta Lei, são proibidos:

[...]

IX – a venda a menores de dezoito anos.”

Proibição de venda de bebidas alcoólicas e similares a menores de 18 anos de idade prevista no Art. 243 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

“Art. 243. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica: Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.”

Dessa forma, igualmente foram realizadas duas questões aos estudantes para saber se os mesmos consomem ou já consumiram alguma vez estas substâncias lícitas, porém proibidas para os menores de idade.

Quanto ao cigarro, 23,38% (vinte e três vírgula trinta e oito por cento) dos estudantes que não frequentaram o Programa de prevenção declararam fumar ou já ter fumado alguma vez. Já ao analisar os estudantes que fizeram o PROERD, verifica-se que apenas 12,66% (doze vírgula sessenta e seis por cento) deles informou já ter consumido cigarro<sup>41</sup>.

Assim, é possível afirmar que o consumo de cigarro entre os estudantes que participaram do Programa de prevenção realizado pela Polícia Militar é significativamente menor do que em relação ao grupo de indivíduos que não teve tais ensinamentos. Nota-se que a diferença representa 10,72% (dez vírgula setenta e dois por cento)<sup>42</sup>, circunstância que demonstra a efetividade do trabalho policial preventivo quanto ao consumo de tal droga lícita.

Em relação ao consumo de bebidas alcoólicas, verifica-se que ocorre fenômeno semelhante, pois 49,35% (quarenta e nove vírgula trinta e cinco por cento) dos estudantes que não frequentaram o PROERD informaram consumir ou já ter consumido bebidas alcoólicas. Por outro lado, do grupo que participou das aulas, 38,80% (trinta e oito vírgula oitenta por cento) disseram consumir tal droga lícita<sup>43</sup>. Logo, nesse caso, a diferença entre os grupos pesquisados é de 10,55% (dez vírgula cinquenta e cinco por cento)<sup>44</sup>.

Assim, da mesma forma que ocorre com o cigarro, verifica-se que o consumo de bebidas alcoólicas é menor no grupo de estudantes que participaram das ações preventivas realizadas pela Polícia Militar.

Por curioso, ainda que os estudantes que fizeram o PROERD digam em menor quantidade consumir bebidas alcoólicas, o percentual de consumo pode ser considerado alto, pois praticamente 40% (quarenta por cento) dos estudantes afirmaram consumir esta droga lícita, ou seja, declararam fazer uso de substância proibida para a sua faixa etária.

<sup>41</sup> Informações obtidas nas Tabelas 01 e 02 que consta no Apêndice J.

<sup>42</sup> O valor foi obtido considerando a diferença entre 23,38% (vinte e três vírgula trinta e oito por cento) dos estudantes que não fizeram o PROERD e 12,66% (doze vírgula sessenta e seis por cento) quanto aos estudantes que realizaram as atividades do Programa (23,38% - 12,66% = 10,72%).

<sup>43</sup> Dados apurados através das Tabelas 03 e 04 do Apêndice J.

<sup>44</sup> O percentual de diferença foi obtido diminuindo-se do total de alunos que não fizeram o PROERD (49,35%) o percentual de alunos que participaram do Programa (38,80%) e afirmaram já ter consumido bebidas alcoólicas (49,35% - 38,80% = 10,55%).

#### 4.8 O uso de drogas ilícitas

Por fim, imprescindível ainda analisar as respostas das questões nº 24, 25, 25.1 e 25.2<sup>45</sup>, as quais objetivavam identificar a oferta e o consumo de drogas ilícitas pelos estudantes pesquisados.

Destaca-se que são consideradas ilícitas aquelas drogas que são proibidas no Brasil, tais como: maconha, crack, ecstasy, heroína e outras. Conforme já aduzido em outra oportunidade, a venda e o consumo de drogas ilícitas no Brasil além de serem condutas tipificadas no Código Penal Brasileiro, são responsáveis pela ocorrência de diversos crimes. Em verdade, também como já demonstrado, há estudos apresentando que grande parte da criminalidade brasileira está vinculada ao consumo ou venda de drogas ilícitas.

Em razão de tais fatores é que o PROERD, como ferramenta de prevenção primária e secundária da criminalidade realizada pela Polícia Militar brasileira, tem como foco inibir o consumo de drogas ilícitas, orientando as crianças e adolescentes a resistirem à oferta de tais substâncias, bem como manterem-se afastadas de situações de violência.

A primeira questão realizada nesse aspecto perguntou aos estudantes se alguém já lhes ofereceu alguma droga ilícita e a questão seguinte se os mesmos já consumiram alguma vez tais drogas.

Dos 77 (setenta e sete) estudantes que não fizeram o PROERD, 22 (vinte e dois) deles disseram que já receberam a oferta de alguma droga ilícita. Tal número representa 28,57% (vinte e oito vírgula cinquenta e sete por cento) do total dos entrevistados deste grupo<sup>46</sup>.

Em análise da questão relativa ao consumo das drogas ilícitas, constatou-se que 13 (treze) estudantes deste grupo informaram já ter feito o uso de tais

---

<sup>45</sup> 24. Alguém já lhe ofereceu algum tipo de droga ilícita (proibida)? ( ) Sim ( ) Não  
 25. Você já usou algum tipo de droga ilícita (proibida)? ( ) Sim ( ) Não  
 Caso tenha respondido SIM para a resposta anterior (número 25), responda também:  
 25.1 Qual droga ilícita você já usou?  
 ( ) maconha( ) crack( ) cocaína( ) ecstasy ( ) outra. Qual? \_\_\_\_\_  
 25.2 Com que idade fez uso de droga ilícita (ilegal) pela primeira vez?  
 ( ) 10 anos ( ) 11 anos( ) 12 anos ( ) 13 anos ( ) 14 anos ( ) 15 anos ( ) 16 anos  
 ( ) 17 anos ( ) 18 anos

<sup>46</sup> Informações da Tabela 01 que consta no Apêndice K.

substâncias, o que equivale a 16,88% (dezesseis vírgula oitenta e oito por cento) do total<sup>47</sup>.

Importa destacar que todos os estudantes que declararam consumir drogas ilícitas também disseram que já receberam a oferta de alguém para fazer uso das mesmas.

Diante de tais dados, verifica-se que 09 (nove) estudantes que não fizeram o PROERD resistiram à oferta de drogas ilícitas, montante que equivale a 40,91% (quarenta vírgula noventa e um por cento)<sup>48</sup>. Além disto, a quantidade de estudantes que não se envolveram com as drogas apesar do oferecimento representa 11,69% (onze vírgula sessenta e nove por cento)<sup>49</sup> do total de indivíduos deste grupo.

Em relação aos estudantes que participaram do Programa de prevenção, constata-se que 131 (cento e trinta e um) deles declararam que já lhes foi oferecido algum tipo de droga ilícita, representando 27,18% (vinte e sete vírgula dezoito por cento) do total. Observa-se que deste montante, apenas 30 (trinta) estudantes informaram consumir ou já ter consumido algum tipo de droga ilícita, o que equivale a 6,22% (seis vírgula vinte e dois por cento) deste grupo de indivíduos<sup>50</sup>.

Verifica-se ainda que, quanto aos estudantes que frequentaram o PROERD, 101 (cento e um) deles resistiram à oferta e não fizeram uso de drogas ilícitas, ou seja, 77,10% (setenta e sete vírgula dez por cento)<sup>51</sup> dos que receberam a oferta de tais substâncias.

Por oportuno, destaca-se que os alunos que receberam a oferta, porém resistiram e não consumiram drogas ilícitas, no montante de 101 (cento e um),

---

<sup>47</sup> Dados da Tabela 02 do Apêndice K.

<sup>48</sup> Quantidade obtida através do cálculo da diferença entre o número de estudantes que informaram ter recebido oferta de drogas ilícitas com o número de estudantes que declararam consumir tais substâncias ( $22 - 13 = 09$ ). Os 09 (nove) estudantes que não consomem drogas ilícitas equivalem a 40,91% (quarenta vírgula noventa e um por cento) dos que receberam a oferta de tais substâncias ( $22 \times 40,91\% = 09$ ).

<sup>49</sup> Considerando que o grupo de indivíduos que não fez o PROERD totaliza 77 (setenta e sete) estudantes, os 09 (nove) que resistiram equivalem a 11,69% (onze vírgula sessenta e nove por cento) deste total ( $77 \times 11,69\% = 09$ ).

<sup>50</sup> Informações constantes nas Tabelas 03 e 04 que constam no Apêndice K.

<sup>51</sup> Quantidade calculada através da apuração da diferença entre o número de estudantes que informaram ter recebido a oferta de drogas ilícitas com o número de estudantes que declararam consumir tais substâncias ( $131 - 30 = 101$ ). Os 101 (cento e um) alunos que declararam não ter consumido drogas ilícitas, representam 77,10% (setenta e sete vírgula dez por cento) daqueles que receberam a oferta das mesmas ( $131 \times 77,10\% = 101$ ).

equivalem a 20,95% (vinte vírgula noventa e cinco por cento)<sup>52</sup> do total de estudantes que participaram do Programa PROERD.

Da análise de tais dados, é possível concluir que, proporcionalmente, há maior resistência à oferta de drogas ilícitas pelos estudantes que participaram das ações promovidas pela Polícia Militar na escola. Veja-se que a diferença quanto ao percentual de estudantes que resistiram e negaram ao oferecimento de drogas ilícitas representa 36,19% (trinta e seis vírgula dezenove por cento)<sup>53</sup>, se considerarmos o grupo que fez e não fez o PROERD.

Ademais, se compararmos a proporção de estudantes que declararam já ter consumido algum tipo de droga ilícita, a diferença entre os grupos de indivíduos que frequentaram ou não as aulas representa um percentual de 10,66% (dez vírgula sessenta e seis por cento)<sup>54</sup>. Isto quer dizer, proporcionalmente o consumo de drogas ilícitas é menor cerca de 10% (dez por cento) entre os alunos que participaram do Programa de prevenção.

Portanto, resta evidente que o Programa tem efeitos positivos e resultados significativos no que tange à prevenção ao consumo de drogas ilícitas, logo, é eficiente como ferramenta de prevenção primária e secundária da criminalidade.

Apesar desta constatação, ainda é necessário analisar de forma mais detalhada alguns aspectos relacionados com os estudantes que declararam consumir ou já ter consumido algum tipo de droga ilícita, especialmente quanto ao seu perfil e o tipo de drogas consumidas.

Quanto ao sexo, constata-se que a proporção de consumo é semelhante entre os estudantes que participaram ou não do PROERD, conforme demonstra gráfico que segue

---

<sup>52</sup> Considerando que o grupo de indivíduos que fez o PROERD totaliza 482 (quatrocentos e oitenta e dois) estudantes, os 101 (cento e um) que resistiram equivalem a 20,95% (vinte vírgula noventa e cinco por cento) deste total ( $482 \times 20,95\% = 101$ ).

<sup>53</sup> Valor obtido calculando a diferença entre o percentual de estudantes que fizeram e não fizeram o PROERD e que resistiram ao oferecimento de drogas ilícitas ( $77,10\% - 40,91\% = 36,19\%$ ).

<sup>54</sup> Diferença entre o percentual de estudantes que não fizeram PROERD e declararam consumir drogas ilícitas (16,88%) e a quantidade de estudantes que participaram do Programa e também informaram consumir tais substâncias entorpecentes (6,22%). Desse modo, a diferença foi apurada com o seguinte cálculo:  $16,88\% - 6,22\% = 10,66\%$ .

**Gráfico 3** – Distribuição dos estudantes que declararam já ter consumido drogas ilícitas, por grupo de indivíduos que participou do PROERD ou não e por sexo



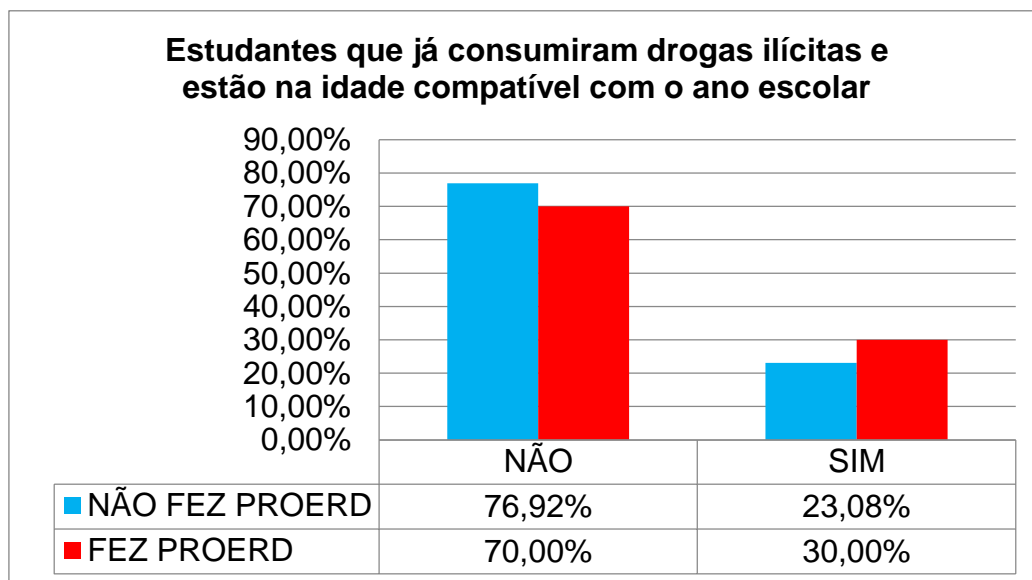
Fonte: Gráfico confeccionado pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

Graficamente resta claro que não há diferença significativa entre a distribuição por sexo dos estudantes que participaram ou não do PROERD. No entanto, há uma razoável discrepância entre os estudantes do sexo feminino e masculino, sendo preponderante em ambos os grupos de indivíduos o consumo entre os homens. Nesse aspecto, relevante recordar que é pequena a diferença na distribuição entre os sexos do total de estudantes respondentes ao questionário, pois 55,46% (cinquenta e cinco vírgula quarenta e seis por cento) são do sexo masculino e 44,54% (quarenta e quatro vírgula cinquenta e quatro por cento) são do sexo feminino, conforme já informado anteriormente.

Ainda quanto ao perfil dos estudantes que declararam já ter consumido drogas ilícitas, também interessante apontar a compatibilidade da sua idade com o ano escolar frequentado. Para fazer tal levantamento, considerou-se a idade de cada estudante e o Ano do Ensino Fundamental que declarou estar cursando no momento da aplicação do questionário. Desse modo, considerou-se compatível a idade do estudante com o ano escolar frequentado, ou seja, se estiver: no 6º Ano os estudantes com 11 e 12 anos de idade; no 7º Ano os alunos com 12 e 13 anos de idade; no 8º Ano os que estavam com 13 e 14 anos de idade; e, no 9º Ano os estudantes com 14 e 15 anos de idade. Tal levantamento consta no próximo gráfico, no qual se lançou como “Sim” os estudantes com idade compatível com o ano

escolar e “Não” para os que são mais velhos do que a idade regular para o Ano do Ensino Fundamental cursado.

**Gráfico 4** – Distribuição dos estudantes, que participaram ou não do PROERD, considerando estarem ou não na idade compatível com o Ano do Ensino Fundamental frequentado no momento da aplicação do questionário



Fonte: Gráfico confeccionado pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

Da análise do gráfico acima, verifica-se que neste aspecto igualmente não há diferença relevante quanto aos estudantes que fizeram ou não o Programa de prevenção da criminalidade. Porém, é de fundamental relevância verificar que a maioria dos estudantes, mais de 70% (setenta por cento), que informaram consumir drogas ilícitas não estão em idade compatível com o Ano do Ensino Fundamental que estava sendo cursado no momento da aplicação do questionário. Isto importa dizer, que a maioria dos estudantes que informou consumir ou ter consumido drogas ilícitas é mais velho do que o restante da turma de alunos e esta frequentando a escola fora do período regular, ou seja, provavelmente abandonaram a escola e retornaram após perder o ano letivo ou são repetentes de Ano escolar, por insuficiência de notas para aprovação nas disciplinas.

Além disto, observa-se que a idade declarada como aquela em que os estudantes iniciaram o consumo de drogas ilícitas corresponde com os estudos já apresentados quanto à faixa etária que apresenta maior potencial de envolvimento

com a drogadição, qual seja com a adolescência (após os 12 anos de idade), o que se evidencia na tabela que segue

**Tabela 11** – Distribuição dos estudantes que afirmaram ter consumido drogas ilícitas, conforme a idade de início de tal consumo

<b>Idade de início do consumo de drogas ilícitas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
10 anos	1	2,33%
11 anos	1	2,33%
12 anos	4	9,30%
13 anos	6	13,95%
14 anos	10	23,26%
15 anos	10	23,26%
16 anos	6	13,95%
17 anos	4	9,30%
18 anos	1	2,33%
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tabela confeccionada pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

Ressalta-se que há o envolvimento com drogas ilícitas em todas as idades, mas o início do consumo ocorre preponderantemente entre os 14 e 15 anos, pois em tal faixa etária a soma de estudantes que consumiram pela primeira vez alguma droga proibida foi de 46,52% (quarenta e seis vírgula cinquenta e dois por cento) do total de indivíduos que usam ou já usaram drogas<sup>55</sup>.

De uma análise mais ampla, pode-se afirmar ainda, que 74,42% (setenta e quatro vírgula quarenta e dois por cento)<sup>56</sup> dos estudantes iniciaram o consumo de drogas ilícitas na faixa etária entre os 13 e 16 anos. Tal informação deixa evidente que, embora a prioridade de atendimento do Programa de prevenção seja para os estudantes do 5º Ano do Ensino Fundamental, ou seja, que possuem entre 10 e 11 anos de idade, há uma necessidade de ampliar a aplicação do PROERD para o 7º Ano do Ensino Fundamental (estudantes de 12 e 13 anos de idade), para reforçar os ensinamentos de resistência à violência e à drogadição, na idade imediatamente anterior àquela em que potencialmente pode iniciar o consumo de drogas ilícitas.

<sup>55</sup> Total obtido através da soma do percentual de alunos com 14 anos (23,26%) com o montante dos estudantes de 15 anos (23,26%).

<sup>56</sup> Montante calculado através da soma do percentual de alunos com 13 anos (13,95%), 14 anos (23,26%), 15 anos (23,26%) e 16 anos (13,95%).

Outro dado a ser considerado diz respeito ao tipo de drogas ilícitas consumido, conforme a declaração dos estudantes, os quais percentualmente são semelhantes em ambos os grupos pesquisados, o que demonstra-se na tabela a seguir

**Tabela 12** – Distribuição dos tipos de drogas ilícitas consumidas pelos estudantes

Tipos de drogas	Estudantes que fizeram PROERD		Estudantes que NÃO fizeram PROERD	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Só maconha	22	73,33%	9	69,23%
Só ecstasy/bala	2	6,67%	0	0,00%
Só cocaína	1	3,33%	0	0,00%
Mais de um tipo de droga	5	16,67%	3	23,08%
Todos os tipos	0	0,00%	1	7,69%

Fonte: Tabela confeccionada pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

Veja-se na tabela acima que a maioria dos estudantes informa apenas consumir maconha (*cannabis sativa*), droga ilícita que equivocadamente tem sido por vezes entendida como inofensiva em face de seus efeitos nocivos ao organismo demorarem um pouco mais de tempo para serem constatados pelos usuários e seus familiares. Ademais, considerando a realidade regional, importa referir que a maconha é a droga ilícita mais acessível financeiramente, sendo também maior a sua disponibilidade. Veja-se ainda, que o segundo maior percentual representa os estudantes que afirmaram consumir mais de um tipo de droga, dentre elas a maconha.

Curioso também é apontar que a maioria dos estudantes, melhor dizendo, praticamente 100% (cem por cento) daqueles que informaram já ter usado drogas ilícitas, também responderam afirmativamente para o consumo de drogas lícitas (cigarro e bebidas alcoólicas). Isto importa dizer, que o consumo das drogas lícitas, cuja venda é legalizada no Brasil, porém o consumo é proibido aos menores de 18 anos de idade, de certa forma pode também ser um fator que contribui para que os estudantes se envolvam com as drogas ilícitas.

O percentual de consumo de drogas lícitas pelos estudantes que declararam usar ou já ter usado drogas ilícitas, consta na tabela que segue

**Tabela 13** – Distribuição dos estudantes que afirmaram utilizar drogas ilícitas e que igualmente consomem drogas lícitas

Grupo de estudantes	Cigarro		Bebidas alcoólicas	
	Sim	Não	Sim	Não
Não fez PROERD	100,00%	0,00%	92,31%	7,69%
Fez PROERD	83,33%	16,67%	100,00%	0,00%

Fonte: Tabela confeccionada pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

Veja-se que 100% (cem por cento) dos estudantes que não fizeram o PROERD e consomem drogas ilícitas, afirmaram também fazer uso de cigarro. Já em relação aos estudantes que participaram do Programa de prevenção, 100% (cem por cento) dos que utilizam drogas ilícitas declararam que igualmente consomem bebidas alcólicas.

Estes dados reforçam o entendimento de que o cigarro e a bebida alcoólica, além de serem prejudiciais à saúde, podem conduzir o indivíduo ao consumo de outras substâncias entorpecentes. Assim, compreende-se adequado manter os ensinamentos quanto ao cigarro e à bebida alcoólica aos estudantes que participam do Programa PROERD, de modo a orientá-los em relação aos malefícios à saúde, bem como evitar que os mesmos iniciem o consumo de tais substâncias e depois progridam para outras drogas, especialmente as ilícitas.

Superada tal análise do perfil dos estudantes que informaram já consumir drogas ilícitas, interessante ainda é apontar o que os mesmos pensam sobre o PROERD. Para tanto, compilou-se os dados dos estudantes que informaram consumir drogas ilícitas dentre aqueles que frequentaram as aulas do Programa de prevenção.

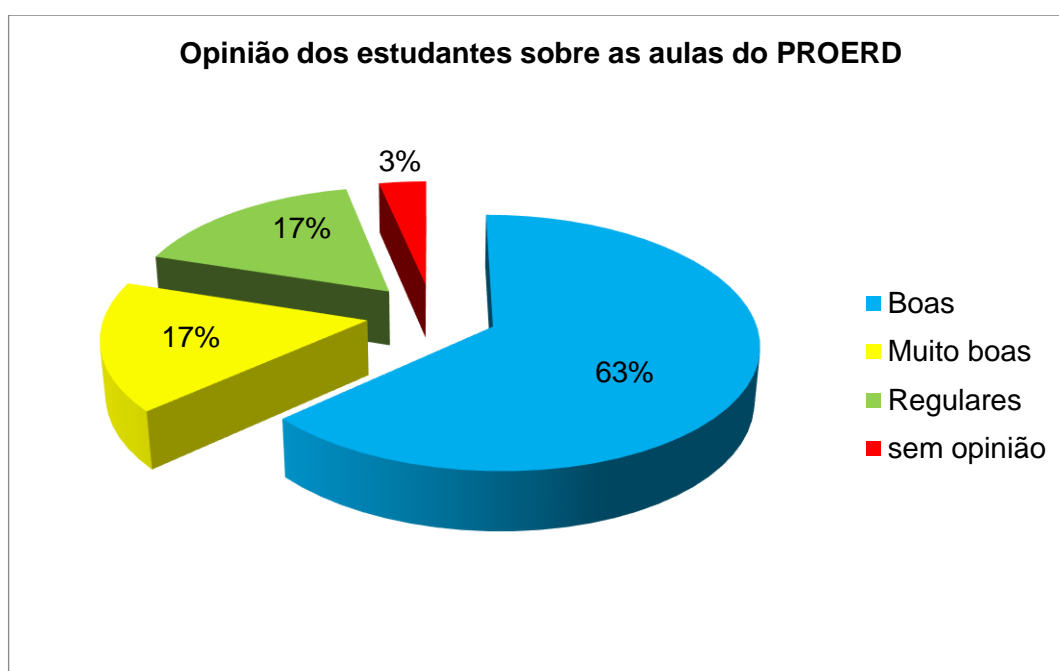
Do total de 30 (trinta) estudantes que pertencem a este grupo em específico, 16 (dezesesseis) informaram não lembrar das lições do PROERD, ou seja, o equivalente a 53,33% (cinquenta e três vírgula trinta e três por cento)<sup>57</sup>. Compreende-se assim, que para tais alunos as lições do Programa não atingiram a finalidade para a qual foram criados, tampouco conseguiram fazer com que tais estudantes se envolvessem nas aulas a ponto de recordarem os temas abordados nos anos seguintes, circunstâncias subjetivas que podem ter relação direta com o envolvimento de tais jovens com drogas ilícitas.

<sup>57</sup> Informações constantes na Tabela 01 do Apêndice L.

Contudo, apesar da maioria dos estudantes ter respondido não recordar das lições do PROERD, quando questionados sobre o uso dos ensinamentos do Programa, ou ainda, quanto a tais conteúdos já ter lhes ajudado em algum momento, 19 (dezenove) estudantes responderam que sim, o equivalente a 63,33% (sessenta e três vírgula trinta e três por cento) daqueles que realizaram as aulas preventivas e consomem drogas ilícitas<sup>58</sup>. Em outras palavras, mesmo a maioria dos pesquisados informar não lembrar das lições do PROERD, responderam utilizar ou terem sido auxiliados pelos ensinamentos repassados pelo Policial Militar na escola.

Além de verificar os estudantes que lembram das lições, entendeu-se por bem também verificar a opinião de tais estudantes quanto às aulas ministradas pelo Policial Militar, o que consta no gráfico a seguir

**Gráfico 5** – Opinião dos estudantes que afirmaram utilizar drogas ilícitas sobre as aulas do PROERD ministradas por um Policial Militar



Fonte: Gráfico confeccionado pela autora, após tabulação dos questionários respondidos.

O gráfico acima demonstra que 63% (sessenta e três por cento) dos estudantes que declararam já consumir drogas ilícitas tem a opinião de que as aulas do PROERD foram “Boas”. Outros 17% (dezesete por cento) dos estudantes declararam que acharam as aulas “Muito boas”.

<sup>58</sup> Informações constantes na Tabela 02 do Apêndice L.

Destaca-se, desse modo, que a maioria dos estudantes que consomem drogas proibidas tiveram uma percepção positiva do Programa de prevenção. No entanto, embora tenham tido uma boa visão do Programa, tal fator não contribuiu de forma significativa para manter tais indivíduos afastados da drogadição.

Por outro lado, analisando-se as respostas de tais estudantes quanto à mudança de comportamento após a frequência nas aulas preventivas, bem como se tal mudança foi positiva para si e/ou para sua família, novamente há a resposta afirmativa da maioria dos pesquisados<sup>59</sup>. Logo, apesar de tais estudantes declararem já ter consumido drogas ilícitas, os mesmos informaram que os ensinamentos repassados pelo Policial Militar contribuíram positivamente para a mudança de seu comportamento.

Ainda quanto a tal grupo de indivíduos, igualmente chama a atenção as respostas apresentadas por alguns quando questionados sobre o uso das estratégias ensinadas no PROERD para resistir ao oferecimento de drogas. Nesse caso, apenas 06 (seis) estudantes disseram ter utilizado as estratégias de resistência ensinadas pelo Policial Militar. Em análise minuciosa das respostas, verifica-se que os estudantes responderam que: “Eu disse, que talvez outro dia”; “Não gosto”; “Não quero”; “Falei que não”; “Sempre digo não” e, “Luz, câmera, ação – drogas não!”.

Observa-se que tais respostas correspondem com o que é ensinado aos estudantes no Programa de prevenção, porém mesmo afirmando terem utilizado tais ferramentas, o uso não foi convicto a ponto de manter tais jovens afastados da drogadição. Tanto é verdade, que mesmo eles terem afirmado que disseram não ao oferecimento de drogas, também responderam já ter consumido os entorpecentes ilícitos.

Por fim, ainda interessante apontar que do total de estudantes que já consumiram drogas ilícitas, 63,33% (sessenta e três vírgula trinta e três por cento)<sup>60</sup> declararam que normalmente tomam decisões seguras e responsáveis. Ora, tal dado chama atenção, pois o enfoque do Programa PROERD é ensinar os

---

<sup>59</sup> Quanto à mudança de comportamento 56,67% (cinquenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) afirmaram que modificaram suas condutas após a realização do PROERD. Já em relação a ser positiva ou não a mudança, 70% (setenta por cento) informou que sim, ou seja, que mudou para melhor depois de frequentar as aulas ministradas pelo Policial Militar (Dados da Tabela 3 do Apêndice L).

<sup>60</sup> Informações constantes na Tabela 4 do Apêndice L.

estudantes a resistirem à oferta de drogas e à situações de violência, aprendendo a fazer boas escolhas, ou seja, a tomar decisões seguras e responsáveis.

Assim, nota-se que a maioria dos estudantes que usam drogas informaram que decidem de forma segura e responsável, no entanto, não percebem que a opção por consumir drogas ilícitas é uma má escolha e, de certa forma, não é segura para sua saúde física e psicológica, tampouco responsável consigo, sua família e demais pessoas.

Conclui-se, desse modo, a análise dos dados coletados através da aplicação do questionário ao público-alvo da pesquisa. Da análise de tais dados é possível deduzir várias questões, especialmente identificar resposta para as hipóteses do presente estudo, fazendo algumas considerações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hodiernamente no Brasil a sociedade e os órgãos e instituições vinculadas à segurança pública têm observado um aumento nos índices criminais, atribuindo tal aumento a diversos fatores, tais como legislação branda, problemas no sistema carcerário, não responsabilização adequada dos delinquentes menores de 18 anos de idade e outros tantos. Apesar da pluralidade de possíveis fatores aos quais se atribui a responsabilidade pelo aumento da delinquência, não se pode deixar de apontar a vinculação da criminalidade à drogadição.

Conforme já dito oportunamente, no Brasil existem drogas lícitas e ilícitas. No primeiro grupo, o cigarro e as bebidas alcoólicas são considerados drogas lícitas, pois tais substâncias embora alterem o funcionamento regular do organismo e gerem dependência física e psíquica, são vendidas legalmente aos maiores de 18 anos de idade. Já as drogas ilícitas são aquelas cuja venda é proibida em quaisquer circunstâncias, tais como: maconha, crack, heroína, cocaína, ecstasy e outras.

No tocante a este aspecto, estudos apontam que aproximadamente 70% (setenta por cento) das ocorrências criminais registradas no Brasil estão vinculadas, direta ou indiretamente, com a venda e o consumo de drogas, especialmente as drogas classificadas como ilícitas.

Desse modo, ante o aumento da criminalidade brasileira e sua vinculação direta ou não com a drogadição, resta evidente a necessidade de que as instituições e órgãos responsáveis pela segurança pública voltem suas atividades ao combate às drogas.

Igualmente como já aduzido, no que tange às atividades das Polícias Militares Estaduais, dentre elas da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, há a prevalência da atuação repressiva de policiamento ostensivo. Em outras palavras, o enfoque prioritário das instituições policiais militares estaduais tem sido, com base na legislação e no histórico de sua atuação, preponderantemente como instituição repressora da criminalidade. Isto importa dizer, na atuação ordinária de patrulhamento nos locais públicos para evitar a ocorrência de delitos, bem como na realização da prisão ou apreensão dos indivíduos que apresentarem condutas delinquentes.

Contudo, tal atuação puramente repressiva das instituições policiais não tem apresentado, de forma significativa uma redução na criminalidade. Isto tanto é

verdade que é comum os Policiais Militares usarem a expressão de que seu trabalho representa “enxugar gelo”, ou seja, uma tarefa sem fim (prende e solta) e que não produz resultados efetivos para a sociedade.

Além disso, quando as atividades policiais são direcionadas exclusivamente à repressão, se está trabalhando no resultado, ou seja, no crime que já ocorreu ou esta prestes a ocorrer. Em outras palavras, a atuação unicamente repressiva não analisa e tampouco age nas causas dos delitos para evitar que novos episódios ocorram, isto quer dizer, para reduzir novas ocorrências e, por consequência, os índices criminais.

Ante tal contexto, constata-se a necessidade de que a segurança pública também seja vista pelas instituições policiais com o olhar preventivo. Desse modo, a prevenção da criminalidade pode ocorrer de forma primária, secundária e terciária e é possível que seja realizada também pelas instituições policiais militares.

A prevenção primária e secundária da criminalidade, que tem como foco a atuação junto aos indivíduos que ainda não estão vinculados diretamente com o mundo do crime, tem sido realizada, ainda que de forma subsidiária pela Brigada Militar, através de projetos de cunho social, dentre eles o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).

O Programa PROERD é uma adaptação brasileira do programa de prevenção norte americano intitulado de Programa “*Drug Abuse Resistance Education - DARE*”. Foi instituído no Brasil no ano de 1992 e no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1998.

Por oportuno, cabe referir que o PROERD atualmente conta com 19 (dezenove) anos de existência no Estado do Rio Grande do Sul, demonstrando ser uma ferramenta de prevenção realizada de forma contínua e constante, cujos efeitos são esperados para médio e longo prazo, como política e estratégia governamental, voltada à conscientização de crianças para que sejam adultos responsáveis no futuro.

A partir do ano de 1998, o Programa PROERD teve uma ampliação de sua abrangência no território geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, porém nunca atingiu 100% (cem por cento) dos municípios e escolas riograndenses. Infelizmente, após o ano de 2013 o Programa tem sofrido reduções na sua aplicação, seja na quantidade de municípios quanto no total de escolas e estudantes atendidos, tendo

em vista o cenário econômico do Estado do Rio Grande do Sul e institucional da Corporação.

Reitera-se que a Brigada Militar nos últimos anos teve significativa redução no quadro de policiais militares, diminuição esta que impactou de forma direta na abrangência do PROERD, especialmente porque o programa de prevenção primária e secundária da criminalidade não é a prioridade do Governo do Estado, tampouco da instituição, apesar de existir Lei Estadual estabelecendo o mesmo como política pública de prevenção às drogas e à violência (Lei Estadual nº 13.468, de 15 de junho de 2010).

Em que pese a redução da abrangência do Programa nos últimos anos, cabe referir que o mesmo tem ocorrido com regularidade no Município de Teutônia/RS, localidade escolhida para a realização da pesquisa de campo do presente estudo.

Registra-se que o Programa educacional é realizado pelos Policiais Militares estaduais no âmbito escolar, abrangendo prioritariamente os estudantes do 5º Ano do Ensino Fundamental, ou seja, as crianças que estão na faixa etária de 10 a 11 anos de idade. Reitera-se que a priorização de tal público-alvo para a realização do Programa tem como objetivo conscientizar estudantes que ainda não tiveram o contato direto com as drogas sobre os malefícios de consumir tais substâncias, bem como ensinando estratégias de resistência ao oferecimento das mesmas e à situações de violência. O foco, portanto, é atuar na prevenção primária e secundária, de maneira a tentar manter os jovens estudantes afastados de condições potencialmente vinculadas com a criminalidade.

Além disto, o Programa PROERD também tem como objetivo aproximar a Polícia Militar da comunidade para a qual realiza suas atividades, especialmente buscando desmistificar a visão de estudantes e suas famílias de que os policiais militares são rudes, grosseiros e atuam apenas de forma repressiva e opressora. Ademais, a presença do Policial Militar na escola visa estreitar os laços da instituição com a comunidade, para que esta última saiba que pode confiar e contar com a organização militar para resolver seus problemas, especialmente àqueles que tem relação com o mundo do crime.

Oportuno frisar, conforme dados da pesquisa de campo, que tal objetivo do Programa tem sido alcançado. Segundo apurado, 85,68% (oitenta e cinco vírgula sessenta e oito por cento) dos pesquisados informaram que gostaram muito e/ou adoraram a presença do Policial Militar na escola. Nota-se, então, que a realização

do PROERD tem de fato auxiliado na aproximação da instituição policial militar da comunidade, em específico, da comunidade escolar.

Cabe reiterar que o PROERD foi estruturado pensando em ensinar jovens estudantes a se manterem afastados de drogas e da violência, mediante a conscientização do malefício dos mesmos, bem como através da elevação da autoestima das crianças e adolescentes com um modelo positivo de vida.

Logo, o Currículo aplicado para o 5º Ano do Ensino Fundamental, intitulado “Caindo na Real”, abrange questões informativas sobre cigarro, bebidas alcoólicas e outras drogas. Abrange ainda, o ensinamento de formas eficazes de comunicação, maneiras de superar situações de tensão, estratégias de resistência ao oferecimento de drogas e a importância dos estudantes fazerem boas escolhas. Neste último caso, as lições ministradas pelo Policial Militar em sala de aula, utilizam o “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”, ferramenta ensinada aos estudantes como apoio para que os mesmos tenham uma boa decisão, e ainda, saibam se a opção escolhida foi adequada tendo em vista as consequências de tal atitude.

Ressalta-se que os ensinamentos não são estanques ou restritos a conscientizar sobre o não uso de drogas e não envolvimento em violência. As lições são mais amplas, pois objetivam mostrar aos estudantes as consequências de suas atitudes e a importância de pensarem antes de adotar uma conduta, seja ela vinculada ou não às drogas e/ou à violência.

A amplitude das lições do PROERD repassadas pelo Policial Militar aos estudantes pode ser observada também da análise das respostas ao questionário de campo aplicado no presente estudo, pois a maioria dos pesquisados informaram utilizar os ensinamentos aprendidos no Programa de prevenção.

Constatou-se, nesse sentido, que 93,15% (noventa e três vírgula quinze por cento) dos pesquisados informaram que acharam boas ou muito boas as aulas do PROERD. Ademais, cerca de 73,03% (setenta e três vírgula zero três por cento) disseram recordar do nome do Policial Militar instrutor do Programa, bem como 63,28% (sessenta e três vírgula vinte e oito por cento) afirmaram que lembram das lições ministradas.

Tais dados corroboram com os demais itens apurados, pois do total de 482 (quatrocentos e oitenta e dois) estudantes que participaram do Programa de prevenção, a quantidade de 384 (trezentos e oitenta e quatro) responderam que usaram os ensinamentos do PROERD após a frequência nas aulas. Ademais,

84,23% (oitenta e quatro vírgula vinte e três por cento) dos pesquisados informou que o que aprendeu no Programa já lhe ajudou alguma vez.

Também merece destaque que a maioria dos estudantes relatou utilizar o “Modelo de Tomada de Decisão PROERD” para fazer suas escolhas e que após a realização das atividades desenvolvidas pela Polícia Militar na escola, 84,64% (oitenta e quatro vírgula sessenta e quatro por cento) declararam que tiveram uma melhora de comportamento.

Outrossim, quando se analisa as respostas dos estudantes que declararam ter mau comportamento escolar, o percentual de condutas desviantes escolares (criminais ou disciplinares) é menor em relação ao grupo de indivíduos que realizou o PROERD, na comparação com o grupo que não teve a oportunidade de participar do Programa.

Tais informações conduzem à conclusão do presente trabalho, quanto aos objetivos derivados da pesquisa, restando evidenciado que é positiva a percepção dos estudantes quanto ao Programa PROERD. Outrossim, considerando a resposta da maioria dos pesquisados, os estudantes lembram e recordam das lições do Programa, assim como consideram o que aprenderam com o Policial Militar na escola para tomar suas decisões.

Portanto, quanto a estes aspectos, resta claro que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência é eficiente como ferramenta de prevenção primária e secundária da criminalidade, especialmente quanto à influência exercida no comportamento de crianças e adolescentes.

Porém o mesmo não é possível afirmar quanto ao afastamento dos estudantes de situações de violência, considerando suas próprias declarações em resposta ao questionário, seja pelo mau comportamento escolar (majoritariamente envolvimento em brigas) seja pelo envolvimento em algum ato criminoso.

Diz-se que neste aspecto o Programa PROERD não é tão diretamente efetivo, pois da comparação entre o grupo de pesquisados que participou das aulas preventivas com aquele que não as fez, verificou-se que proporcionalmente a diferença é irrisória. No que tange ao mau comportamento escolar, conforme já dito oportunamente, o grupo de indivíduos que participou das aulas do Programa teve uma redução de apenas 1,79% (um vírgula setenta e nove por cento) em comparação com o grupo que não frequentou as aulas. O mesmo se constatou em relação ao envolvimento com crimes ou contravenções penais, hipótese em que a

diferença de envolvimento do grupo que teve orientações de um Policial Militar na escola com o que não teve foi de apenas 2,03% (dois vírgula zero três por cento).

Diante de tais números, pode-se concluir que o Programa PROERD não demonstra efetividade real e direta com a redução de condutas desviantes praticadas pelas crianças e adolescentes do Município de Teutônia/RS. Em outras palavras, pode-se dizer que neste aspecto o Programa não tem se apresentado tão efetivo quanto se acreditava para a prevenção direta de condutas desviantes e da criminalidade.

Desse modo, o presente estudo possibilita concluir pela necessidade de aprimoramento do Programa PROERD quanto aos ensinamentos voltados à prevenção da violência, pois a participação do Programa não gerou redução dos resultados de envolvimento em situações violentas, na comparação com o grupo de indivíduos que não frequentou as aulas.

Conforme já explicado anteriormente, não é possível modificar o currículo adotado no Brasil, pois o mesmo deve seguir a ideologia e a metodologia do Programa DARE. No entanto, mesmo sem a modificação curricular é possível que sejam realizados cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento aos Policiais Militares instrutores para que os mesmos além de focarem suas aulas na drogadição, deem mais importância às questões vinculadas com a violência, utilizando mais exemplos práticos em sala de aula. É através da utilização de mais exemplos e demonstrações de que a violência é ruim e traz consequências negativas para o bom convívio em sociedade, que será possível sensibilizar de forma mais significativa os estudantes a evitarem situações de violência (como autores e vítimas).

Por outro lado, considerando-se que o foco das aulas é direcionado para boas escolhas e para o não envolvimento com drogas, neste aspecto os resultados apresentados são relevantes e favoráveis ao Programa.

Quanto às drogas lícitas, constatou-se que a diferença de consumo entre os estudantes que não fizeram o PROERD com aqueles que tiveram as lições com o Policial Militar representa um pouco mais de 10% (dez por cento). Especificamente, em relação ao cigarro a diferença é na proporção de 10,72% (dez vírgula setenta e dois por cento) e quanto às bebidas alcoólicas a redução é equivalente a 10,55% (dez vírgula cinquenta e cinco por cento).

Quanto às drogas ilícitas, o percentual de consumo é semelhante, restando evidenciado que há uma diferença proporcional a 10,66% (dez vírgula sessenta e

seis por cento) de consumo a maior entre os alunos que não frequentaram o Programa de prevenção.

Poderia-se questionar a pequena diferença entre o grupo de indivíduos que realizou as aulas e o que não, aproximadamente 10% (dez por cento) nos itens analisados, porém tal questionamento é inócua, pois o Programa é apenas uma das ferramentas que pode ser utilizada para a realização da prevenção da criminalidade, tendo-se que ter presente que o envolvimento com drogas e crimes não depende de um único fator. Consoante dito alhures, são diversos as circunstâncias e condições que podem influir ou não para que cada indivíduo entre para o mundo das drogas e do crime.

Dessa forma, em que pese a pluralidade de fatores que podem influenciar no envolvimento com condições potencialmente de risco da criminalidade, constata-se pela pesquisa de campo realizada que o Programa PROERD auxiliou os estudantes do Município de Teutônia/RS a se manterem afastados das drogas e da violência, o que inclusive é verificado na análise quantitativa das respostas ao questionário aplicado.

Ainda no que tange ao envolvimento com drogas ilícitas, a tabulação dos dados também possibilitou concluir que os alunos que participaram das aulas do PROERD tiveram maior resistência à oferta de substâncias proibidas, pois na proporção o número de indivíduos que informaram ter recusado ao consumo foi superior em tal grupo no montante equivalente a 36,19% (trinta e seis vírgula dezenove por cento). Isto quer dizer, dentre os estudantes que tiveram a oferta ao consumo de drogas ilícitas, aqueles que tiveram as aulas com o Policial Militar resistiram em maior proporção.

A análise de tais dados deixa claro que o Programa PROERD apresenta resultados positivos, na medida em que os estudantes que participaram de suas aulas tiveram, proporcionalmente, maior resistência ao consumo de drogas lícitas e ilícitas, as quais de certo modo estão vinculadas com os índices criminais brasileiros.

Relevante destacar, que apesar de ser significativa a quantidade de estudantes que fizeram o PROERD e disseram não ter aceito o oferecimento de drogas ilícitas, quando questionados sobre o uso das estratégias de resistência às drogas e à violência, a maioria dos alunos disse não ter utilizado tais ferramentas. Esta informação faz com que se conclua que os alunos não compreendem

adequadamente a quarta lição do Programa, a qual é destinada exclusivamente a ensinar as possíveis maneiras de resistir à oferta de drogas.

Registra-se que há necessidade de serem reforçados ou reformulados os ensinamentos da quarta lição, pois os alunos precisam compreender melhor os mesmos, já que tais estratégias facilitarão a recusa ao oferecimento de drogas ilícitas, sugestão que irá melhorar ainda mais o índice de estudantes que, após realizar o PROERD, resistirão às drogas.

Também é significativo apontar questões verificadas quanto aos estudantes que declararam consumir drogas ilícitas, pois conforme perfil analisado a maioria são homens, iniciam o envolvimento com a drogadição entre 14 e 15 anos de idade e não estão frequentando o ano regular do Ensino Fundamental.

Veja-se que os pesquisados do sexo masculino se envolvem proporcionalmente mais com drogas do que os indivíduos do sexo feminino. Tal constatação pode ser objeto de outro estudo específico, especialmente para verificar as possíveis causas deste fenômeno, mas independentemente disto, demonstram a necessidade de ser pensado um projeto ou programa direcionado para os homens jovens.

Outro dado significativo é que a maioria dos pesquisados que utilizam drogas ilícitas não estão com idade compatível com o ano do Ensino Fundamental frequentado no momento da aplicação do questionário. Isto quer dizer, são alunos repetentes de ano, seja porque reprovaram em razão da insuficiência de notas ou porque abandonaram temporariamente os estudos e agora estão retomando.

Tal dado igualmente deve ser considerado, pois demonstra a necessidade de serem ampliados incentivos e maneiras de fazer com que os estudantes se mantenham nas escolas e estudem o suficiente para progredir normalmente nos anos do Ensino Fundamental, ou seja, na idade regular. Afinal, a repetência pode ser um dos fatores que, em razão da baixa autoestima dos estudantes associada a outros fatores sociais e econômicos, os tenha conduzido ao envolvimento com drogas ilícitas.

Registra-se que a melhoria e ampliação de incentivos e formas de manter os estudantes na escola, bem como quanto ao aproveitamento curricular, não depende diretamente da Polícia Militar, mas sim da atuação de outros segmentos públicos, tais como das secretarias de educação, de assistência social e da saúde. Apesar disto, a Polícia Militar também pode contribuir no tocante, reforçando nas aulas do

PROERD a importância de estudar, a valorização de cada indivíduo e as ações para elevar a autoestima dos alunos enquanto protagonistas do ensino e da escola.

Por fim, nota-se que o início do envolvimento com drogas ilícitas ocorreu, na maioria dos casos, na faixa etária entre 14 e 15 anos, ou seja, depois de decorridos alguns anos da aplicação do PROERD no 5º Ano do Ensino Fundamental (para alunos de 10 a 11 anos de idade).

Nesse aspecto, interessante apontar que dentre os estudantes que frequentaram as aulas do Programa e afirmaram usar drogas ilícitas, 53,33% (cinquenta e três vírgula trinta e três por cento) disseram não lembrar das lições ministradas pelo Policial Militar.

Além disso, do total de estudantes que informaram não lembrar das lições do PROERD, 38,98% (trinta e oito vírgula noventa e oito por cento) estavam cursando o 6º Ano do Ensino Fundamental no momento da aplicação do questionário, isto quer dizer, há apenas um ano da participação nas aulas do Programa.

Considerando tais informações, conclui-se que a prioridade de atendimento aos alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental, não se apresenta como integralmente correta.

A aplicação do Programa aos estudantes deste Ano do Ensino Fundamental, abrange a faixa etária de crianças antes do seu envolvimento com as drogas, na sua maioria dos casos, e auxiliou diversos deles a resistirem à oferta de tais substâncias.

Porém, considerando ainda, que no ano seguinte à realização do Programa mais de um terço dos alunos não recorda das lições, considerando igualmente que a maior parte dos estudantes de Teutônia/RS inicia seu envolvimento entre os 14 e 15 anos de idade, entende-se que o ideal seria também ser aplicado o Currículo do PROERD “Caindo na Real” aos alunos do 7º Ano do Ensino Fundamental.

Em que pese a dificuldade decorrente da redução da quantidade de Policiais Militares disponíveis para a realização de todas as atribuições da Polícia Militar, os dados tabulados na presente pesquisa evidenciam a necessidade de ampliação do PROERD para o 7º Ano do Ensino Fundamental, currículo existente porém não priorizado pela Brigada Militar a contar do ano de 2013.

Ademais, considerando as informações tabuladas na pesquisa, presume-se que a realização do Programa de prevenção também no 7º Ano do Ensino Fundamental aumentaria o percentual de sua efetividade quanto ao afastamento das drogas, pois faria com que as crianças e adolescentes recordassem das lições já

repassadas anteriormente, reforçando a conscientização quanto aos malefícios da drogadição, bem como aprimorando o uso das estratégias de resistência.

Ante todo o exposto, considerando as hipóteses do presente estudo, verifica-se que a primeira delas se confirma em parte, tendo em vista que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência é uma ferramenta adequada e eficiente para evitar a aproximação de crianças e adolescentes da drogadição, pois o público-alvo compreende os ensinamentos repassados, lembra dos mesmos e utiliza tais premissas para tomar decisões seguras e responsáveis.

Desse modo, é possível dizer que o PROERD é uma ferramenta adequada para fins de prevenção primária e secundária da criminalidade, em específico dos crimes vinculados direta ou indiretamente com as drogas, pois apresenta resultados positivos quanto ao afastamento dos estudantes da drogadição.

Embora a aplicação do Programa apenas no 5º Ano do Ensino Fundamental já apresente resultados positivos, como dito, impera sugerir a ampliação da realização do PROERD aos estudantes do 7º Ano do Ensino Fundamental, os quais estão na faixa etária em que a maioria informou ter iniciado o consumo de drogas ilícitas.

Conclui-se ainda, que apesar do Programa ser eficiente no que tange ao consumo de drogas lícitas e ilícitas, não apresentou resultados adequados e relevantes quanto ao combate direto à violência, já que são semelhantes os percentuais de envolvimento entre o grupo de indivíduos que participou ou não do PROERD. Nesse caso, sugere-se o aperfeiçoamento dos Policiais Militares instrutores do Programa para que, além do enfoque na drogadição, reforçem questões vinculadas à violência nas aulas ministradas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. N. C. **O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD): alternativas de indicadores para a avaliação na ótica dos instrutores da Brigada Militar.** Instituto IDEAU. Porto Alegre, 2010.

ARAÚJO, F. G. **A análise da atuação do instrutor do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e seus reflexos na melhoria do ambiente estudantil.** Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2008.

ARRUDA, Sande Nascimento de. Em torno da delinquência juvenil. **ÂmbitoJurídico.com.br – O seu portal jurídico na internet.** Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=4397&revista\\_caderno=3](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4397&revista_caderno=3)>. Acesso em: 09 nov 2015.

BARRETO, J. O. **PROERD: análise crítica de seus resultados na cidade de Pouso Alegre.** Academia de Polícia Militar. Belo Horizonte, 2005.

BATISTA, N. R. L. **A visão da sociedade sul-cerrogrande quanto a efetividade do Programa Educacional de Resistência às Drogas** desenvolvido no município. Instituto IDEAU. Porto Alegre, 2010.

BENZ, J. C. M. **Avaliação pedagógica da metodologia aplicada pelo PROERD nas 4as séries do ensino fundamental nas escolas do Estado do Rio Grande do Sul.** Instituto IDEAU. Porto Alegre, 2010.

BLANCO, Antonio Carlos Carballo. Prevenção Primária, Polícia e Democracia. **Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança: O Brasil diz NÃO há violência.** ILANUD: São Paulo, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 out 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal).** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 10 out 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de drogas).** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm)>. Acesso em: 10 out 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)> Acesso em: 14 nov 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9294.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9294.htm)>. Acesso em: 14 out 2017.

CALAZANS, M. E. **Policiais migrantes: identidades profissionais em movimento.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CAMPOS, B. G. S. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência: avaliação de resultados.** Academia de Polícia Militar de MG. Varginha, 2004.

CARVALHO, D. S. M. **A importância de manter o Programa Educacional de Resistência às Drogas e o jovens construindo a cidadania, nas escolas que participam dos programas no município de Carangola/MG.** Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CÓRDOVA, A. L. N. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência nas Polícias Militares do Brasil: uma análise comparativa sob o prisma sistêmico.** Instituto IDEAU. Porto Alegre, 2010.

CUNHA, L. J. **Aspectos educacionais de educação e prevenção as drogas nas escolas, uma análise de sua eficácia; esforço cooperativo da Polícia Militar comunidade, escola.** Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2009.

DA SILVA, Luiz Antonio Machado. **Polícia e segurança pública no Rio de Janeiro de hoje: Uma tomada de posição. Olhares sobre a prevenção à criminalidade.** Instituto ELO: Belo Horizonte, 2009.

DARE – Drug Abuse Resistance Education. **Teaching students decision making for safe & healthy living.** Disponível em: <<https://www.dare.org>>. Acesso em: 15 Out 17.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; NARDI, Fernanda Lüdke. **Delinquência juvenil: uma revisão teórica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Núcleo de estudos e pesquisas em adolescência.** Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0123-91552010000200007](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552010000200007)>. Acesso em: 09 nov 2015.

DORNELES, F. H. **A percepção dos professores titulares que auxiliaram os instrutores do PROERD no desenvolvimento do programa em sala de aula, no ano de 2013, em Lajeado/RS.** Academia de Polícia Militar do RS. Porto Alegre, 2014.

DOS SANTOS, Manuel Ferreira. **A Prevenção da Criminalidade. Segurança e Ciências Forenses: Revista eletrônica, 2014.** Disponível em: <<https://segurancaenciasforenses.com/2014/04/15/a-prevencao-dacriminalidade/>> Acesso em: 23 jun 2017.

ESPINHEIRA, Gey. Prevenção da criminalidade. **Revista Eletrônica Observare – Revista Interdisciplinar de Segurança Pública do Território**. Disponível em: <[http://www.ospba.org/wp-content/uploads/2012/11/prevencao\\_da\\_criminalidade\\_-\\_gey\\_espinheira.pdf](http://www.ospba.org/wp-content/uploads/2012/11/prevencao_da_criminalidade_-_gey_espinheira.pdf)>. Acesso em: 23 jun 2017.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.468, de 15 de julho de 2010**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.468.pdf>>. Acesso em: 10 out 2017.

ESTADO DE SÃO PAULO, Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência**. Disponível em: <<http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/proerd-2/>>. Acesso em: 06 Nov 17.

FARIA, M. C. **A ação preventiva dos ensinamentos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)**, junto a seus ex-alunos no vale do aço. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2007.

FOSTER, A. R. **combate às drogas: a importância da ampliação do PROERD na educação básica**. Centro Universitário de Lins. Campo Grande, 2013.

HOFMANN, R. A. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Compilação científica**. Academia de Polícia Militar. Porto Alegre, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=43>>. Acesso em: 15 out 2017.

\_\_\_\_\_. **Áreas geográficas dos Municípios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dosmunicipios.html?&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 06 nov 2017.

\_\_\_\_\_. **Estimativa de População dos Municípios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=downloadso>>. Acesso em: 06 nov 2017.

JORGE-BIROL, Alline Pedra. Políticas públicas de prevenção da violência e a prevenção vitimária. **Âmbito Jurídico – o seu portal jurídico na internet**. Rio Grande: 2017. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1802](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1802)>. Acesso em: 23 jun 2017.

LARA, B. C. A. R. **Aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência: percepções dos orientadores educacionais das escolas sobre a qualidade dos instrutores do PROERD do 1º BPM no 1º semestre/2011**. Academia de Polícia Militar de MG. Belo Horizonte, 2012.

LARANJEIRA, Carlos António. A análise psicossocial do jovem delinquente: uma revisão da literatura. Dossiê- Psicologia e Adolescência. **Psicologia em Estudo**, vol. 12, nº 2, Maringá, Mai-Ago de 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141373722007000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722007000200002)> Acesso em: 09 nov 2015.

LINHARES, Sólton Cícero. **Educação, trabalho e dimensões social e escolar da drogadição**: um estudo sobre políticas públicas antidrogas e o PROERD em Curitiba/PR. Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba, 2006.

MARCELOS, Viviane Avelino. Prevenção da Violência. **Brasil Escola**: Revista eletrônica Meu Artigo, 2016. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/sociologia/prevencao-violencia-1.htm>>. Acesso em: 23 jun 2017.

MASSARDI, Wellington de Oliveira; SILVA, Eraldo Teixeira da. Análise das implicações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência: o caso das escolas públicas de Ubá. **Gestão Contemporânea**. Ano 10, nº 13. Porto Alegre: 2013. Disponível em: <<http://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo>>. Acesso em: 01 ago 2017.

MEDEIROS, C. A. P. N. **Avaliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD - na redução da criminalidade**. Faculdade Integrada de Pernambuco. Recife, 2008.

MELO, Joel da Silva; CAMPOS, Valter Gomes. **O PROERD como política pública sobre drogas** em Águas Lindas de Goiás. Unidade Universitária de Educação a Distância. Goiânia, 2012.

MENEZES, F. R. de. **A efetividade do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência**: um estudo na área do 14º Batalhão de Polícia Militar. Universidade do Sul de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

MIRANDA, J. C. **Análise do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)** como estratégia preventiva na diminuição dos índices da criminalidade. Escola de Governo Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2013.

NOGUEIRA, Adriana Nunes. **O currículo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD – da Polícia Militar de São Paulo**: exercício de cidadania. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, R. A. **Caracterização institucional do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência**. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica). Curitiba. Associação Distrital da Escola Superior de Guerra, 2003.

ORZIL, Camila de Lima. A percepção dos agentes e alunos do PROERD sobre o Programa. **Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte: 2010. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9BDG95/monografia\\_final\\_12\\_12\\_10.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9BDG95/monografia_final_12_12_10.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 01 ago 2017

PEROVANO, Dalton Gean. **A formação de conceitos sobre drogas pelos estudantes da quarta série do ensino fundamental: uma leitura histórico-cultural-bioecológica da prevenção às drogas**. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

\_\_\_\_\_. **Concepções dos instrutores do programa educacional de resistência às drogas e à violência sobre a sua formação**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Currículo para crianças 5º ano do ensino fundamental: Caindo na REAL/D.A.R.E America**. Tradução de Silas Tiago O. Melo e Soraya Érica Rodrigues Matoso. Belo Horizonte: 2013. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/1033348-Manual-do-Instrutor-Proerd-5o-ANO-Caindo-Na-Real-v-2014-PMSC/>>. Acesso em: 16 out 2017.

RATEKE, Deise. **A Escola Pública e o PROERD: Tramas do agir policial na prevenção às drogas e às violências**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

RIBEIRO FILHO, J. E. **Os avanços e desafios enfrentados pelo PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência no município de Abaeté/MG durante o período de 2005 a 2011**. Universidade do Estado de Minas Gerais. Abaeté, 2012.

SENTO-SÉ, João Trajano. Prevenção ao crime e teoria social. **Novas e antigas questões. Lua Nova: Revista de cultura e política**. Ed. 83. Unicamp: São Paulo, 2011.

SERAFIN, J. F. **Drogas-abusivas nas Escolas do Ensino Fundamental, em Curitiba, Escolas com e sem o PROERD: um levantamento comparativo**. Monografia. Departamento de Farmacologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, C. F. **O policial PROERD: defensor dos direitos humanos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

SILVA, D. R. M. da. **Contribuição do PROERD para a prevenção e a redução da criminalidade**. Academia de Polícia Militar de MG. Poços de Caldas, 2010.

SILVA, José Deon da; ANTUNES, Gleisa Calixto. **Análise da aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) na cidade de Lavras/MG.** Belo Horizonte: 2012. Disponível em: <[http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais\\_2014/GT03/GT\\_03\\_x22x.PDF](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2014/GT03/GT_03_x22x.PDF)>. Acesso em: 23 jun 2017.

SOUZA FILHO. R. P. de. **A percepção da comunidade escolar sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD** - na escola pública estadual Manoel Vitorino. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Salvador, Bahia. Universidade Católica de Salvador, 2008.

TAVARES, A. S. **PROERD – uma ferramenta de policiamento comunitário na visão dos educadores.** Instituto IDEAU. Porto Alegre, 2010.

**Anexo único** – Informações recebidas do Centro de Treinamento PROERD da  
Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
BRIGADA MILITAR  
ESTADO MAIOR – PM3  
CENTRO DE TREINAMENTO PROERD**

**PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA –  
PROERD/RS**

**1 APRESENTAÇÃO**

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é originário do norte-americano *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E.), criado em 1983, por uma força-tarefa formada por policiais de Los Angeles, com o intuito de quebrar o ciclo de abuso de drogas relacionado, cada vez mais, com condutas criminosas e prisões.

Após análise de outras iniciativas e programas de prevenção, o D.A.R.E. foi concebido e proposto para ser desenvolvido em ambiente escolar, por policiais uniformizados e especialmente qualificados para tal, tornando-se uma extensão natural das iniciativas de policiamento comunitário. Sua fama produziu uma forte expansão para outros estados e outros países, sendo que, em 1989, a ONG *D.A.R.E. América* foi criada para gerenciar o Programa. A divisão *D.A.R.E. International* surgiu em 1990, devido ao interesse de vários países na adoção do Programa.

Desde 1983, o Programa tem liderado as ações de prevenção ao abuso de drogas. Os esforços colaborativos entre a Polícia Militar, o sistema de educação e as teorias científicas sobre prevenção são o diferencial desse Programa.

O Currículo PROERD “Caindo na REAL” para 5º e 7º anos do Ensino Fundamental, aplicado desde 2013 no Rio Grande do Sul, mantém esse

compromisso de fornecer instrução de ponta, capaz de prevenir o uso de drogas por meio do desenvolvimento das habilidades básicas necessárias para que escolhas seguras e responsáveis sejam feitas. Essas habilidades vão além da questão das drogas, pois possibilitam escolhas saudáveis e maduras em todos os aspectos da vida do jovem cidadão. Ao desenvolver as principais habilidades acadêmicas e práticas, o currículo promove tanto os objetivos educacionais quanto os de prevenção.

O Currículo PROERD “Caindo na REAL” foi projetado com base na Teoria de Aprendizagem Socioemocional (*Socio-Emotional Learning Theory - SEL*). A teoria SEL identifica as habilidades básicas e fundamentais e o processo de desenvolvimento do indivíduo, necessários à promoção da saúde, incluindo:

- autoconhecimento e autogerenciamento;
- tomada de decisão responsável;
- compreensão dos outros (alteridade);
- habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal;
- habilidade de lidar com desafios e responsabilidades.

O presente currículo utiliza essa teoria para ensinar aos jovens como controlar seus impulsos e pensar nos riscos e nas consequências, o que resultará em escolhas mais responsáveis. Acredita-se que, ao ensinar aos jovens a tomarem decisões seguras e responsáveis, eles serão capazes de fazer escolhas saudáveis, não somente sobre drogas, mas em todos os aspectos de suas vidas. À medida que os jovens forem educados para se tornarem cidadãos responsáveis, conseqüentemente conduzirão suas vidas de forma mais produtiva e livre de drogas.

A visão do PROERD é a de que os jovens, que refletem sobre as diversas situações, são capazes de fazer melhores escolhas, de forma não impulsiva, e de se comunicar e se relacionar melhor com as pessoas, além de se manter livres de drogas e obter maior sucesso em todas as áreas de suas vidas.

## **2 O PROERD NO BRASIL**

No Brasil, o programa iniciou em 1992, na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que buscava estratégias alternativas ao policiamento tradicional.

Em uma parceria com o Consulado Americano, uma equipe formada por policiais de Los Angeles e San Diego veio ao Rio de Janeiro, possibilitando a habilitação de 29 policiais da PMERJ.

Já em 1993, com a formação de policiais como multiplicadores do programa (chamados de mentores), a PMERJ tornou-se o primeiro Centro de Treinamento D.A.R.E. no país, difundindo o programa por vários estados brasileiros.

Neste mesmo ano, o programa foi iniciado pela Polícia Militar de São Paulo, que também se tornou centro de treinamento no final da década de 90, produzindo ampla formação de policiais do PROERD e difundindo-o por vários estados.

### **3 O PROERD NO RIO GRANDE DO SUL**

Em 1998, os primeiros instrutores da Brigada Militar foram formados em São Paulo. Neste mesmo ano, o então Cap. Júlio César Araújo Peres formou as duas primeiras turmas no Rio Grande do Sul, no Colégio Estadual Piratini, iniciando a expansão do programa pelo Estado. Quatro anos depois, seus primeiros mentores foram formados em curso oferecido pela Polícia Militar de Santa Catarina.

No ano de 2007, foi firmada parceria institucional com o Instituto Gerdau para confecção dos livros e materiais didáticos, além de outras necessidades, incluindo a viabilização da vinda de Oficiais Facilitadores (Master) do PROERD do Centro de Treinamento de Minas Gerais e da Polícia Militar do Paraná para consolidação de uma efetiva equipe de mentores da Brigada Militar.

Em 2009, sob incumbência da equipe de capacitação acima mencionada e após aprovação de projeto encaminhado à SENASP/MJ, o PROERD gaúcho teve sua grande prospecção, com vários cursos de formação de instrutores e do currículo para Pais, dotando suas coordenações regionais com equipamentos, como kit multimídia, material didático de apoio e vestimenta caracterizada do mascote do PROERD (Leão). No final de 2009, ainda com o apoio da SENASP e em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Alto Uruguai (IDEAU), foi desenvolvido, na Academia de Polícia Militar, para 30 alunos, um curso de pós-graduação em Psicopedagogia Aplicada na Prevenção da Drogadição Infanto-juvenil para o PROERD, gerando a produção de diversos estudos científicos acerca do tema.

Com novos instrutores e apoio governamental, o PROERD ampliou sua abrangência no Estado, consolidando-se como política pública de prevenção às drogas com a aprovação da Lei Estadual nº 13.468, de 15 de junho de 2010.

Em 2011, o Comando-Geral da corporação, com o intuito de proporcionar ampliação e destaque ao programa e aproximar todos os projetos sociais da temática de Direitos Humanos, subordinou a coordenação do programa diretamente a seu gabinete, criando o Núcleo de Projetos Sociais da Assessoria de Direitos Humanos. A partir deste momento, o PROERD gaúcho constituiu, pela primeira vez, uma comitiva com três oficiais para representar o Estado na 24ª Conferência Internacional do D.A.R.E., ocorrida em julho de 2011, nos Estados Unidos. Além de atualização e qualificação profissional, o objetivo maior era propor ao D.A.R.E. a oficialização do PROERD/RS como Centro de Treinamento, para possibilitar maior interação com as Polícias do Uruguai e da Argentina, pois, no mesmo ano, o “PROERD sem Fronteiras” formou os primeiros pais e alunos uruguaios, sendo uma parceria entre Instrutores do PROERD de Sant’Ana do Livramento e a Polícia de Rivera (Uruguai).

Com o sucesso obtido na missão, no evento de 18 anos do PROERD em São Paulo, em 23 de novembro de 2011, o Comandante-Geral da Brigada Militar recebeu do Sr. Mike Kuhlman, diretor internacional do D.A.R.E., a Homologação do Centro de Treinamento Oficial do D.A.R.E./PROERD da Brigada Militar.

Ainda em 2011, um curso realizado no Centro de Estudos Fronteiriços, em Sant’Ana do Livramento, com a coordenação de Oficiais do Centro de Treinamento de Minas Gerais, atualizou todos os mentores do Estado no novo currículo “Caindo na REAL” para o 7º ano, consolidando e ampliando a capacidade formativa de instrutores.

Inaugurando parceria com a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, ocorreu o Seminário de Capacitação em Prevenção às Drogas e Direitos Humanos, em 2011, em Bento Gonçalves, no qual, sob orientação dos Oficiais de Minas Gerais, cerca de 300 policiais do PROERD do Estado, além de Oficiais da PMTO e PMAL, foram capacitados no currículo “Caindo na REAL”, para o 7º ano, com metodologia atual e inovadora do programa para a parcela de alunos adolescentes, aprimorando os ensinamentos do 5º ano e fortalecendo os propósitos do PROERD.

Também no final de 2011 e início de 2012, o PROERD integrou os projetos sociais desenvolvidos durante a 42ª Operação Golfinho. O “PROERD Praia” percorreu todo o litoral gaúcho, atuando em mais de 30 praias, através de palestras, conversas sobre prevenção e distribuição de panfletos informativos e neste ano

continua levando prevenção para veranistas e moradores do litoral, em sua terceira edição.

Em 2012, com o apoio dos Comandos de Policiamento do Estado, o PROERD gaúcho formou 328 novos Instrutores do PROERD em 11 edições de Cursos de Formação, com capacitação no Currículo de 4ª Série/5º Ano, de 6ª Série/7º Ano “Caindo na REAL” e Educação Infantil. Oito policiais uruguaiois, quatro policiais argentinos, inaugurando o programa nesses países, além de um soldado da PM da Paraíba.

De 23 a 26 de agosto de 2012, no hotel Hyatt Regency Atlanta, na cidade de Atlanta, na Geórgia do Sul/EUA, ocorreu a 25ª Conferência Internacional do D.A.R.E., da qual participaram três oficiais e um praça do Rio Grande do Sul, estreitando e fortalecendo a relação entre o Centro de Treinamento do PROERD/RS e a equipe diretiva do D.A.R.E..

Com objetivo de comemorar os 20 anos do PROERD/Brasil, ocorreu, no Rio de Janeiro, em agosto de 2012, o 1º Encontro Técnico Internacional, do qual participaram os norte-americanos Mike Kuhlman, diretor internacional do D.A.R.E., e Bobby Robinson, três representantes da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e oito policiais do PROERD/RS.

Comemorando os 175 anos da Brigada Militar, bem como os 120 anos do 1º RPMon, de 07 a 09 de novembro de 2012, no Hotel Itaimbé, em Santa Maria, ocorreu o II Seminário Estadual de Prevenção às Drogas e Direitos Humanos, realizado pela Brigada Militar em parceria com a Secretaria da Segurança Pública e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Participaram do evento cerca de 500 policiais militares do Estado que atuam na prevenção às drogas e promoção dos direitos humanos e também 12 policiais do país vizinho Uruguai.

De 05 a 09 de novembro de 2012, quatro Oficiais participaram do Curso de Mentores PROERD no Rio de Janeiro, organizado pela PMERJ com apoio da SENASP.

Ainda em 2012, o Centro de Treinamento D.A.R.E./PROERD apoiou outras unidades da Federação, enviando integrantes da equipe de treinamento gaúcha para coordenar cursos de formação de Instrutores do PROERD (MS, MT e TO).

Em 2013, de 16 a 18 de julho, o coordenador estadual participou da 26ª Conferência Internacional do D.A.R.E./PROERD, em Cincinnati/Ohio/EUA. Nesse ano, a Coordenação Estadual do PROERD da Brigada Militar esteve na vanguarda

do Programa no Brasil. Ampliando parcerias com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos, sediou, em Porto Alegre, dois importantíssimos eventos internacionais. O primeiro, de 10 a 15 de novembro, contou com a participação dos dois principais policiais dos EUA formadores do programa internacionalmente no 1º Workshop Nacional de Mentores do PROERD, que possibilitou a atualização de policiais mentores do PROERD de todo Brasil no currículo de 5º Ano “Caindo na REAL”. No período de 20 a 22 de novembro de 2013, foi realizado o Seminário Estadual de Prevenção às Drogas, no qual 550 Policiais Militares de todos os Estados do Brasil e do Uruguai foram atualizados no mesmo currículo, sendo 364 destes Policiais PROERD pertencentes à Brigada Militar.

Tais ações possibilitaram a aplicação, em 2014, deste novo currículo, fruto de 20 anos de pesquisas na Universidade da Pensilvânia e disponibilizado para o D.A.R.E.. No primeiro semestre de 2014, em função da Copa FIFA, um grande contingente de policiais militares não pode ministrar aulas do PROERD. Em agosto de 2014, entretanto, o Acordo de Cooperação Técnica entre a Brigada Militar, a Secretaria Estadual de Segurança Pública e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), dentro do programa *Crack, é possível vencer*, possibilitou a formação de 170 novos instrutores em seis edições do Curso Nacional de Formação de Instrutores do PROERD (CNFIP).

Em 2015, devido à mudança de governo e o contingenciamento de despesas, mais uma vez, a Brigada Militar teve baixa em seus quadros de pessoal, o que ocasionou uma redução na abrangência de seus programas e projetos de prevenção, afetando diretamente a aplicação do PROERD. Mesmo assim, o PROERD gaúcho aumentou sua equipe de capacitação com dois novos mentores e sua equipe de instrutores com seis novos membros, formados pelo PROERD da PMERJ, além de ter fornecido facilitador e pedagogo para formação de novos instrutores na Polícia Militar do Mato Grosso do Sul - PMMS.

Em 2016, apesar do aumento da crise econômica e política no país e no estado, a Brigada Militar autorizou a realização de quatro Cursos de Formação de Instrutores do PROERD, que ocorreram de julho a outubro. Os cursos formaram 108 Instrutores do Programa, dos quais nove de outros estados (dois do Amazonas, dois do Paraná, dois de Roraima, dois de Mato Grosso do Sul, um de Sergipe e um de Mato Grosso).

O PROERD realizado pela Brigada Militar consolidou-se, no cenário estadual, nacional e internacional, como um programa de referência em prevenção primária às drogas, atingindo, desde sua implantação em 1998 até o fechamento do segundo semestre de 2016, a marca significativa de **1.222.017** alunos formados e abrangendo praticamente todos os municípios do Rio Grande do Sul.

<b>DADOS GERAIS DO PROERD – de 1998 ao 2º semestre de 2016</b>									
<b>Ano</b>	<b>Total de Alunos</b>				<b>Total de Escolas</b>				<b>Municípios abrangidos</b>
	<b>Rede Pública</b>		<b>Particular e Outras</b>	<b>Total</b>	<b>Rede Pública</b>		<b>Particular e Outras</b>	<b>Total</b>	
	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>			<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>			
1998	180	0	0	180	3	0	0	3	2
1999	970	355	125	1450	16	8	2	26	2
2000	9550	5070	1880	16500	215	87	53	355	96
2001	39813	12000	4700	56513	815	298	137	1250	351
2002	25551	12413	5867	43831	433	252	100	785	218
2003	37308	13458	7594	58360	745	308	145	1198	321
2004	41894	22518	8985	73397	946	449	114	1509	457
2005	45356	13525	3720	62601	791	346	123	1260	272
2006	44650	18021	6521	69192	1037	331	143	1511	359
2007	37707	19507	3450	60664	715	567	64	1484	295
2008	53995	37687	4911	96593	1069	789	95	1953	367
2009	64657	36531	4686	105874	965	989	150	2104	383
2010	50801	50952	7471	109224	1035	1117	175	2327	409
2011	34441	37628	4872	76941	800	906	116	1822	316
2012	48605	43592	8151	100348	826	914	126	1854	459
2013	44407	50239	7293	101939	1206	1482	195	2883	220
2014	33281	42487	3695	79463	910	1234	102	2246	210
2015	26870	28376	6206	61397	584	662	115	1361	113
2016	21158	22157	4235	47550	509	558	82	1149	139
<b>TOTAL</b>	<b>661194</b>	<b>466516</b>	<b>94362</b>	<b>1.222.017</b>					

**Centro de Treinamento PROERD-RS**  
 Av. Coronel Aparício Borges, 2001 - Bairro Partenon  
 CEP 90680-570 - Porto Alegre RS  
 E-mail: [proerd@brigadamilitar.rs.gov.br](mailto:proerd@brigadamilitar.rs.gov.br)  
 Fones: (51) 3288-4115

**Apêndice A** – Defasagem de recursos humanos da Brigada Militar, conforme dados apurados pela autora no trabalho de conclusão do Curso Superior de Polícia Militar, cuja aprovação com êxito possibilitou assumir a função de Capitão do Quadro de Oficiais do Estado Maior da Brigada Militar

**Comparativo de vagas com o efetivo existente na carreira de nível médio para a Qualificação Policial-Militar 1 (Polícia Ostensiva)**

<b>Cargo</b>	<b>Quantidade de Vagas</b>	<b>Existente</b>	<b>Déficit (nº)</b>	<b>Déficit (%)</b>
Soldado	19.432	11.215	8.217	42,29%
3º Sargento	4.912	4.703	209	4,25%
2º Sargento	3.518	356	3.162	89,88%
1º Sargento	2.325	1.785	540	23,23%
<b>Total</b>	<b>30.187</b>	<b>18.059</b>	<b>12.128</b>	<b>40,17%</b>

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados obtidos no Departamento Administrativo e atualizados até 11 de agosto de 2014.

**Apêndice B** – Tabela das escolas da rede pública de ensino do Município de Teutônia/RS

<b>NOME DA ESCOLA:</b>	<b>REDE</b>	<b>TOTAL</b>
EMEF Prof. Alfredo Schneider	Pública Municipal	180
EMEF Prof. Guilherme Sommer	Pública Municipal	119
EMEF Leopoldo Klepker	Pública Municipal	150
EMEF Teolbado Closs	Pública Municipal	222
EMEF 24 de Maio	Pública Municipal	125
EEEF Tancredo de Almeida Neves	Pública Estadual	119
EEEM Gomes Freire de Andrade	Pública Estadual	132
EEEM Reynaldo Affonso Augustin	Pública Estadual	173
<b>TOTAL ALUNOS</b>		<b>1.220</b>

**Legenda:**

EMEF = Escola Municipal de Ensino Fundamental

EEEF = Escola Estadual de Ensino Fundamental

EEEM = Escola Estadual de Ensino Médio

**Apêndice C** – Questionário aplicado aos estudantes da rede pública de ensino do Município de Teutônia/RS

**PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE O  
PROERD - Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência**

O presente inquérito surge no âmbito de recolhimento de dados estatísticos para efeitos da elaboração de uma dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, na especialização de Criminologia e Investigação Criminal, do Instituto superior de Ciências Policiais e Segurança Interna(Lisboa, Portugal), cujo orientador é o Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares, subordinada ao tema “PROERD – Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência: Ação preventiva da polícia militar e a percepção dos alunos”. O objetivo da investigação é verificar a percepção das crianças e adolescentes quanto ao programa de prevenção ao consumo de drogas e da violência.

**RESPONDA COM SINCERIDADE, POIS SERÁ SALVAGUARDADO O ANONIMATO.**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1. Idade: \_\_\_\_\_ 2. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino 3. Ano/Série: \_\_\_\_\_

4. Teve aulas do PROERD? ( ) Sim ( ) Não

5. Em que ano/série teve as aulas:

( ) 3º ano ( ) 4º ano ( ) 5º ano ( ) 6º ano ( ) 7º ano

6. Se lembrar, informe o nome do seu instrutor/policial PROERD:

\_\_\_\_\_

7. O que achou da presença do policial militar na Escola e na sala de aula?

( ) Não gostei ( ) Indiferente ( ) Gostei muito ( ) Adorei ( ) Sem opinião

8. O que achou das aulas do PROERD?

( ) Ruins ( ) Regulares ( ) Boas ( ) Muito boas ( ) Sem opinião

9. Lembra das lições do PROERD?( ) Sim ( ) Não

Cite uma: \_\_\_\_\_

10. Usou o que aprendeu no PROERD para tomar alguma decisão?( ) Sim ( ) Não

11. O que aprendeu no PROERD lhe ajudou alguma vez?( ) Sim ( ) Não

12. Você consegue/conseguiu usar a comunicação eficaz para relatar seus problemas e pedir ajuda?( ) Sim ( ) Não

13. Depois que fez o PROERD passou por situações de tensão? ( ) Sim ( ) Não
14. Caso tenha respondido SIM, usou algo que aprendeu no PROERD para resistir?  
( ) Sim. O que? \_\_\_\_\_ ( ) Não
15. Já usou alguma das estratégias para dizer não às drogas e à violência?  
( ) Sim ( ) Não  
Caso respondido SIM, diga qual estratégia usou: \_\_\_\_\_
16. Depois que fez o PROERD acredita que mudou seu comportamento?  
( ) Sim ( ) Não
17. A mudança foi positiva, ou seja, foi boa para você e sua família?( ) Sim ( ) Não
18. Você normalmente toma decisões seguras e responsáveis?( ) Sim ( ) Não
19. Você usa/usou o Modelo de Tomada de Decisão PROERD para fazer suas escolhas?  
( ) Sim ( ) Não
20. Alguma vez seus pais ou responsáveis vieram na Escola falar com a Direção em razão do seu mau comportamento? ( ) Sim ( ) Não  
Qual foi o motivo? \_\_\_\_\_
21. Já realizou algum ato infracional (crime ou contravenção penal)? ( ) Sim ( ) Não  
Qual? \_\_\_\_\_
22. Você já fumou cigarro? ( ) Sim ( ) Não
23. Você já ingeriu bebidas alcoólicas? ( ) Sim ( ) Não
24. Alguém já lhe ofereceu algum tipo de droga ilícita (proibida)? ( ) Sim ( ) Não
25. Você já usou algum tipo de droga ilícita (proibida)? ( ) Sim ( ) Não  
Caso tenha respondido SIM para a resposta anterior (número 25), responda também:
- 25.1 Qual droga ilícita você já usou?  
( ) maconha( ) crack( ) cocaína( ) ecstasy ( ) outra. Qual? \_\_\_\_\_
- 25.2 Com que idade fez uso de droga ilícita (ilegal) pela primeira vez?  
( ) 10 anos ( ) 11 anos ( ) 12 anos ( ) 13 anos ( ) 14 anos ( ) 15 anos ( ) 16 anos  
( ) 17 anos ( ) 18 anos

**Apêndice D** – Tabulação das respostas à questão nº 06, quanto à lembrança do nome do Policial Militar que ministrou as aulas do PROERD

<b>Resposta</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Não lembra nome instrutor	130	26,97%
Lembra o nome instrutor	352	73,03%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

<b>Nome dos Policiais Militares indicados nas respostas</b>
Capitão Bortolini
Capitão Carmine
Capitão Karine
Sargento Paulo César
Soldado Caroline
Soldado Julio
Soldado Passos
Soldado Rodrigo
Soldado Teixeira

**Apêndice E** – Tabulação das respostas à questão nº 09, quanto à lembrança das lições do PROERD

<b>Lembra das lições do PROERD?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	305	63,28%
Não	152	31,54%
Branco	24	4,98%
Nula	1	0,21%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

## Apêndice F – Tabulação das respostas às questões nº 10 a 15

<b>Tabela 1</b>		
<b>Usou o que aprendeu no PROERD?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	384	79,67%
Não	89	18,46%
Branco	9	1,87%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 2</b>		
<b>O que aprendeu no PROERD lhe ajudou alguma vez?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	406	84,23%
Não	72	14,94%
Branco	4	0,83%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 3</b>		
<b>Usou comunicação eficaz?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	339	70,33%
Não	123	25,52%
Branco	20	4,15%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 4</b>		
<b>Passou por alguma situação de tensão?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	130	26,97%
Não	346	71,78%
Branco	6	1,24%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 5</b>		
<b>Usou o que aprendeu no PROERD para lidar com uma situação de tensão?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	67	51,54%
Não	47	36,15%
Branco	16	12,31%
<b>TOTAL</b>	<b>130</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 6</b>		
<b>Usou as estratégias de resistência?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	134	27,80%
Não	311	64,52%
Branco	37	7,68%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

**Apêndice G** – Tabulação das respostas às questões nº 16 e 17, quanto à mudança no comportamento dos respondentes

<b>Tabela 1</b>		
<b>Você mudou o seu comportamento após fazer o PROERD?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	369	76,56%
Não	94	19,50%
Branco	19	3,94%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 2</b>		
<b>A mudança foi positiva?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	408	84,65%
Não	50	10,37%
Branco	24	4,98%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

**Apêndice H** – Tabulação das respostas à questão nº 19, quanto ao uso do “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”

<b>Usou “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	292	60,58%
Não	159	32,99%
Branco	31	6,43%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

## Apêndice I – Tabulação das respostas às questões nº 20 e 21

<b>Tabela 1</b>		
<b>Estudantes que NÃO fizeram o PROERD</b>		
<b>Seus pais ou responsáveis já tiveram que vir na escola em razão do seu mau comportamento?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	14	18,18%
Não	52	67,53%
Branco	11	14,29%
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>100,00%</b>

<b>Por que os pais ou responsáveis compareceram na escola?</b>		
<b>Motivo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Branco	1	7,14%
Brigas	5	35,71%
Uso de drogas	1	7,14%
Mal comportamento	2	14,29%
Conversar muito	2	14,29%
Outros	3	21,43%
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 2</b>		
<b>Estudantes que fizeram o PROERD</b>		
<b>Seus pais ou responsáveis já tiveram que vir na escola em razão do seu mau comportamento?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	122	25,31%
Não	342	70,95%
Branco	18	3,73%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 3</b>		
<b>Estudantes que NÃO fizeram o PROERD</b>		
<b>Já realizou algum crime ou contravenção penal?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	4	5,19%
Não	64	83,12%
Branco	9	11,69%
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 4</b>		
<b>Estudantes que fizeram o PROERD</b>		
<b>Já realizou algum crime ou contravenção penal?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	15	3,11%
Não	441	91,49%
Branco	24	4,98%
Ignorado	2	0,41%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

**Apêndice J** – Tabulação das respostas às questões nº 22 e 23, quanto ao consumo de cigarro e bebidas alcoólicas

<b>Tabela 1</b>		
<b>Estudantes que NÃO fizeram o PROERD</b>		
<b>Já fumou cigarro?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	18	23,38%
Não	58	75,32%
Branco	1	1,30%
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 2</b>		
<b>Estudantes que fizeram o PROERD</b>		
<b>Já fumou cigarro?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	61	12,66%
Não	407	84,44%
Branco	14	2,90%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 3</b>		
<b>Estudantes que NÃO fizeram o PROERD</b>		
<b>Já ingeriu bebidas alcoólicas?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	38	49,35%
Não	36	46,75%
Branco	3	3,90%
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 4</b>		
<b>Estudantes que fizeram o PROERD</b>		
<b>Já ingeriu bebidas alcoólicas?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	187	38,80%
Não	281	58,30%
Branco	14	2,90%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

**Apêndice K** – Tabulação das respostas às questões nº 24 e 25, quanto à oferta e uso de drogas ilícitas

<b>Tabela 1</b>		
<b>Estudantes que NÃO fizeram o PROERD</b>		
<b>Já lhe ofereceram drogas ilícitas?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	22	28,57%
Não	52	67,53%
Branco	3	3,90%
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 2</b>		
<b>Estudantes que NÃO fizeram o PROERD</b>		
<b>Já usou alguma droga ilícita?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	13	16,88%
Não	59	76,62%
Branco	5	6,49%
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 3</b>		
<b>Estudantes que fizeram o PROERD</b>		
<b>Já lhe ofereceram drogas ilícitas?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	131	27,18%
Não	337	69,92%
Branco	14	2,90%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 4</b>		
<b>Estudantes que fizeram o PROERD</b>		
<b>Já usou alguma droga ilícita?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	30	6,22%
Não	432	89,63%
Branco	20	4,15%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>100,00%</b>

**Apêndice L** – Tabulação das respostas dos estudantes que declararam usar ou já ter usado drogas ilícitas

<b>Tabela 1</b>		
<b>Estudantes que fizeram o PROERD e declararam usar drogas ilícitas</b>		
<b>Você lembra das lições do PROERD?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	13	43,33%
Não	16	53,33%
Branco	1	3,33%
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 2</b>		
<b>Estudantes que fizeram o PROERD e declararam usar drogas ilícitas</b>		
<b>Já usou o PROERD?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	19	63,33%
Não	11	36,67%
Branco	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100,00%</b>
<b>O que aprendeu com o PROERD já lhe ajudou alguma vez?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	19	63,33%
Não	11	36,67%
Branco	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 3</b>		
<b>Estudantes que fizeram o PROERD e declararam usar drogas ilícitas</b>		
<b>Após o PROERD mudou seu comportamento?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	17	56,67%
Não	13	43,33%
Branco	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100,00%</b>

<b>A mudança foi positiva?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	21	70,00%
Não	9	30,00%
Branco	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100,00%</b>

<b>Tabela 4</b>		
<b>Estudantes que fizeram o PROERD e declararam usar drogas ilícitas</b>		
<b>Você toma decisões seguras e responsáveis?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Sim	19	63,33%
Não	10	33,33%
Branco	1	3,33%
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100,00%</b>